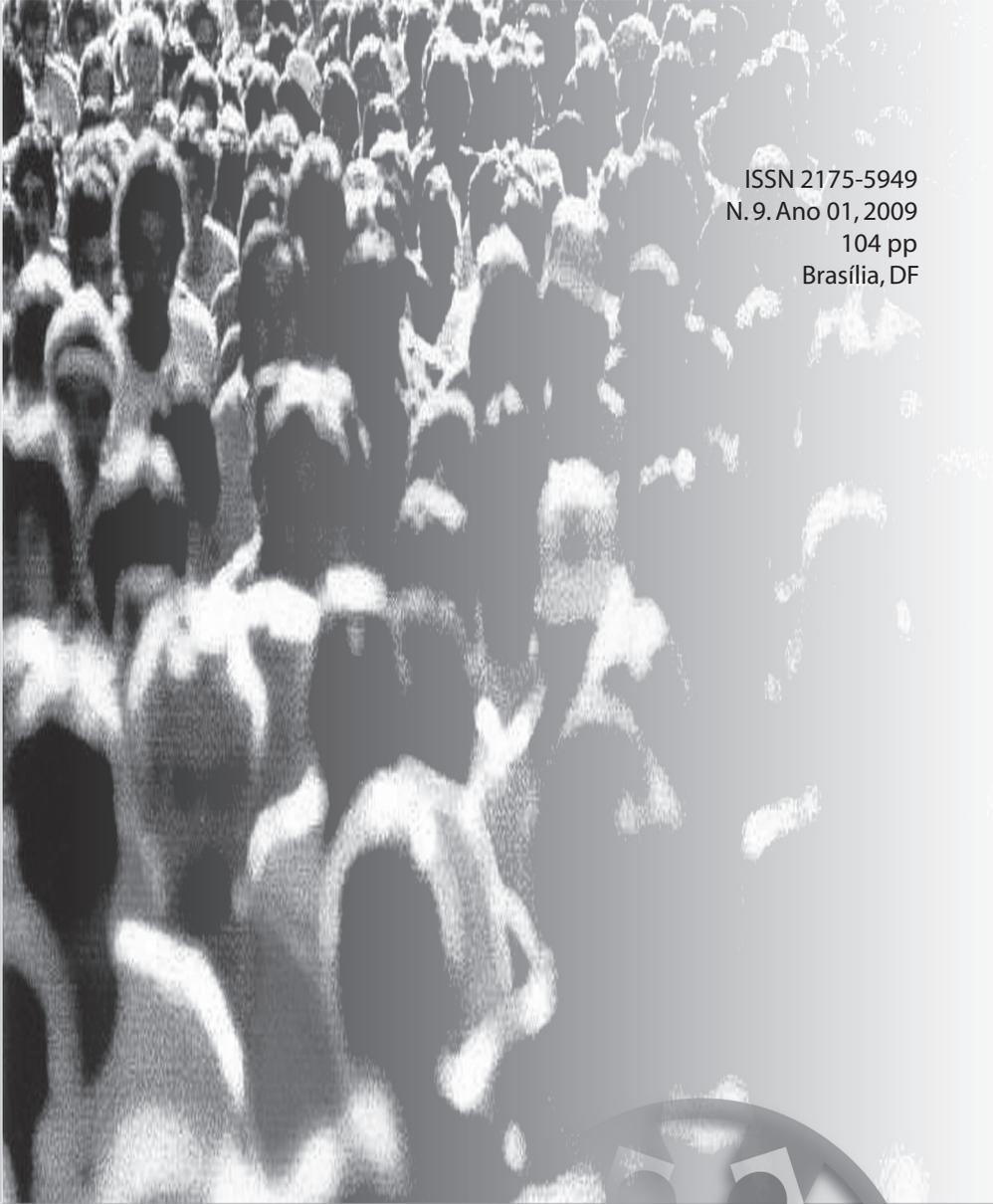


Cadernos Temáticos da Conseg

ISSN 2175-5949
N. 9. Ano 01, 2009
104 pp
Brasília, DF



***Movimentos Sociais e
Segurança Pública:
a construção de um campo de direitos***

**1ª CONFERÊNCIA NACIONAL
DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Ministério da Justiça - 2009

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Justiça

Tarso Genro

Secretário Nacional de Segurança Pública

Ricardo Brisolla Balestreri

Coordenadora Geral da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública

Regina Miki

Editor

Luciane Patrício Braga de Moraes

Conselho Editorial

Fernanda Alves dos Anjos (MJ)

Haydée Caruso (SENASP - MJ)

Jacqueline de Oliveira Muniz (PMD - UCAM)

José Luis Ratton (UFPE)

Luciane Patrício Braga de Moraes (MJ)

Luis Flávio Saporì (PUC - MG)

Marcelo Ottoni Durante (SENASP MJ)

Paula Miraglia (ILANUD)

Regina Miki (MJ)

Renato Sérgio de Lima (FBSP)

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo (PUC - RS)

Thadeu de Jesus e Silva Filho (SENASP - MJ)

Projeto Gráfico

Tati Rivoire

Capa e Diagramação

Renato Gonçalves Pedreira Júnior

Tiragem: 5.000 exemplares

ISSN 2175-5949

Cadernos Temáticos da CONSEG

Coordenação Geral da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública

Ministério da Justiça – Ano I, 2009, n. 09. Brasília, DF.

Todos os direitos reservados ao

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ)

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Edifício Sede

Brasília, DF – Brasil – CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-9570

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

Carta da Coordenadora	7
Apresentação	9
Capítulo I - Segurança e Direitos Humanos: a promoção de direitos sociais	13
1. Violência e segurança no Brasil – da vitimização à cidadania plena	
<i>Paula Miraglia</i>	13
2. Direitos humanos na pauta da segurança pública	
<i>Alexandre Ciconello</i>	17
Capítulo II - Reflexões sobre diferentes tipos de violência: construção de uma segurança que observe a diversidade	19
1. As políticas de segurança e a violência contra as mulheres: a luta por visibilidade, direitos e reconhecimento da diversidade	
<i>Analba Brazão Teixeira</i>	19
2. Contribuições do Movimento Nacional de População de Rua para a construção de uma segurança pública e democrática	
<i>Anderson Lopes Miranda</i>	25
3. A Segurança Pública no combate ao Machismo, Racismo e Homofobia	
<i>Léo Mendes</i>	28
4. Grupos específicos, violências generalizadas	
<i>Mariângela Graciano</i>	31
5. Reflexões sobre a segurança na perspectiva da efetivação dos direitos humanos: a construção de uma agenda na gestão das políticas públicas	
<i>Raiane Assumpção</i>	34
Capítulo III - Segurança e Participação: gestão democrática e controle social	37
1. Participação Social e o Campo da Segurança Pública: Dilemas e Desafios	
<i>Luciane Patrício</i>	37
2. O papel dos movimentos sociais nos governos de transição democrática	
<i>Benedito Domingos Mariano</i>	43
3. Segurança pública e participação popular: uma avaliação	
<i>Renato Simões</i>	45
4. A participação da população através do PRONASCI	
<i>Rita de Cássia Lima Andréa</i>	50
Capítulo IV - Repressão Qualificada da Criminalidade: o papel da polícia na construção do Estado democrático de direito	54
1. Respostas brasileiras à violência: diálogos sobre segurança pública e polícia e o pacto civilizatório	
<i>Silvia Ramos</i>	54
2. Contribuições para o aperfeiçoamento das agências de segurança no trato da criminalidade e na relação com os movimentos sociais	
<i>Adriana Loche</i>	60
3. A experiência de atuação como trabalhadora da segurança pública em São Paulo	
<i>Bárbara Travassos</i>	63
4. Os acúmulos e resultados na formulação das políticas de segurança pública	
<i>Denis Mizne</i>	65
5. Garantir direitos é o primeiro passo	
<i>Fernanda Lavarello</i>	69
6. Repressão qualificada e prevenção combinada: aproximação da juventude com a polícia	
<i>Preto Zezé</i>	72
7. A construção da Polícia para o novo século	
<i>Wilson Batista</i>	76
Debates	81
Conclusão – Agenda de Propostas	96
Lista de participantes	98





Carta da Coordenadora

A 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública tem como um dos seus objetivos consolidar a segurança pública como um direito fundamental do cidadão e, para tanto, possibilitar a construção de uma política nacional de segurança pública com a participação da sociedade civil, dos trabalhadores da segurança pública e representantes do poder público.

Neste contexto, os Seminários Temáticos tiveram como objetivo principal a ampliação da participação de segmentos específicos no processo da 1ª CONSEG, bem como a qualificação e o aprofundamento da discussão de determinados temas relevantes presentes nos sete eixos temáticos que compõem o texto-base da Conferência.

Evidentemente, a construção de um debate verdadeiramente democrático sobre este tema requer, sobretudo, o envolvimento e a participação de atores e setores da sociedade que historicamente mantiveram-se afastados dessa discussão, seja pela ausência de espaço ou representatividade, seja por terem sido de forma sistemática objeto de estigmatização.

O Seminário Temático *Movimentos Sociais e Segurança Pública: a construção de um campo de direitos* representou uma das mais importantes etapas preparatórias da 1ª CONSEG, uma vez que seu objetivo principal residia exatamente em possibilitar que movimentos sociais e populares se envolvessem e se apropriassem do tema, travando um diálogo franco, transparente e qualificado com as instituições de segurança pública.

O presente Caderno Temático constitui um documento que sintetiza o debate realizado no evento e certamente contribuirá para qualificar as estratégias de consolidação da segurança pública como um direito e que reforçam a idéia que este direito só se faz com a participação, o respeito à diversidade e a pluralidade da sociedade brasileira.

Regina Miki

*Coordenadora Geral da 1ª Conferência
Nacional de Segurança Pública*







Apresentação

Não é de hoje que a violência e a criminalidade se apresentam como sintomas das profundas desigualdades da sociedade brasileira. O número avassalador de mortes no país associado a vitimização de parcelas específicas da população faz com que a violência deixe de ser um tema que interessa apenas ao campo da segurança pública e passe a fazer parte da agenda de garantia de direitos sociais. Ao mesmo tempo, quanto mais central o tema for para setores sociopolíticos, mais urgente se torna o envolvimento de todas as partes interessadas na formulação e implantação de políticas de segurança pública.

Contudo, até muito recentemente, o debate em torno do tema optou por privilegiar fóruns isolados, impedindo que movimentos sociais, gestores públicos, acadêmicos e trabalhadores da área estivessem juntos na construção de um projeto coletivo de segurança, pautado integralmente pela perspectiva dos direitos humanos.

Ao longo dos anos, um sistema repressivo ineficaz e a atuação desqualificada de parte das forças policiais acabaram por cristalizar antagonismos aparentemente intransponíveis entre sociedade e forças policiais, aproximando a idéia de segurança da perspectiva da repressão e afastando a possibilidade de concebê-la como um direito.

A superação de tais antagonismos se mostra uma etapa fundamental na renovação de um projeto nacional de segurança pública, como propôs a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg). Nesse sentido, o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito (Ilanud) e a Fundação Friedrich Ebert (FES) organizaram, no âmbito das atividades da 1ª Conseg, e com apoio do Instituto Pólis, da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), do Ministério da Justiça e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Seminário Temático *Movimentos Sociais e Segurança Pública: a construção de um campo de direitos*.

A atividade ocorreu em julho de 2009, em São Paulo, e contou com a participação de diferentes segmentos da sociedade. Durante dois dias, representantes de movimentos sociais, de organizações não-governamentais, de institutos de pesquisa, acadêmicos, policiais e outros profissionais de



segurança pública, representantes do poder judiciário e do poder legislativo e gestores públicos puderam debater juntos a política de segurança do país, refletindo sobre o que está posto e, o mais importante, declarando aquilo que pode e deve ser feito.

O seminário adotou uma metodologia horizontal em que todos os presentes puderam participar ativamente dos debates. A atividade se organizou em quatro mesas e cada uma delas contou com a participação de um(a) moderador(a), um(a) palestrante na figura de provocador(a), palestrantes desempenhando o papel de comentadores(as) e o público.

Cada mesa se iniciou com a apresentação do(a) provocador(a) que tinha o papel de introduzir o tema a ser debatido. Posteriormente, cada comentador(a) teve tempo para fazer suas observações acerca da apresentação e sobre o tema proposto. Em seguida, o(a) moderador(a) abriu a palavra ao público que pôde fazer intervenções livremente, proporcionando um amplo debate entre todos os participantes.

Este caderno temático, portanto, reflete as discussões do Seminário Temático *Movimentos Sociais e Segurança Pública: a construção de um campo de direitos* da forma como elas se deram. Foi solicitado a cada um(a) dos palestrantes que editasse a sua intervenção no seminário, a partir da transcrição do áudio, da forma como desejasse, desde que ela refletisse o mesmo conteúdo abordado durante o seminário. Alguns(mas) optaram por deixar a intervenção quase como fora transcrita e outros(as) preferiram elaborar um pequeno artigo a partir de sua intervenção.

Os debates com a intensa participação do público presente foram registrados sob a forma de citações curtas, que sugerem o conteúdo das discussões. Nesta edição, preferimos focar o conteúdo apresentado e não o(a) autor(a) das declarações. Neste sentido, suprimimos a autoria das citações e optamos por apresentar mais de 50 intervenções, entre palestrantes e público, agrupadas por afinidade temática. A lista de participantes encontra-se ao final do caderno.

O caderno temático reproduz, assim, a pluralidade e intensidade dos diálogos estabelecidos ao longo dos dois dias de trabalho. A publicação está organizada em quatro capítulos temáticos, com os mesmos temas das mesas do seminário: 1) *Segurança e Direitos Humanos: a promoção de direitos sociais*; 2) *Reflexões sobre diferentes tipos de violência: construção de uma segurança que observe a diversidade*; 3) *Segurança e Participação: gestão democrática e controle social*; e 4) *Repressão Qualificada*

da Criminalidade: o papel da polícia na construção do Estado Democrático de Direito e buscam traduzir assuntos atuais relacionados à segurança pública a partir da perspectiva de aproximação do tema da segurança pública de movimentos sociais e outros setores da sociedade civil.

Os resultados extremamente positivos da iniciativa poderão ser vistos nas próximas páginas. Sabendo que ainda há muito a ser feito, nossas instituições reafirmam o compromisso com a construção de um campo democrático para formular e implementar políticas de segurança pública. Desejamos a todos uma boa leitura.

Paula Miraglia (Ilanud) e Cassio França (FES)







Capítulo I - Segurança e Direitos Humanos: a promoção de direitos sociais

1. Violência e segurança no Brasil – da vitimização à cidadania plena¹

Paula Miraglia*

As mudanças nos padrões e na proporção de violência nos grandes centros urbanos do país nos últimos 30 anos e a criminalidade nos seus moldes atuais foram capazes, além da própria violência imposta ao cotidiano das cidades, de dispersar medo e insegurança entre a população, assim como de fortalecer as respostas do Estado na sua arena penal.

É amplamente reconhecido que, diante de tal quadro, o Brasil foi capaz de construir uma arena intermediária e nebulosa, em que o Estado assumiu e ainda pratica o papel de grande violador de direitos. Espaços de interação híbridos, conjugando estratégias públicas e privadas de proteção, contribuem para desfigurar um possível projeto coletivo de segurança. Com efeito, a identidade da segurança pública, assim como as práticas associadas a ela, relaciona-se à idéia de repressão, de ação quase que exclusiva das forças policiais e, sobretudo, de vitimização de parcelas específicas da população, tais como negros, mulheres, jovens e pobres em geral.

A segurança pública exercida em tais moldes, mediante a primazia da punição, cria um abismo de direitos e consolida uma máquina repressiva desigual, reprodutora de injustiças, onerosa para o Estado e extremamente ineficaz. Não há, tampouco, um projeto alternativo relativo à segurança, o que contribui para a dificuldade de formulá-la em outros termos, seja para os formuladores das políticas e para os beneficiários/usuários dessas políticas, seja para o próprio debate público ou para o senso comum.

Esse emaranhado de impasses, além das suas consequências práticas, acabou por provocar certo isolamento do tema ou da agenda política que envolve a segurança. O debate ficou concentrado entre as forças policiais, acadêmicos da área e um grupo restrito de organizações da sociedade civil especializadas no tema, não formando uma opinião pública. Ainda que a ampliação do grupo de atores envolvidos com o assunto tenha um

¹Partes deste texto foram extraídas do artigo “A promessa não cumprida das políticas públicas”, publicado em Observatório da Cidadania – Edição Especial: Diálogos sobre violência e segurança pública. 2009. Rio de Janeiro: Ibase. Disponível em http://www.ibase.br/userimages/vatorio2009_02.pdf, último acesso em 20/10/2009. A bibliografia também pode ser verificada no artigo citado.

* Mestre e Doutora em Antropologia Social pela USP e diretora-executiva do Ilanud.



significado positivo e traduza os avanços alcançados pela segurança no Brasil, essa ampliação não foi suficiente para se equiparar a agenda da segurança à agenda de outras políticas sociais. Com efeito, os movimentos sociais em geral, sobretudo aqueles de base, nunca se aproximaram do assunto e a segurança pública, nesse contexto, nunca foi formulada como um direito a ser reivindicado por esses grupos.

Desse modo, constituiu-se um vácuo na reflexão sobre a segurança na sua qualidade de direito – que deve ser assegurado, portanto, a todo cidadão – assim como sobre os obstáculos para alcançá-la e sobre os impedimentos que cercam a tarefa de formulá-la como tal. Também por essas razões, a segurança não foi, até muito recentemente, discutida como um conceito ou um instrumento político a serviço da igualdade social ou da democracia.

Num país como o Brasil, que ocupa o incômodo lugar no topo do ranking dos países com as maiores taxas de homicídios no mundo, essa discussão sobre a segurança pública se reveste de importância ainda mais acentuada.

Diante das dimensões contextuais ou circunstanciais da violência, é possível indicar, ao mesmo tempo, uma eventual origem estrutural do fenômeno, ou seja, identificar um cotidiano que é vítima dessa violência, mas, que ao longo do tempo, também aprendeu a absorvê-la. Nesse processo temos, entre outros efeitos, a multiplicação de atores capazes de participar de maneira ativa, com instrumentos de coerção, nessa arena das conflitualidades.

Outra questão importante diz respeito ao monopólio da violência por parte do Estado, que é uma das bases do contrato social, na medida em que o Estado sintetiza a possibilidade de controlar o comportamento transgressor com a prática da punição. Ou seja, ele tem a força capaz de criar espaços sociais pacificados, que não estão sujeitos à violência. Contudo, nessa equação, o Estado não só tem o monopólio legítimo do uso da violência, mas também o poder e o dever de proteger seus cidadãos.

Mais do que isso, e talvez mais importante – a reconhecida legitimidade da força empreendida por parte do Estado é também limitada. Em outras palavras, a legitimidade do uso da força na sociedade moderna está fundamentada na sua correspondência com a lei.

O que temos hoje no Brasil são distorções desse modelo, pautadas pela repressão e contenção – seja do próprio Estado,



por meio da justiça criminal, seja pela privatização da segurança ou pela privatização da resolução de conflitos. Em todos esses contextos, tais transfigurações têm se mostrado capazes de produzir novos referenciais e novas práticas sobre a idéia de controle, punição e pacificação social.

Ao longo do último século, as sempre complexas relações entre cidadãos e Estado, assim como a própria idéia de paz e segurança, ganharam novas configurações. O Estado ainda mantém o status de ator principal na garantia da paz, mas a segurança dos Estados não pode mais ser compreendida como a garantia da segurança de seus cidadãos. Tal fato fica claro tanto porque estamos falando em níveis distintos de segurança e manutenção da paz, como porque, em muitos casos, como vimos no exemplo brasileiro, o próprio Estado atua como um dos violadores da segurança dos cidadãos. Além do mais, muitas vezes o próprio Estado compete com a administração privada da segurança – de maneira organizada (no caso das empresas, das milícias, ou do crime organizado) ou informal (no caso da justiça feita pelas próprias mãos por parte de indivíduos).

Mas, se há um consenso de que o Estado perdeu, pelo menos relativamente, o monopólio da prática da violência, sabemos que o fim do monopólio não implica o fim da própria violência ou da força coercitiva. Ao contrário, nesse contexto é preciso pensar de que maneira e por meio de quais mecanismos a violência é redistribuída entre os diversos atores sociais.

A gestão privada da segurança e da punição configura-se como mais uma arena onde estão manifestas “formas não estatais de governabilidade social”. Há uma relação que se dá em muitos níveis entre a desqualificação do Estado e da sua exclusividade e as interações de tipo violento entre os atores sociais.

Os abusos praticados pelas forças policiais, que sempre fizeram uso da violência e se importavam pouco com o respeito à cidadania, enfraqueceram a capacidade e a legitimidade das instituições públicas para que estas atuem como mediadoras dos conflitos. Afinal, elas mesmas fazem parte do ciclo de vingança ilegal e privada que contribui para o aumento da violência para a própria deslegitimação da instituição.

O resultado é que o Estado brasileiro não estaria habilitado a ser o mediador legítimo do elevado número de conflitos do tipo que encontramos, por exemplo, nas periferias de São Paulo ou nos morros cariocas. Os homicídios que podem ser classificados como “violência comunitária”, “violência interpessoal”, ou

ainda “violência institucional” quando são praticados de maneira ilegítima por agentes do Estado, seriam, portanto, resultado dessa dupla distorção: a privatização das resoluções de conflito e um Estado inabilitado e sem legitimidade para mediar conflitos nos limites da legalidade.

A resolução violenta de conflitos pode ser entendida como uma desqualificação das instituições normativas, um efeito de uma cidadania que não se realiza, de um modelo democrático cercado de falhas, desigualdades e privilégios.

Do ponto de vista estrutural, estão sendo criados contextos onde se perde a clareza dos limites da regra. Essa é a mensagem proferida pelo Estado quando um policial comete um abuso ao exercer seu trabalho impunemente ou emprega-se numa empresa de segurança privada. Ou ainda quando o Estado mata inúmeros “suspeitos”, ou tolera a existência e até faz parte da composição das milícias armadas.

Mas é preciso notar que essa também é a mensagem reproduzida quando um número alarmante de jovens é morto por outros jovens nas periferias das grandes cidades brasileiras. Não se trata de equiparar os conteúdos, mas de apontar que se a violência é também uma forma de comunicação, ao circular dessa maneira, com tamanha contundência (manifesta nas mortes e violações de direitos) e versatilidade (num gradiente que se estende da sua forma de violência policial até a violência comunitária), ela se mostra capaz de criar e consolidar uma linguagem, bem como conformar padrões de interação social.

Podemos dizer que não apenas a violência por si só deve ser tratada como um produto e produtor das desigualdades. A administração da segurança com finalidades distintas também impõe mudanças nas formas de organização social que acentuam ainda mais essa desigualdade.

Nesse contexto, importa pensar quem são os inimigos, sobre quem incide a justiça, quem merece ser punido, em quais circunstâncias e de que maneira. Todos esses elementos contribuem para compor uma determinada idéia do que é segurança, do que é estar seguro e à custa do quê.

Além disso, cabe indagar quais são as transformações provocadas pela violência ao ser absorvida pelo cotidiano. A cada novo fluxo ela encontra pessoas mais resistentes ou mais tolerantes? Mais hábeis para lidar com ela a partir da sua experiência pregressa ou mais incapazes de reconhecê-la como tal?

Finalmente, a idéia de segurança é um tema que evoca muito mais a idéia de evitação e distância, do que a possibilidade

de reivindicação. Mas se vivemos, hoje no Brasil, a oportunidade de construir um novo discurso e, sobretudo, uma nova prática no que diz respeito às políticas de segurança pública, é preciso que os movimentos sociais, particularmente aqueles que representam as parcelas mais vitimizadas da população, reivindiquem esse direito – a história brasileira já deu provas de que ninguém fará isso por eles – e ajudem a construir uma agenda mais democrática e igualitária para a segurança no Brasil.

2. Direitos humanos na pauta da segurança pública

Alexandre Ciconello*

O debate sobre a segurança pública no Brasil só pode acontecer a partir do marco dos direitos humanos. Direitos humanos e segurança pública não são conceitos antagônicos. Para as organizações e movimentos sociais de defesa e promoção dos direitos humanos, segurança pública é um direito humano fundamental, tendo o Estado o dever de proteger o cidadão/ã e promover políticas e ações que garantam a todos e todas o direito a uma vida digna, livre da opressão, violência e do medo.

Cabe dizer também que o Brasil é um país extremamente violento. A cada ano aproximadamente 50.000 pessoas são assassinadas. A taxa de homicídios está entre as maiores do mundo: 26,7 homicídios para cada 100.000 habitantes em 2004 (IPEA, 2006)¹. Em países da Europa ocidental e nos Estados Unidos essa taxa varia de 1 a 6 homicídios por 100.000 habitantes (IPEA, 2005)².

Outro dado importante é a característica da distribuição da violência letal no Brasil. Ela tem uma dimensão racial, territorial, etária e de gênero. Isso significa que as vítimas da violência letal são na sua grande maioria homens, jovens, negros e que vivem em determinados territórios excluídos de cidadania e da presença do poder público.

Por outro lado, é importante ressaltar quem mata no Brasil. Para além da violência interpessoal gerada por inúmeras causas (e cuja impunidade de seus perpetradores é enorme), um importante agente da violência letal é o próprio Estado, ou mais precisamente, seu braço armado, a polícia. Em 2007, somente no Rio de Janeiro a polícia matou mais de 1300 pessoas³. Isso significa que a polícia fluminense é responsável por aproximadamente 2,6% dos homicídios no país.

*Assessor de Direitos Humanos e Políticas Públicas do Instituto de Estudos Sócioeconômicos (INESC).

1 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2006) 'Radar Social 2006: Condições de Vida no Brasil', Brasília: IPEA.

2 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2005) 'Radar Social 2005', Brasília: IPEA.

3 Segundo levantamento da Justiça Global (www.global.org.br). Essas ocorrências são consideradas como autos de resistência o que torna mais difícil a apuração e punição dos responsáveis.

Sabemos que, historicamente, a principal política do Estado direcionada à população pobre e predominantemente negra foi a política da repressão e do controle, operacionalizada pelos aparatos de força e segurança do Estado. É impossível debater segurança pública no Brasil sem pautar a questão do racismo institucional e do extermínio de jovens negros, da humanização do sistema penitenciário, da unificação e desmilitarização das polícias, da violência policial, de execuções sumárias e torturas e do papel do aparato de segurança na criminalização dos movimentos sociais.

Embora não sejam questões de fácil resolução e demandem tempo, esses pontos não podem ficar em segundo plano no debate da construção da política de segurança pública no país e nem nos espaços institucionais em que esse debate vem ocorrendo, em especial, no processo da Conferência Nacional de Segurança Pública.

Em minha opinião, é um erro estratégico o posicionamento de alguns representantes do governo e mesmo da sociedade civil que tentam transformar a discussão da segurança pública em um debate de especialistas, privilegiando relações com o meio acadêmico e as chamadas organizações da sociedade civil “especialistas” no tema e com as forças policiais. Esse posicionamento se complementa na afirmação de que o movimento de direitos humanos, de mulheres e o movimento negro operam somente na base da denúncia e não têm propostas concretas com relação à política de segurança. A violência e a política de segurança pública sempre foram um dos principais temas de discussão das Conferências Nacionais de Direitos Humanos. Em 2007, foi realizado o II Encontro Nacional de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados com o tema “Por uma Segurança Pública e uma Justiça para garantia de direitos”. Um dos eixos do Programa Nacional de Direitos Humanos, em debate na 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos realizada em dezembro de 2008 é segurança pública, violência e acesso à justiça.

Uma política progressista na área de segurança pública não pode prescindir do envolvimento ativo dos movimentos sociais em sua formulação e monitoramento. Uma política de segurança pública compatível com os avanços democráticos que o Brasil está conquistando significa transformá-la em espaço de garantia de direitos humanos. Esse é um momento histórico apropriado para uma mudança de paradigma da política de segurança pública no Brasil, que deve ser ressignificada pelos direitos humanos e seus sujeitos e não antagonizada por eles.





Capítulo II - Reflexões sobre diferentes tipos de violência: construção de uma segurança que observe a diversidade

1. As políticas de segurança e a violência contra as mulheres: a luta por visibilidade, direitos e reconhecimento da diversidade

Analba Brazão Teixeira*

O objetivo deste texto é pontuar algumas observações relevantes para a construção de políticas de segurança pública pautadas na diversidade, na definição de um novo paradigma de segurança pública e cidadania. Para lançar novos olhares ao tema da segurança pública, apontando para um cenário em que se considere o diverso panorama humano e geográfico existente na vastidão do território brasileiro, vamos considerar nossa experiência na Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), que encampa a luta feminista e anti-racista, reunindo fóruns estaduais dos movimentos de mulheres em 27 estados brasileiros.

Nesses fóruns, ao longo dos 14 anos de fundação da AMB, compartilhamos a experiência diversa de organizações de mulheres indígenas, mulheres negras, quilombolas, ribeirinhas, intelectuais e mulheres sindicalistas. Acreditamos no caráter revelador da experiência da AMB nos estados, sobretudo no que tange à identificação do fenômeno da violência contra as mulheres e sua relação com os distintos contextos e é a partir deste lugar plural e de uma luta comum pelo fim das desigualdades entre homens e mulheres, com todo o esforço em considerar as especificidades e destacar os pontos de convergência dos movimentos, que construímos o nosso discurso e elaboramos nossas propostas.

Propostas, sim, pois de acordo com o *slogan* da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, “Segurança com Cidadania: participe dessa mudança!”, nós mulheres queremos participar e ajudar a construir a mudança, garantindo que ela de fato atenda aos direitos humanos de todas as pessoas, inclusive daquelas que hoje são completamente negligenciadas pelas políticas e esquecidas do lado de fora da tão chamada cidadania.

Reconhecemos que a realização da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública é um passo importante na democratização do debate em torno da temática no Brasil e que a abertura à participação da sociedade civil organizada afirma a nossa legitimidade e

* Secretária Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e coordenadora do Coletivo Leila Diniz.



direito em debater o tema, propondo e formulando políticas que contribuam com a gestão pública nesta área. Além disso, é também um momento oportuno para debatermos a questão da violência contra as mulheres, uma questão social que segue sem solução e, portanto, prioridade política dos movimentos feministas e de mulheres.

É também o cenário propício para exigirmos a implementação da Lei Maria da Penha, trazendo à tona a realidade das mulheres não contempladas pelo atual desenho metodológico das políticas públicas e a insegurança vivida por estas, principalmente das mulheres negras e pobres que vivem nas periferias das cidades, que enfrentam as facções criminosas na defesa dos seus filhos e filhas e na busca constante pela justiça.

Queremos que este espaço tenha o potencial de construir uma política de segurança pública cidadã, que realmente garanta os direitos humanos a todas as pessoas, independentemente de raça, credo, gênero e classe social, pois entendemos que vivemos numa sociedade estruturada nas desigualdades.

Como já enunciamos, a pauta “segurança pública” está no cerne de diversas questões centrais na agenda política de uma boa parte do movimento feminista brasileiro. O que trazemos à 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública é parte de nossos acúmulos ao longo de pelos menos duas décadas.

Tratamos da questão *violência contra as mulheres*, e, em nosso discurso, quando debatemos o direito à segurança, não o imaginamos isoladamente, mas entendemos que este só poderá ser efetivado se em consonância com o direito à saúde, ao meio-ambiente, ao trabalho, à moradia e à educação. Atuamos movidas por uma concepção de segurança ampla e podemos trabalhar esse conceito, essas propostas, numa perspectiva integradora das políticas.

As conferências surgem como oportunidade para os movimentos sociais deflagrarem a necessidade desta integração. A própria existência delas representa um avanço neste sentido, embora nos leguem um grande desafio: o que fazer para concretizar os planos decorrentes destes processos?

O plano de políticas públicas para as mulheres, por exemplo, tem vários eixos, inclusive um que trata diretamente de segurança pública. Como fazer essa intercessão? O desafio a partir desta 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública é promover esta intercessão, revisitando as propostas existentes, advindas de planos em fase de implementação e planejando políticas integradas. Por isso, precisamos combater a fragmentação das políticas, que contribuem para a exclusão dos sujeitos no acesso à cidadania.



Parte do movimento feminista prioriza um debate nesse viés, trazendo à discussão a compreensão de que o debate sobre violência contra as mulheres (VCM, em nosso jargão corrente) é uma questão pertinente à temática da segurança pública. Ou seja: que a preocupação em combatê-la esteja presente quando discutimos direitos humanos, políticas de saúde, de cidades e de indução ao desenvolvimento. Pois, como dito anteriormente, numa sociedade estruturada nos pilares da desigualdade patriarcal não podemos imaginar um combate efetivo aos diversos pressupostos que legitimam a VCM – as instituições, a cultura, o cenário macro-estrutural – sem realizarmos estas articulações.

As políticas e a ausência dos recortes de gênero, raça e etnia

A preocupação com a formulação e o texto das políticas também é uma constante em nossa atuação. Quando do lançamento do Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), analisamos o texto, buscando identificar a presença de uma perspectiva feminista e anti-racista, ou seja, avaliando se o programa de fato contemplava as mulheres e a população negra.

Participamos do II Encontro Nacional de Direitos Humanos, mas antes dele, organizamos um debate chamado “Discutindo Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos com perspectiva de Gênero e Raça” em que analisamos o Pronasci. O objetivo era traçar linhas de integração entre o que constava na Lei Maria da Penha e o que estava no texto do Programa, atentando ainda para os valores orçamentários destinados a um e a outro – haja vista que grande parte dos estados e municípios não viabiliza o aparelhamento para o cumprimento adequado das políticas de combate à VCM alegando ausência de orçamento público para tal.

Nesta primeira leitura, após o lançamento do Pronasci, avaliámos que, embora a cidadania fosse o foco do programa, alguns pontos poderiam ser rediscutidos para que a pensássemos numa perspectiva inclusiva, sobretudo no que diz respeito aos recortes de gênero, raça e classe social – que eram amplamente negligenciados em seu texto.

Por isso, decidimos denunciar o programa. Por acreditar que nossa denúncia não se encerraria em si mesma, mas, que a partir dela, poderíamos nos articular na construção de uma nova proposta, cobrando do Estado que este reconhecesse o problema e tentasse solucioná-lo – com o apoio da sociedade.

As questões relativas ao racismo e ao sexismo, tão cruciais na garantia da cidadania ao nosso olhar e mesmo ao olhar empírico, quase não apareciam e, pasmem, não existia no programa ne-



nhuma medida para combater o racismo institucional. Por isso nos posicionamos: como um programa nacional de cidadania deixa de atentar para o racismo institucional?

Nós, no movimento, nos organizamos e fizemos um documento para ser encaminhado oficialmente ao Ministério da Justiça. Logo depois, conseguimos nos reunir com o ministro e levamos, por escrito, nossa proposta para uma política inclusiva – que, mesmo diante de toda essa discussão, continuou fora.

O racismo institucional se configura como um problema de fundo quando enfrentamos o debate pela construção de uma política de segurança que garanta a cidadania. Uma pesquisa da UERJ lançada em julho prevê que, até 2012, cerca de 33 mil jovens, de maioria negra, não chegarão aos 19 anos. Com o conhecimento desta realidade, não podemos admitir que essa questão seja silenciada, que se mascare a desigualdade.

Na contramão, a prioridade tem sido inversa, o sistema de segurança existente no Brasil identifica na pessoa negra um suspeito em potencial, colocando-a em uma situação de vulnerabilidade, insegurança, e exposta a atos de repressão extrema, o que pode, invariavelmente, causar-lhe a morte. E o debate em torno das questões relacionadas a raça e etnia ainda demanda um maior aprofundamento, se nos voltamos para a realidade dos povos indígenas e das comunidades quilombolas.

O caso “Mães da Paz”

Um dos grandes problemas com o qual nos deparamos ao investigar o Pronasci foi o programa “Mães da Paz”, que passou a ser o foco das atenções da mídia. O programa prevê a capacitação de mulheres de comunidades periféricas para a identificação de jovens e adolescentes de 15 a 29 anos, em situação infracional ou em conflito com a lei, para sua inclusão e participação em programas sociais de promoção da cidadania.

Nós, feministas, não pudemos nos silenciar mesmo diante de sua nomenclatura, conservadora e essencialista, situando a mulher-mãe como a cuidadora, responsável uma por cuidar e educar. Na época em que o analisamos, o projeto também não previa uma retaguarda para essas mulheres que iriam desenvolvê-lo, colocando-as em grave risco social, expostas por lidarem com infratores em comunidades onde a lei do tráfico suplanta o Estado.

Entre a Lei a Paz

Além desses problemas de fundo, havia ainda a necessidade de especificar as ações de enfrentamento à violência contra as mu-



Iheres e a implementação da Lei Maria da Penha. A existência da Lei Maria da Penha é destacada pelo Pronasci, no entanto não há alusão explícita ao programa de capacitação e à criação de juizados, apenas se prevê um investimento para construção de centros de reabilitação para os agressores, em detrimento das emergenciais casas-abrigos e centros de referência para atender mulheres vítimas.

Nós da Articulação de Mulheres Brasileiras compreendemos que essa inversão é, na verdade, uma nova forma “neopatriarcal” de opressão às mulheres, conferindo prioridade para o homem agressor em detrimento da mulher vítima. Este tem sido um grande desafio para o nosso movimento: disputar conferências de segurança pública, de direitos humanos, o Conselho Nacional de Segurança Pública e lutar para que esses gestores pensem as políticas de forma mais inclusiva, apresentando ações que realmente combatam a violência contra as mulheres, o racismo e a “homofobia”.

Não admitimos que a condição de pobreza e vulnerabilidade das mulheres as submeta a um programa como o “Mães da Paz”, em função de uma bolsa de noventa reais, quando o que está em risco são as suas vidas nos territórios de conflitos do narcotráfico.

O máximo que conseguimos, após séries de discussões e três reuniões no Ministério da Justiça, foi a modificação do nome do programa. De “Mães da Paz” passou a ser chamado “Mulheres da Paz”, mas a concepção não teve grandes alterações.

O termo “paz” segue nomeando movimentos e projetos, mas sem nenhum aprofundamento enquanto conceito político. “Mulheres da Paz”, “Território da Paz”. Que paz é essa que está sendo proposta? Essa paz nos interessa? Nesse território da paz não existiria a repressão à violência contra as mulheres? Com o fim do tráfico de drogas, as mulheres também estarão livres da violência? A paz estará na rua. Mas, e nas casas? Precisamos criticar e disputar o conceito de paz porque nós, mulheres, não queremos nem guerra que nos mate, nem paz que nos oprima.

Diversidade, cultura e território

Outro desafio que precisa urgentemente ser pensado quando se elaboram as políticas públicas básicas para áreas como saúde, educação e cultura, é o de que contemple verdadeiramente a diversidade dos povos que compõem o Brasil.

Nas ações da AMB tratamos de discutir a violência contra as mulheres nos diversos contextos: urbano, rural, comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e ribeirinhas e áreas de conflito



agudo. Constatamos que as políticas públicas praticamente não chegam a algumas regiões.

Para nós, fica o desafio de elaborar novas estratégias de combate à violência contra as mulheres, de aprofundar as dimensões teóricas e políticas para esse enfrentamento. Para incidir formulando, propondo, monitorando e denunciando a falta de vontade política.

E também participar, levando a nossa voz aos espaços das conferências, não só a das mulheres, mas de todas as que tratam de questões que são objetos da nossa luta, sem, no entanto, priorizar em suas propostas as dimensões de classe, gênero, raça e etnia, tampouco garantindo as dotações orçamentárias para implementação com qualidade dessas políticas.

Vivemos isto agora, na luta pela implementação da Lei Maria da Penha. No caso das políticas voltadas para o combate da violência contra as mulheres, o recurso orçado para o projeto “Mulheres da Paz” é o mesmo dotado para a implementação da Lei Maria da Penha.

É desafiador discutir gênero e raça trazendo esses elementos estruturais para o aprofundamento na elaboração de políticas de segurança que combatam o sexismo, o racismo e o patrimonialismo. Mas, se o que queremos é uma política de segurança que incorpore de fato a diversidade da sociedade brasileira e que reconheça as condições singulares que estruturam essas violências e essas criminalidades, precisamos de uma política de segurança que reconheça que o racismo institucional existe de fato, não é ficção ou invenção de nossas cabeças.

Precisamos de uma política de segurança que reconheça na violência contra as mulheres um problema da segurança pública também. E admita que as mulheres são violadas tanto no espaço doméstico quanto no público: em casa, fora de casa, nas ruas e praças, e que a violência contra as mulheres está na raiz do patriarcado, do racismo e da cultura machista - por isso, nas nossas ações políticas, é fundamental articular os elementos simbólicos de uma contracultura feminista e anti-racista como estratégia de contraposição à cultura hegemônica. É preciso que o Estado brasileiro reconheça que as questões de gênero, raça e classe são elementos essenciais para se construir políticas públicas de segurança eficazes e que afirmem os direitos humanos para todas as pessoas.

2. Contribuições do Movimento Nacional de População de Rua para a construção de uma segurança pública e democrática

*Anderson Lopes Miranda**

O Movimento Nacional da População de Rua surgiu através da dor, de um grande massacre que aconteceu na cidade de São Paulo. Eu acho que a discussão que fizemos sobre o tema “Segurança e Direitos Humanos: a promoção de direitos sociais” reflete a importância da valorização do profissional da segurança pública. Porque nós não queremos policiais sem farda atuando como seguranças particulares. Sabemos o quanto isso induz ao crime. A nossa população foi barbaramente morta por seguranças particulares, guardas municipais e militares.

Não somos contra a polícia, somos contra a violência sofrida por essa população que perdeu a moradia, o trabalho, a saúde, a educação, a garantia de seus direitos e foi para as ruas. Foi morar nas ruas porque foi o único espaço público, dado, cedido para ela. É nesse sentido que queremos discutir hoje. Nós não somos contra as polícias, de forma alguma. Mas polícia tem que ter o papel de polícia, intervenção e ação. Se morador de rua fizer coisa errada, tem que ser punido. Agora não barbaramente como foi feito na nossa cidade.

E isso não aconteceu só na capital, São Paulo, mas foi repercutindo em todo o Brasil. Porque mataram aqui em São Paulo, aí Minas começou a matar, Ceará começou a matar, Rio de Janeiro começou a matar. Fora as ações “choques de ordem”, como estão acontecendo no Rio de Janeiro e em Porto Alegre com as brigadas militares. Contra quem? Moradores de rua.

Hoje, nós vemos que a segurança, quando se trata de polícia, foi feita para expulsar o pobre do centro, em direção à periferia. Essa é uma ação, que nós, enquanto cidadãos, não aceitamos. Por que essa pessoa moradora de rua está na rua? Problemas familiares? Trabalho? Saúde? Claro que depois que ela se encontra nessa situação surgem problemas como alcoolismo, drogadição. Por quê? Ele perde a esperança de tudo. Hoje, nós estamos vivendo um grande contraste na cidade de São Paulo.

A Luz, que o poder público nomeia de Cracolândia e que para nós é um bairro, um simples bairro, que traficantes poderosos usurparam e, claro, os pobres, os usuários vão para lá porque os traficantes poderosos estão lá escondidos. E a polícia vai agir contra quem? Contra o morador de rua e o usuário, e não contra o poderoso. Você não ouve falar que 100, 200, 400 traficantes

Reflexões sobre diferentes tipos de violência: construção de uma segurança que observe a diversidade

*Coordenação Nacional do Movimento Nacional da População de Rua.

foram presos na Luz, mas sim que 240 moradores de rua foram pegos na Luz e jogados na porta do albergue. É essa a política pública de segurança que nós queremos? É assim que o morador de rua tem que ser tratado? Fora a ação na calada da noite, na qual guardas municipais que foram preparados para proteger o patrimônio público dão proteção a funcionários públicos para tirar os documentos dos moradores de rua, jogar água do rio Tietê neles e depois vêm falar: “não, nós discutimos direitos humanos”

O importante não é discutir, é fazer, é agir, é estar lá. Então eu acho que quando o tema da vitimização das mulheres é apontado, nós tratamos também da questão da vitimização da população de rua, que tem mulheres, negros, ciganos, índios vindos do Amazonas que hoje estão nessa situação. Qual é a política que existe hoje para o cidadão? Eu falo cidadão, porque por mais que ele vá pagar sua pena, quando ele sai da cadeia, vai para onde? Para a rua. Hoje nós temos uma porcentagem de egressos prisionais e não existe uma política pública que atenda de fato esse cidadão e que dê moradia, trabalho ou que lhe devolva a dignidade. O que se oferece para ele? Simplesmente um chute no “bumbum” e “siga o seu caminho”, então o indivíduo tem um rompimento familiar, e vai pra onde? Para a rua.

Mas o movimento não está na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, pura e simplesmente. Ele está como sociedade civil para não criminalizar também a polícia, mas para ter uma polícia cidadã, humanitária, consciente, comunitária. Não adianta você falar de guarda comunitária sem estar na comunidade, sem discutir e interagir com o povo, sem vivenciar o que o povo da rua sofre. É essa ação que eu proponho às três polícias: civil, militar e municipal, a metropolitana ou as municipais, que discutam humanamente com a população de rua.

Eu queria contar para vocês um fato: desde 2004 nós começamos a preparar um Natal solidário. O ano de 2004 foi bom, 2005 foi calmo, 2006 veio a guarda com cassetete, spray de pimenta, bomba de efeito moral no vale do Anhangabaú e acabou com o Natal solidário da população de rua, porque disseram que viram um morador de rua jogando uma bombinha no orelhão. Tem as câmeras e não pegaram morador de rua fazendo nada. O cara estava no orelhão e não explodiu nada, não saiu fumaça de nada. O Ministério Público foi lá. Apanhamos, até eu apanhei, levei spray de pimenta na cara, um monte de coisa. Em 2007, preparamos o Natal de novo. “Gente, não vai acontecer nada”, mais de 500 pessoas na praça, crianças, adultos, idosos, chamamos todo mundo. Não distribuimos comida na rua, nossa proposta

era trazer cultura, ações, hip hop, música, todo tipo, forró, boro-godó e qualquer coisa mais. Trazer cultura para o povo que está perdido e que sofre. Vem de novo a guarda metropolitana da cidade de São Paulo e acaba de novo com o nosso Natal. Vem na Praça da Sé, com spray de pimenta e os caras ainda mostram os dedos para nós, dizem que nós não somos de nada. Vamos para a delegacia, fazer boletim de ocorrência, com vereadores no evento e várias autoridades. Então eu disse: “Espera aí, isso está errado, vou pensar numa outra estratégia”.

Em 2008, o que eu fiz? Chamei a polícia militar, chamei a guarda metropolitana, chamei os movimentos e as organizações que trabalham com a população de rua. Pedimos para o coral da guarda fazer a abertura e o coral da polícia militar fechar o Natal solidário. Pronto! O coral da guarda abriu, não houve violência nenhuma, e o coral da polícia militar fechou. Foi o melhor Natal solidário que nós fizemos. E eu acho que essa é uma ação comunitária, a ação de comer junto, de estar junto.

Os indivíduos que moram na rua não são bandidos, não são ladrões, são vítimas sociais, eles perdem o direito a tudo quando estão na rua. Eu morei 15 anos na rua. Hoje eu saí, não moro mais na rua, mas estou no Movimento Nacional por essa conscientização, por essa luta. Morei 15 anos, hoje tenho duas filhas, tenho companheira. Eu acho que temos que dividir as coisas. Eu me solidarizo com as companheiras feministas em todos esses sentidos, porque na rua tem muita violência, e violência gera violência.

Recentemente - e eu peço desculpas, não é nada contra a polícia, mas contra a ação da polícia -, um policial alcoolizado simplesmente agrediu uma menina menor de idade na Praça do Correio. Um guarda metropolitano disse para ela: “Fuja, suma, evapore daqui”. Nós não deixamos. A própria sociedade que estava lá cercou o cara e falou: “não, isso é errado, vamos todo mundo para delegacia fazer boletim de ocorrência”.

Os movimentos sociais existem para ajudar o governo, para ajudar a sociedade. Eu trouxe um dossiê que fala das violações de direitos e propõe políticas públicas. São propostas de revitalização e de políticas públicas, tanto para segurança, quanto em relação à assistência social e educação. Existem guardas que não têm moradia própria, que não têm saúde. Então eu acho que está na hora de cobrar do governo federal, estadual e municipal que isso aconteça. Eu já ouvi de muitos guardas municipais: “poxa, você tem moradia definitiva e eu até hoje luto pela mora-

dia definitiva e não tenho”. Então, acho que a garantia de que o guarda, o policial tenha moradia digna para sua família, também é uma política de segurança pública. É isso aí, o movimento está aí, é para somar e dizer essas coisas.

3. A Segurança Pública no combate ao Machismo, Racismo e Homofobia

*Léo Mendes**

O machismo, o racismo e a homofobia são formas de violência humana, praticadas em todo o mundo contra os segmentos mais fragilizados de nossa comunidade: as mulheres, negros e índios, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Toda essa violência tem origem cultural, patriarcal e de dominação de um grupo social sobre outro. No caso do machismo é a tese da superioridade do gênero masculino sobre o feminino que prepondera. No caso do racismo é o pensamento de que brancos são seres superiores às demais raças e etnias. E no caso da homofobia é o entendimento que a heterossexualidade é normal (heteronormatividade), enquanto as orientações sexuais bi e homossexual e as identidades de gênero de travestis e transexuais seriam anormais.

Isto posto, coloca-se as mulheres, a população negra, indígena, cigana e de LGBT no espaço dos segmentos sociais mais agredidos e violentados diariamente no mundo e no nosso país. Consideramos ainda que o sujeito que é machista, é por tabela, também, racista e homofóbico. Portanto, o mesmo sujeito que covardemente bate, agride e mata uma mulher é capaz de fazer o mesmo com uma pessoa negra, indígena, cigana e LGBT. Políticas públicas, especialmente na área da educação, segurança pública – garantindo a capacitação e sensibilização de seus profissionais – e justiça são a saída para a construção de uma nova sociedade de paz e de convivência pacífica entre todos os seres humanos.

O que são as pessoas LGBT

A Sigla LGBT foi aprovada na 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para significar a comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. A Conferência ocorreu em 2008, em Brasília, e contou com forte participação da nossa Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transe-

* Jornalista e bacharel em Direito pela Universidade Católica de Goiás. Secretário de Comunicação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT e delegado eleito pelo Estado de Goiás para a 1ª Conseg, como representante do segmento sociedade civil.

xuais – ABGLT. De acordo com o movimento social, somos 10% da população nas cidades e no Brasil. Isto posto, representamos 20 milhões de cidadãos e cidadãs brasileiras que tem a orientação sexual bi ou homossexual (gays e lésbicas) ou identidades de gênero travesti e transexual.

Desde o final do século passado, a Organização Mundial da Saúde – OMS retirou a bi e homossexualidade da condição de doenças e afirmou que são tão normais como a heterossexualidade. O Conselho Federal de Psicologia, normatizou, há 10 anos, uma portaria que proíbe psicólogos de tentarem curar, tratar ou reverter a bi ou homossexualidade das pessoas. Para a ciência, a homossexualidade e bissexualidade são orientações sexuais e não opção sexual. Ou seja, ninguém pode deixar consciente e voluntariamente de ser heterossexual e passar a ser bi ou homossexual.

A orientação sexual homossexual diz respeito a homens (gays) que têm desejos afetivos e sexuais por pessoas do mesmo sexo genital e a mulheres (lésbicas) que têm o desejo por pessoas do mesmo sexo genital. A orientação sexual bissexual diz respeito às pessoas que têm desejo sexual e afetivo pelas pessoas de ambos os sexos genitais. Travestis e transexuais se enquadram como heterossexuais ou bissexuais, pois estão na identidade de gênero feminino e têm atração por alguém do sexo masculino, por exemplo.

Uma primeira agressão feita pela sociedade, inclusive por quem é trabalhador/a da segurança pública, é tratar as travestis, com o uso do masculino “os travestis”. Aprendemos na escola muito cedo, que o que é do gênero feminino deve ser utilizado através dos artigos definidos ou indefinidos no feminino, portanto, “A” travesti ou “uma” travesti. Usamos “o travesti” quando formos falar com ou de uma pessoa com sexo genital feminino, mas que se comporta, veste e tem nome social masculino.

A segunda agressão é tratar as travestis e transexuais pelo nome dado pelos pais, o nome de cartório. Normalmente, esses nomes atenderam aos desejos dos pais, não levando em conta o desejo atual das travestis e transexuais que usam um nome social feminino, na maioria dos casos. Portanto, em vez de se utilizar os nomes masculinos para referimos às travestis e transexuais, devemos tratá-las pelos seus nomes femininos sociais como: Giovana Baby, Tathiane Araújo, Keila Simpson, Cris Stefhany, Fernanda Benvenuti, por exemplo.

Outra grave violação de direitos humanos de travestis e transexuais, aqui denominadas de “trans”, diz respeito à forma como são tratadas nas delegacias e penitenciárias masculinas do país. A priori, por terem a identidade de gênero feminino, devem ser encaminhadas para as delegacias de mulheres quando sofrem alguma violência e devem ficar em celas específicas para trans. O que se vê pelo país são agentes penitenciários tratando-as como se fossem do gênero masculino, raspando seus cabelos, obrigando-as a vestirem-se como homens e colocando-as em risco permanente de violência sexual, nos presídios após misturá-las com pessoas do sexo masculino.

Dados coletados pelo Grupo Gay da Bahia, GGB, através de manchetes de jornais, demonstram que a cada dois dias um LGBT é assassinado no país em virtude de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Isto é resultado da violência machista, racista e homofóbica no nosso país. Importante ressaltar que, na pesquisa da Fundação Perseu Abramo sobre homofobia no Brasil, ao se ouvir lésbicas e gays sobre o serviço exigido para vencer a violência, foi afirmado por mais de 69% dos entrevistados, que o adequado seria a criação de delegacias especializadas em crimes contra LGBT.

A 1ª Conseg

Na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública foi aprovado um princípio a ser cumprido pelos governos com o desafio de que a segurança pública deve ser pautada pela defesa da dignidade da pessoa humana, com valorização e respeito à vida e à cidadania, assegurando atendimento humanizado a todas as pessoas, com respeito às diversas identidades religiosas, culturais, étnico-raciais, geracionais, de gênero, orientação sexual e a das pessoas com deficiência. Deve ainda combater a criminalização da pobreza, da juventude, dos movimentos sociais e seus defensores, valorizando e fortalecendo a cultura de paz.

Os governos têm ainda a obrigação de colocar em prática as diretrizes cujos objetivos são a criação de mecanismos de combate e prevenção a todas as formas de preconceitos e discriminações, garantindo que não haja impunidade de crimes por motivações preconceituosas, com os recortes de pessoas com deficiência, geracional, étnico-racial, orientação sexual e identidade de gênero e a promoção de programas para a erradicação da intolerância e da violência de gênero, da pessoa idosa, de crimes raciais, e contra LGBT.



Referências Bibliográficas

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Anais da Conferencia Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. SEDH. 2009; Fundação Perseu Abramo (2009). Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=1770> Acesso em 12.06.2009, às 13h35min h.

BRASIL. Ministério da Justiça – Texto-base da I Conferência Nacional de Segurança Pública. MJ. 2009.

MENDES, Léo. Segurança Pública propostas para as conferências estaduais. Disponível em WWW.lgbtt.blogspot.com com acesso no dia 14.06.2009 às 14h.

4. Grupos específicos, violências generalizadas

*Mariângela Graciano**

Durante o processo de construção da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, a Ação Educativa, juntamente com um conjunto de organizações do campo da educação e dos direitos humanos, participou de Conferências Livres, nas quais buscamos ressaltar formas de violência que atingem dois segmentos específicos da população. Um desses grupos é constituído pelas mulheres que estão em situação de privação de liberdade no sistema prisional brasileiro. Elas representam cerca de 5% da população carcerária do país e sua condição de vida é marcada por violações de direitos, sejam individuais ou coletivos. A superlotação, a falta de assistência médica e jurídica e a extrema pobreza que caracteriza a maioria dessa população, fazem com que este seja um grupo totalmente excluído.

A situação da privação de liberdade feminina é agravada pelas desigualdades de gênero que caracterizam a sociedade brasileira. O perfil dessas mulheres¹ aponta que elas são, em sua maioria, jovens, negras e pobres. Sua inserção no mundo do crime é subalterna – a maioria é condenada por envolvimento no tráfico de drogas em função de relações afetivas ou familiares – e, quando presas, enfrentam a situação do abandono dos companheiros e terminam por assumir a responsabilidade pelo seu próprio sustento e também de seus familiares, sobretudo, os filhos.

O Estado brasileiro é omissivo em relação às especificidades da condição das mulheres, de forma que nem mesmo as insufi-

Reflexões sobre diferentes tipos de violência: construção de uma segurança que observe a diversidade

* Secretária Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e coordenadora do Coletivo Leila Diniz.

¹ Ministério da Justiça – <http://www.mj.gov.br/data>



cientes e precárias ações públicas destinadas às unidades masculinas chegam até as femininas².

Temos discutido e apresentado propostas de ações públicas de apoio a essas mulheres e também as suas famílias, sobretudo seus filhos. É urgente que tenham garantido o direito de convivência com os filhos e que eles recebam todo o apoio necessário a fim de não serem socialmente penalizados.

Outro grupo também relacionado ao sistema prisional são as mulheres esposas, mães e irmãs de homens e mulheres encarcerados. Essas pessoas ficam do lado de fora, mas são responsáveis por garantir a sobrevivência das famílias, de muitas crianças e adolescentes, enquanto seus pais e mães estão encarcerados.

Propusemos, em uma das conferências livres, que o poder público assuma a responsabilidade de identificar as famílias das pessoas que se encontram em situação de privação de liberdade, formule e execute ações de proteção e inclusão social. Particularmente, é urgente o apoio – material e emocional – às crianças e adolescentes, filhos e filhas de pessoas encarceradas, que enfrentam situações de discriminação, notadamente, na escola.

Indicamos ainda que o poder público municipal tem papel central nesta tarefa; não apenas das localidades que sediam prisões, mas todas as prefeituras. No mesmo sentido, governo federal e governos estaduais devem induzir e apoiar, técnica e financeiramente, a realização das ações.

Violência na escola

Outra forma de violência que tem ganhado espaço na mídia nacional e que atinge um grupo específico da população – estudantes e professores – é a denominada “violência na escola” ou “violência escolar”.

Uma primeira observação é sobre a forma como este tema vem sendo tratado no debate público, particularmente pela imprensa. Interessante notar que, tomando apenas o noticiário nacional como fonte, o que tem sido chamado de violência na escola é um fenômeno restrito às escolas públicas. Há uma dimensão bastante perversa nesta prática, que é a criminalização das escolas públicas – de seus estudantes e mestres.

Poucas têm sido as notícias que trazem informações sobre pesquisas que iluminem a situação – afinal, o que é violência na escola; como se manifesta; quem são seus promotores e vítimas; onde e como ela ocorre; que pessoas e instituições devem agir

2 Reorganização e reformulação do sistema prisional feminino – relatório final. Ministério da Justiça e Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. 2007. mimeo; “Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil”, apresentado à Corte Interamericana de Direitos Humanos em fevereiro de 2007; e Soares, Bárbara e Ilgenfritz, Lara. Prisioneiras – vida e violência atrás das grades. Garamond Universitária. Rio de Janeiro. 2002. 150p.

em situações de conflito na escola; quais os critérios de análise das situações de conflito nas escolas públicas e nas privadas; qual a relação entre a violência interna à escola e a que se manifesta na sociedade em geral etc. –, e apontem caminhos para a formulação de políticas públicas a fim de superá-las.

Sem dados e informações qualificadas, impera o senso comum tanto da divulgação de fatos, como no seu tratamento. Anunciar o aumento do policiamento e a instalação de câmeras de segurança tem sido a resposta rápida, e inconsequente, de alguns governantes a cada situação de conflito vivida em escolas públicas e divulgada pela mídia.

Os poucos dados confiáveis disseminados³ pelos meios de comunicação indicam que as situações de conflito nas escolas têm relação direta com manifestações de discriminação. Por que as pessoas brigam ou chegam à violência verbal ou física na escola? Em geral tudo começa com uma ofensa baseada em discriminações.

Em junho de 2009, foi divulgada uma pesquisa realizada pelo Ministério da Educação e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, que indica um fortíssimo componente discriminatório no ambiente escolar. A pesquisa foi realizada em 500 escolas de todo o país, envolvendo estudantes da penúltima série do ensino fundamental regular (7ª ou 8ª), da última série (3ª ou 4ª) do ensino médio regular e da Educação de Jovens e Adultos (2º segmento do ensino fundamental e ensino médio), além de professores(as) do ensino fundamental e médio, diretores(as), profissionais de educação que atuam nas escolas, e pais, mães e responsáveis que eram membros do Conselho Escolar ou da Associação de Pais e Mestres.

Impressiona os índices que indicam a predisposição em não estabelecer relacionamento com grupos diferentes. Na escala utilizada, zero seria a predisposição a contatos mais próximos e 100 o grau de maior distância. As pessoas homossexuais são aquelas de quem se quer tomar maior distanciamento (72%), seguidas daquelas com deficiência mental (70,9%) e ciganas (70,4%). Os outros grupos identificados foram deficientes físicos (61,8%); índios (61,6%); moradores de periferia ou favela (61,4%); pobres (60,8%); moradores de área rural (56,4%); e negros (55,0%).

A mesma pesquisa apontou que as formas de discriminação na escola têm relação inversamente proporcional à aprendizagem, ou seja, quanto mais discriminatório é o ambiente, menor é o aproveitamento de seus estudantes. Os resultados da pes-

³ Boletim Ação na Mídia (30/abr/2009 e 18/mai/2009), disponível em www.daeducacao.org.br/caonamidia, consultado em 25/jul/2009.



quisa no ambiente escolar refletem a sociedade brasileira, marcada por preconceitos que se manifestam em várias instituições.

Há, no desafio de superar a situação diagnosticada, duas dimensões. A primeira delas está relacionada ao desenvolvimento de um processo de valorização social do espaço escolar. Para tanto, é necessário afirmar positivamente estudantes e professores; garantir condições de funcionamento dos prédios, inclusive com a formação de profissionais que se sintam capazes de atuar em situação de conflitos; estimular que a produção de conhecimento seja uma experiência ao mesmo tempo instigante e solidária, compartilhada entre pessoas diferentes entre si e iguais na sua condição humana.

A outra dimensão extrapola o ambiente escolar, ou as políticas educacionais. Trata-se da responsabilidade que a sociedade, em geral, e o poder público, em particular, tem na construção da cultura da paz, só viável numa sociedade plenamente garantidora de direitos para todas as pessoas.

5. Reflexões sobre a segurança na perspectiva da efetivação dos direitos humanos: a construção de uma agenda na gestão das políticas públicas

*Raiane Assumpção**

Discutir, no atual contexto da sociedade brasileira, sobre os diferentes tipos de violência e a construção de uma segurança que observe a diversidade, exige que se assumam uma concepção ampla de segurança pública. Uma concepção referenciada na perspectiva da garantia, da promoção e defesa dos direitos humanos.

A adoção dessa concepção como paradigma se faz necessária na medida em que consideramos as contradições presentes atualmente na sociedade brasileira, entre elas, a existência de um Estado democrático de direito que convive com a produção e reprodução de diferentes formas de violência (ausência de moradia, uma educação reprodutivista, práticas xenófobas e preconceituosas, extrema desigualdade social, entre outras). Nesse sentido, parece-nos pertinente que a discussão sobre a segurança pública parta da análise e reflexão sobre a efetivação das políticas públicas e a vivência de valores que garantam a emancipação dos sujeitos e a justiça social.

* Doutora em Sociologia pela Unesp/Car, responsável pela Coordenadoria de Educação Popular do Instituto Paulo Freire e Professora do Curso de Serviço Social da Faculdade de Mauá.

É nesse processo de efetivação do Estado democrático de direito, via gestão das políticas públicas por meio da participação da sociedade civil organizada, que surgem os processos das conferências. Tratando-se especificamente da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, é necessário refletirmos sobre a gestão dessa política: a sociedade civil está participando?

Primeiramente temos que ter clareza a respeito da constituição da sociedade civil: estamos nos referindo a uma construção social extremamente heterogênea, com diferentes interesses e diversas concepções. Sendo assim, as conferências constituem-se em espaços de discussão, construção de agendas e encaminhamento a partir de diferentes visões, interesses e projetos societários. Têm sido espaços de reconhecimento, identificação de diferentes visões e, ao mesmo tempo, de diálogo para construção de alguns consensos e de ações concretas. Considerando a natureza dessa construção coletiva, podemos compreender as conferências como um processo de aprendizagem que tem permitido, no âmbito das políticas públicas, o reconhecimento da necessidade da efetivação da intersectorialidade: quem atua na área da educação necessita da segurança, como também a segurança não pode ser garantida sem uma política de saúde, e vice-versa.

Frente às aprendizagens que diversos atores, de diferentes áreas e segmentos, estão construindo a partir das conferências, coloca-se o desafio da efetivação daquilo que tem sido proposto e aprovado. O grande desafio está na gestão compartilhada entre Estado e sociedade civil de ações públicas que atendam às necessidades da população e promovam a vivência de valores na perspectiva da equidade e emancipação dos sujeitos.

Temos que criar estratégias para que não haja frustração dos atores que estão envolvidos neste processo. Uma dessas estratégias refere-se à efetivação da política de segurança pública, por meio de ações orientadas e organizadas a partir de princípios e diretrizes emancipatórios e de equidade social, que tenham implicações na vida dos sujeitos.

Em relação à implantação das políticas públicas cabe ainda um debate sobre a garantia do acesso e da qualidade. Tome-mos como exemplo, para explicar esse argumento, o acesso aos produtos ou serviços da política cultural nas grandes cidades. São realizados inúmeros shows e organizados locais com acesso gratuito, em sua maioria no centro das cidades. Como é possível garantir a presença de pessoas da periferia se elas não possuí-

rem recursos para custear o seu transporte ao local? Nesse sentido, essa política é universal, mas a maneira como ela se efetiva é desigual para os grupos que estão em uma situação de maior vulnerabilidade. A vulnerabilidade é compreendida aqui como uma expressão da questão social, ou seja, uma das formas de violência decorrente da organização da nossa sociedade, baseada no conflito: as relações sociais, o papel e atuação do Estado, as formas de produção e reprodução da vida social.

Dessa forma, compreende-se que, mesmo no processo democrático, o Estado não é neutro. Portanto, não podemos esperar que a política nacional de segurança seja isenta da influência da correlação de forças presentes na sociedade civil. Ela deverá expressar a intencionalidade hegemônica de um grupo dessa sociedade civil.

O que tivemos até o momento? Estamos construindo esse modelo de gestão compartilhada entre Estado e sociedade civil há duas décadas, desde a Constituição de 1988. Ocorre na política de saúde desde 1990, na assistência social desde 1993, na educação a partir de 1996. No entanto, quando olhamos para o processo e, conjuntamente para as necessidades da população, reconhecemos que as políticas públicas em vigor são insuficientes para a garantia dos direitos humanos e até mesmo dos mínimos sociais.

Garantimos, por lei, o Estado de direito e a universalidade do acesso. No entanto, a materialidade da expressão da questão social não permite o atendimento das pessoas da mesma forma. Existe uma parcela da população que sofre pela ausência do Estado, o acesso dificultado pela própria condição financeira e pela própria forma cultural. A cultura da nossa sociedade também é uma cultura punitiva e de defesa da padronização em detrimento à diversidade. Sendo assim, precisamos incorporar os direitos humanos e a convivência com a diversidade na dinâmica da vida social e nas diretrizes e ações das políticas públicas. Temos que vivenciar estes valores e garanti-los na política nacional de segurança, tanto na forma de organização das ações como também a formação dos sujeitos atuantes.

Portanto, no momento atual, o desafio é transformar as aprendizagens do processo das conferências em mudanças efetivas da vida cotidiana dos sujeitos. Caso isso não ocorra, corremos o risco de gerarmos um descrédito do processo democrático, cujos instrumentos foram historicamente construídos e propulsores do envolvimento dos sujeitos.





Capítulo III - Segurança e Participação: gestão democrática e controle social

1. Participação social e o Campo da Segurança Pública: Dilemas e Desafios

Luciane Patrício*

Abordar o tema da gestão democrática, do controle social e da participação da sociedade no campo da segurança pública não é uma tarefa trivial. De uma maneira geral, a participação da população na execução e no desenvolvimento das políticas públicas se mostra como um importante objeto de reflexão e, na área da segurança, tem sido experimentada de diferentes formas, como veremos a seguir.

Em primeiro lugar, é importante destacar que é a partir do período da democratização do país, no final dos anos 70 e início dos anos 80 que a sociedade civil inicia um processo de participação mais contundente na proposição e, em alguns casos, na execução das políticas públicas. Dentre os mecanismos adotados, talvez os conselhos gestores sejam os mais conhecidos, mas evidentemente são observadas diferentes formas de participação na gestão das políticas públicas no contexto brasileiro.

Carvalho (2001) destaca que mesmo com a liberalização do regime autoritário e a consequente ampliação dos processos de participação política, a democratização das instituições no caso brasileiro não se refletiu, necessariamente, na democratização dos direitos para os cidadãos. Em outras palavras, a democratização das instituições não se traduziu em cidadania para todos.

A discussão trazida por esse autor em seu livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho* destaca que a cidadania pode ser definida pelo conjunto de direitos civis, políticos e sociais adquiridos pela sociedade. Com exceção dos direitos políticos, uma vez que o sufrágio é universal, se analisarmos os direitos civis – direito à vida, à inviolabilidade do lar, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei –, alicerces da cidadania, assim como os direitos sociais – direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria, entre outros –, que garantem a participação dos cidadãos na riqueza coletiva, nos deparamos com a

*Antropóloga,
Pesquisadora
da Área da
Segurança
Pública e
Assessora
Especial do
Ministério da
Justiça.

cruel realidade de que estes não estão disponíveis para todos de igual maneira. A desigualdade social é refletida nas instituições e na distribuição desigual dos direitos. Tal cenário configura-se como uma democracia sem cidadania ou, como definido por alguns autores, de cidadania incompleta ou não consolidada, cujos objetos são cidadãos incompletos ou meio-cidadãos. Carvalho (2001) afirma que tal fenômeno pode ser explicado pela forma como esses direitos foram constituídos e adquiridos historicamente. Segundo o autor, se comparado ao modelo inglês, no caso brasileiro a aquisição dos direitos de cidadania se deu a partir de uma ordem não lógica, ou, como afirma, de uma ordem inversa.

“Uma das razões para nossas dificuldades pode ter a ver com a natureza do percurso que descrevemos. A cronologia e a lógica da sequência descrita por Marshall foram invertidas no Brasil. Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, a base da sequência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo.” (Carvalho, 2001, p. 219-220)

Tomando como premissa a análise acima, é possível afirmar que tal forma (ou ordem) de constituição dos direitos no caso brasileiro tem impacto direto na nossa ausência de tradição associativa e participativa. No Brasil, é bastante comum que os espaços de participação – com algumas exceções – sejam induzidos e conclamados pelo Estado. Assim, é comum que tais ambientes “artificialmente” constituídos expressem as necessidades locais e vocalizem as demandas dos cidadãos, mas isso não significa, necessariamente, que tais espaços sejam apropriados pela sociedade.

Outro aspecto decorrente da análise acima diz respeito à forma como os cidadãos se relacionam com o que é ‘público’. No Brasil, é comum que o significado do que é público seja utilizado como algo que, no lugar de pertencer a todos, à coletividade, é algo que é confundido como pertencente ao Estado. Dito em outras palavras, público no Brasil é recorrentemente empregado como se fosse sinônimo de estatal, o que faz com que os cidadãos entendam que o público é algo que pertence ao Estado, não à toda sociedade.

Logo, se o público é entendido como estatal ou apropriado de maneira particularizada pelo Estado, também é comum que a relação entre os indivíduos e a ‘coisa pública’ se configure como uma relação distanciada ou de baixa apropriação por parte dos mesmos. Isso, evidentemente, também se reflete na modesta participação dos cidadãos na gestão das políticas públicas. Entendemos a coisa pública como algo que não é de ninguém, em vez de tomá-la como um bem de todos.

É preciso reconhecer que temos avançado consideravelmente na direção do exercício de uma participação efetiva dos cidadãos e na constituição de espaços onde este fenômeno seja possível. No entanto, o que temos observado é a necessidade de um amadurecimento contínuo, de modo que tanto os problemas como as soluções características de um processo democrático de gestão sejam divididos e compartilhados entre a população e os responsáveis pelo governo do Estado.

No campo da segurança pública também é possível fazer algumas considerações acerca do tema da participação. Para tanto, tomaremos alguns exemplos para analisar a forma pela qual espaços, antes restritos às polícias e à justiça, têm sido ocupados ou apropriados pela sociedade.

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer o histórico hiato entre as instituições responsáveis pela segurança pública (em especial as polícias) e a sociedade civil de uma maneira geral. Mesmo considerando os esforços de aproximação entre sociedade e polícia, durante muitos anos considerou-se que a questão da segurança era um assunto restrito às polícias, distanciada da população, uma vez que tal proximidade era compreendida como sinônimo de promiscuidade ou de ‘contaminação’ das instituições policiais. Outro entendimento era o de que a segurança pública deveria ser tratada como algo secreto, circunscrito à proteção das fronteiras e da existência de um suposto “inimigo” externo que precisava ser combatido. Essa ideologia levou a um insulamento das instituições policiais, que se mantiveram atomizadas em seu trabalho e só muito recentemente têm vivenciado e praticado essa relação de colaboração com a população.

Por outro lado, conforme destacado acima, é possível reconhecer transformações nesse cenário. As instituições têm sinalizado seu desejo de construir uma relação diferente com a população. Destacaremos aqui cinco formas: a denúncia, o policiamento comunitário, as ouvidorias de polícia, os planos municipais e os conselhos de segurança pública.

A denúncia foi e ainda é uma ferramenta recorrentemente utilizada para estabelecer esse canal de comunicação com as instituições de segurança pública. Durante muitos anos, os movimentos sociais e as instituições de direitos humanos lançaram mão deste instrumento ora para denunciar situações criminosas, ora para denunciar violações de direitos por parte da própria polícia. Ainda que seja reconhecida a importância da denúncia, é também preciso considerar as limitações e riscos deste tipo de mecanismo, sobretudo quando a *denúncia* é utilizada de maneira sistemática e privilegiada pelas polícias. É comum que o significado de *participar* seja traduzido como *informar*, resumindo a prática da participação social em *denuncismo* e transformando os cidadãos em “informantes privilegiados” da polícia.

Já o policiamento comunitário configura-se numa importante estratégia de aproximação colaborativa com a população. No Brasil – ainda que o policiamento comunitário não tenha se institucionalizado completamente como filosofia em nenhuma instituição policial militar, sendo observado em alguns casos como uma modalidade de policiamento ou, em outros casos, sob a forma de núcleos ou batalhões especiais –, há muitos casos de sucesso passíveis de replicação. A filosofia de policiamento comunitário parte da premissa de que a identificação e a solução dos problemas relacionados à violência numa dada localidade devem ser compartilhadas com a população. Sua implementação, portanto, requer uma mudança do paradigma secularmente adotado pelas polícias militares, que valoriza o enfrentamento no lugar da prevenção e a ‘produção policial’, traduzida em prisões e apreensões, no lugar da mediação de conflitos e da adoção de formas adequadas de resolução dos problemas.

Outro ponto que merece reflexão é o trabalho das ouvidorias das polícias. A despeito desse tipo de instituição de controle externo ser reconhecida como fundamental num estado democrático de direito, ela não recebeu o devido investimento durante muitos anos. As ouvidorias de polícia começaram a surgir no Brasil em meados dos anos 1990, fruto do fortalecimento da sociedade civil e da baixa credibilidade da população nas corregedorias das instituições policiais. São mecanismos que têm como papel essencial servir de espaço institucional da sociedade civil no controle externo das polícias. Hoje, existem 17 ouvidorias de polícia no Brasil, que têm à frente o desafio de se configurarem como espaços de fato autônomos em relação às polícias e ao Estado, refletindo, portanto, mecanismos pertencentes à sociedade civil no processo de *accountability* da atividade policial.



Outra forma de participação social na elaboração das políticas de segurança é observada através da construção de planos de segurança pública no âmbito municipal. Com a publicação do decreto nº 4.991, de 18/02/2004, que define as competências da Secretaria Nacional de Segurança Pública, inicia-se um incremento ao investimento nos estados, mas sobretudo aos municípios, na elaboração de planos e programas integrados de segurança pública. Os planos têm sido, em geral, propostas construídas democraticamente nas cidades, cujo trabalho é iniciado a partir da elaboração de um diagnóstico para a definição dos problemas locais, através da realização de entrevistas e grupos focais. Uma vez que as informações são colhidas, são realizadas audiências públicas para o compartilhamento dos dados e das informações identificadas, de modo a divulgar aquilo que foi produzido e levantado, além de compartilhar as formas de responder aos problemas diagnosticados.

Finalmente, e talvez este seja o exemplo mais emblemático de participação social nesta área, está a figura dos conselhos comunitários, municipais e estaduais de segurança pública. A despeito da não existência de uma diretriz detalhada do Governo Federal sobre o seu funcionamento e seu *modus operandi*, a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública já traz, em sua discussão, a importância de se consolidar este espaço de participação.

Em 2008, foi realizado pelo Ministério da Justiça o primeiro levantamento nacional dos conselhos de segurança do Brasil. Seu objetivo inicial era exatamente identificar a magnitude de tais instrumentos de participação, pesquisando aspectos relacionados a sua estrutura, funcionamento, perfil do conselho e do presidente, natureza do trabalho, entre outros elementos. Os resultados da pesquisa revelam um cenário bastante heterogêneo. Dentre os aspectos identificados, vale destacar: há um conjunto de conselhos que, mesmo que identificados como consultivos em sua criação, tem desempenhado um papel absolutamente deliberativo na gestão das políticas; no que tange ao perfil dos presidentes, muitos conselhos têm um presidente cujo perfil se aproxima ao identificado nas associações de moradores, ou seja, as pessoas que comumente têm reivindicado direitos e ocupado os espaços de participação disponíveis; e com relação à estrutura, verificamos que ela ainda é muito pequena e o investimento ainda é muito restrito (existem conselhos, por exemplo, que não possuem sequer telefone, tampouco computador, internet, carro, etc.).

A estruturação e a criação dos conselhos ainda são recentes, sobretudo se estamos falando do campo da segurança pública, mas sinalizam importantes avanços no processo de participação social na tomada de decisão das políticas públicas. Um dado importante vale a pena ser mencionado: alguns conselhos de segurança pública não surgiram a partir de uma iniciativa da sociedade civil, mas por intermédio de algum tipo de provocação do Estado. No Rio de Janeiro, por exemplo, os conselhos comunitários tiveram início a partir de um decreto governamental que instituía os “cafés comunitários”, de modo que todo comandante de batalhão de polícia militar teria que realizar mensalmente, nas dependências da unidade, uma reunião com a comunidade local para falar sobre segurança pública.

Evidentemente, é preciso reconhecer a importância desse movimento, uma vez que este se desdobrou na ocupação da população de um espaço antes restrito à polícia. Mas vale lembrar também que no início dos “cafés”, assim como a responsabilidade de organizar a reunião, o comandante do batalhão também acreditava que este espaço era de sua propriedade e, portanto, que seria ele que deveria conduzir todas as reuniões, propor sua pauta, conceder e cassar a palavra dos participantes. Com o tempo, a partir do entendimento de que o encontro não era de propriedade do comandante, observou-se um processo de mudança do “café comunitário” para “conselho comunitário”, na qual o Instituto de Segurança Pública (ISP) teve papel fundamental. Neste novo formato, não só as reuniões poderiam ser feitas em locais distintos, como em escolas, igrejas, delegacias, etc., como se passou a perceber este espaço como um lugar de ‘propriedade’ de vários atores, sendo a polícia mais um deles.

Certamente trata-se de um longo aprendizado no processo democrático. A sociedade brasileira traz uma série de sinalizações que explicitam que a atuação das instituições democráticas é complexa e, muitas vezes, demanda uma profunda reflexão no seu exercício. Seja no campo da segurança pública, seja no conjunto dos demais direitos sociais, a participação da sociedade é um requisito do processo democrático e deve ser realizada com clareza, transparência e responsabilização de todos os atores envolvidos.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.



Guia de Referência para Ouvidorias de Polícia. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Presidência da República. Brasil, 2008.

MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

2. O papel dos movimentos sociais nos governos de transição democrática

*Benedito Domingos Mariano**

A reflexão que eu gostaria de fazer diz respeito às dificuldades dos movimentos sociais, populares e sindicais, de atuarem quando temos governos com agenda política próxima à agenda da sociedade civil.

Historicamente, o Estado é o grande violador dos direitos humanos. Temos, nos governos de transição democrática companheiros históricos que militaram conosco na sociedade civil. Figuras como Paulo Vanucchi, Vicente Trevas, Tarso Genro, Firmino Fecchio e tantos outros que têm um passado de vinculação orgânica com a sociedade civil. No entanto, temos dificuldades em manter nossas agendas e bandeiras de luta.

Apenas a presença de pessoas que foram lideranças da sociedade civil é garantia de avanços das nossas lutas históricas? É sabido que, nos governos de exceção, autoritários, a denúncia era a principal forma de luta. Quem não se lembra da greve dos metalúrgicos e dos bancários na década de 80? Quem não se lembra do movimento da Carestia, da Campanha pela Anistia, da luta pela Reforma Agrária, da luta contra a violência policial, do trabalho das comunidades eclesiais de base da igreja, da campanha histórica pelas Diretas Já, que mobilizou milhões de pessoas? Tínhamos uma visão objetiva de quais eram as principais lutas contra o arbítrio. E nos governos democráticos, qual é a principal forma de luta? Penso que esta questão ainda não foi respondida pelos principais movimentos e redes sociais da sociedade civil.

O fato é que setores da sociedade civil como o Movimento Nacional de Direitos Humanos, as pastorais da Igreja Católica, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e outras forças vivas da sociedade brasileira tiveram maior visibilidade nas décadas de 80 e 90 do que têm hoje. Houve um refluxo dos movimentos sociais, sindicais e populares na transição democrática. Talvez, uma das motivações deste refluxo é que muitas das nossas lideranças

*Secretário Municipal da Prefeitura de São Bernardo do Campo, Membro da Comissão Organizadora Nacional da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública.

viraram governo e não tivemos capacidade de formar novas lideranças. Mas só isso não explica o fenômeno.

É possível que a única grande bandeira de luta a continuar presente na transição democrática seja a da reforma agrária, muito em razão da ação do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra). Sem entrar no mérito da estratégia ou tática adotada pelo MST, é fato que nos últimos 10 anos, o MST representou o setor mais atuante e visível da sociedade civil. Talvez por esta razão sofra tanta criminalização por parte de setores conservadores da sociedade.

É inegável que os governos da transição democrática defendem o Estado democrático de direito e que as pessoas que estão nos governos e militaram na sociedade civil não esqueceram as bandeiras de lutas históricas. É inegável também que se ampliaram a inclusão social e os direitos civis e políticos. Os órgãos do aparato repressivo da União e dos estados federados não têm mais, como agenda, bisbilhotar os movimentos sociais, populares, sindicais e os partidos políticos.

A Polícia Federal, para citar um exemplo, hoje atua com maior rigor contra o crime organizado, usando a inteligência policial. A tortura não é mais endêmica no país e isto, inegavelmente, é um avanço.

Entretanto, também é inegável que nós não avançamos muito no que tange às reformas estruturais de setores importantes do Estado brasileiro. Em especial, não avançamos nas reformas do sistema de segurança pública. As estruturas das polícias civis e militares dos estados e da Polícia Federal são exatamente as mesmas dos períodos autoritários. O sistema de segurança pública é anacrônico, esgotado e a transição democrática não forjou um sistema novo.

As ouvidorias de polícia, que representaram a maior novidade no que se refere ao controle social das polícias, tinham uma atuação mais aguerrida nos anos 90. Hoje, temos Ouvidorias de Polícia em 17 Estados da Federação (ainda falta a Ouvidoria das Polícias da União), mas nem todas têm autonomia e independência para atuar. Sem essas prerrogativas, algumas delas correm o risco de tornarem-se meros órgãos burocráticos da estrutura policial.

As reformas estruturais das polícias, que representam a condição *sine qua non* para termos um novo modelo de polícia no Brasil, não foram, até agora, agenda prioritária dos governos de transição democrática. Talvez a questão da governabilidade leve os governos a pensar mais em consensos do que em dissensos. Mas as pautas e bandeiras históricas da sociedade civil



dialogam com os dissensos, em razão de apontar mudanças no *status quo* das corporações.

Portanto, penso que o principal papel dos movimentos sociais na transição democrática, no que tange ao setor de segurança pública, é não perder de vista, por exemplo, o fortalecimento das ouvidorias de polícia, como órgão autônomo e independente de controle social e fiscalização da atividade policial. Não perder de vista a necessidade de amplas reformas estruturais no sistema de segurança pública, tais como: a) revisão do inquérito policial, sobretudo o poder inquisitorial da polícia, de indiciar pessoas; b) revisão dos regulamentos disciplinares das polícias militares; c) desvinculação da polícia como força auxiliar e reserva do Exército; d) extinção dos foros privilegiados para julgar policiais militares estaduais; e) instituição de corregedorias autônomas e independentes das direções policiais; e f) inclusão dos municípios como cogestores da política de segurança pública, ampliando o campo da prevenção da violência e da criminalidade. Nesta perspectiva de inclusão do poder local no sistema de segurança pública, é fundamental ampliar o debate sobre a regulamentação das guardas civis municipais como polícias preventivas e comunitárias. Nós temos um legado no Brasil de policiamento ostensivo de caráter repressivo. Aprofundar o perfil de uma futura agência municipal de segurança pública, preventiva e comunitária, é imperativo para oxigenar o sistema.

Em última análise, a agenda de reformas no sistema de segurança pública do país é fundamentalmente uma agenda da sociedade civil e não dos governos. Mesmo daqueles governos que ajudamos a eleger. Ter movimentos sociais, populares e sindicais fortes, atuantes e propositivos é o melhor caminho para impulsionar mudanças nas três esferas de governo e no Congresso Nacional.

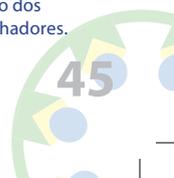
3. Segurança pública e participação popular: uma avaliação

*Renato Simões**

Participação popular é um tema típico associado à política pública a partir do debate e da aprovação da Constituição de 1988. A luta pelos direitos sociais, econômicos e os direitos culturais garantidos como direitos fundamentais contou com intensa participação popular, que foi também consagrada como elemento central para o exercício das políticas públicas ali engendradas.

Segurança e Participação: gestão democrática e controle social

* Secretário Nacional de Movimentos Populares do Partido dos Trabalhadores.



De fato, todas as políticas públicas que têm a participação popular como destaque e que são significativas para a sociedade brasileira constituíram-se em ruptura com os sistemas anteriores à Constituição de 1988 e contaram com intensa participação e pressão populares para sua aprovação no texto constitucional e sua posterior implementação.

Pois bem, a segurança pública é uma política pública sem participação popular significativa uma vez que ela não apresenta esses requisitos essenciais porque, em particular, sua concepção e práticas dominantes são mera continuidade dos modelos anteriores à Constituição de 1988. Essa linha de continuidade, que abortou propostas mais progressistas apresentadas no processo constituinte, tem sua expressão máxima no artigo 144 da Constituição Federal, que perpetuou o ordenamento institucional e jurídico das políticas de segurança anteriores. Para ser claro, a participação popular em políticas de segurança pública não existe, é marginal, periférica, irrelevante.

A triste realidade da presença popular na política de segurança pública se resume a três práticas absolutamente coerentes com a doutrina de segurança pública dominante antes, durante e depois do processo constituinte, e que só serão alteradas com a elaboração de uma doutrina de segurança pública adequada ao Estado democrático de direito. Esta é uma tarefa em andamento, ainda que lento, que envolve sociedade civil e governos e ocorre a partir de experiências inovadoras de caráter pontual.

Assim, as classes populares e a sociedade civil, em particular os movimentos sociais organizados, na atual estrutura de segurança pública, à exceção das experiências inovadoras, “participam” da política de segurança em três condições básicas: 1) na condição de suspeitos, e posteriormente réus em processos criminais; 2) na condição de informantes, de colaboradores da polícia para levar uma denúncia, para dar informações sobre outros suspeitos e potencialmente réus; ou 3) como contribuintes para sanar a precariedade material que as polícias enfrentam, para arrecadar recursos junto à comunidade para doações. Estes são os três grandes modelos de “participação popular” na atual estrutura de segurança pública.

Existem práticas inovadoras e essas são conquistas que precisam ser comemoradas e que são fundamentais para a elaboração de modelos alternativos ao atualmente vigente. Por exemplo, as ouvidorias de polícias independentes são conquistas da cidadania e exercem efetivo controle social, um dos elementos de qualquer política de participação popular. Os planos de poli-



ciamento comunitário discutidos territorialmente em conjunto com as comunidades locais existem em várias cidades do país. As conferências de cidadania, muitas das quais discutem temas e apresentam propostas para a área de segurança pública, como as de direitos humanos, mulheres, igualdade racial, juventude, e agora a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, são elementos importantes para uma política de participação popular. Como também são os conselhos, de várias naturezas, que se constituem nos planos local, municipal, estadual e nacional, ainda que com grandes fragilidades institucionais. Tudo isso é inovador, no contexto dos 500 anos de Brasil, dos vinte e tantos anos de ditadura militar mais recente, da ainda incompleta democracia que estamos construindo.

Eu diria que o grande modelo, nascido a partir dessas práticas inovadoras, que a sociedade civil ofereceu ao país em rompimento com as práticas e concepções autoritárias de segurança pública hoje vigentes, está contido em essência no projeto do Instituto da Cidadania, que cria o SUSP (Sistema Único de Segurança Pública) e que foi a base do programa de governo apresentado em 2002 pela candidatura Lula à Presidência da República. Esse sistema nasceu da sociedade civil. Foram fundamentalmente pessoas da sociedade civil, de organizações não-governamentais, de movimentos sociais organizados, profissionais da área, que realizaram seminários, debates, sínteses. Então, não é certo dizer que a sociedade civil somente denuncia e não tem elaboração. O SUSP é um marco para a sociedade civil, que fez concessões, negociações. É claro que esse texto de referência foi ao longo dos anos, e em particular no exercício do governo, alterado sistematicamente, desfavorecendo muitas teses importantes ali contidas.

Houve mudanças significativas no que tange ao tema da participação popular, do poder popular, nos anos que nos separam da vitória eleitoral de 2002. Essas mudanças expressam impasses internos do próprio governo, alianças realizadas, correlação de forças adversa para propostas mais avançadas, re-elaboração crítica dos programas propostos. Mudou a qualidade da relação movimento social-governo nesse período, em muitos casos para melhor, em muitos casos para pior. Eu diria que um dos momentos mais tensos na direção de políticas mais avançadas deu-se com o abandono progressivo de teses importantes do SUSP no âmbito do Ministério da Justiça no primeiro mandato do presidente Lula, em que pouco se avançou para tornar o SUSP central nas políticas públicas inovadoras que o governo federal adotou na sua agenda política para o país.

Em certo sentido, para esse debate nós perdemos ou acumulamos menos do que poderíamos nestes quatro anos. Estamos recuperando, na atual gestão do Ministério da Justiça, esse debate, que foi desenvolvido com altos e baixos considerando os oito anos de governo em curso e as várias gestões na Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça).

O Pronasci (Programa Nacional de Segurança com Cidadania) resgata parte da agenda do SUSP, ainda que devamos distinguir as duas propostas. Tudo o que está no Pronasci faz parte do SUSP, mas nem todas as propostas do SUSP estão inseridas no Pronasci.

Nós estamos em um momento – e a 1ª Conseg pode ser esse momento – de discutir qual é o fôlego das práticas inovadoras e das políticas do próprio Pronasci no contexto de uma estrutura que não mudou, e que tende a construir mecanismos e anticorpos de defesa contra essas experiências inovadoras de modo a assimilá-las, sem alterar a lógica do sistema.

Fala-se de certa diminuição do potencial crítico da atuação das ouvidorias da polícia. Seriam os ouvidores agora menos combativos do que antes? Não creio que essa seja a melhor explicação. O certo é que o Estado e os governos aprenderam a lidar com as ouvidorias de modo a diminuir seu poder de fogo. Em São Paulo, houve momentos de grande enfrentamento entre o governo estadual e a ouvidoria. Houve também momentos de esvaziamento da ouvidoria, através do estrangulamento administrativo e orçamentário, negando à ouvidoria os meios necessários e suficientes para exercer suas tarefas e atribuições legais. Cooptar, neutralizar, isolar, são práticas que muitos governos aprenderam a desenvolver diante da inovação representada pelas ouvidorias.

Outro elemento positivo do Pronasci é, sem dúvida, a proposta de formação de agentes policiais para políticas de promoção da cidadania e dos direitos humanos. É outra política que o modelo vigente já aprendeu a neutralizar. Portanto, não é só através de cursos que mudanças de prática e de concepção são introduzidas, nem sua eficácia é automática e imediata. O modelo atual não forma seus agentes de forma repressora e violenta, muitas vezes corrupta, nas salas das academias. Como em qualquer profissão, aprendemos na escola a parte teórica e se aprende, no dia a dia, a prática que muitas vezes confirma e muitas vezes limita e nega as teorias apresentadas nos cursos. Policiais em geral, neste modelo, aprendem a fazer segurança pública nas

ruas, pelos usos e costumes e de acordo com a tradição. Algumas são instituições centenárias.

Para concluir, uma breve reflexão sobre o papel que a 1ª Conseg pode desempenhar no avanço deste modelo de segurança e na construção de outro. No meu entendimento, a Conferência já tem seu mérito assegurado por ter sido convocada, por existir, por assegurar a mobilização e o debate em torno da segurança pública e, em particular, não só por suas decisões a serem aprovadas, mas pelos temas que ela pautará para o futuro.

Para tanto, não é possível interditar o debate sobre qualquer tema trazido pela sociedade civil às conferências deliberativas e livres. Não pode haver tabu, ainda que possamos ter claramente negociado uma avaliação de que a correlação de forças, no momento, não nos permite avançar o necessário em relação a temas como, por exemplo, a desmilitarização da ação policial ou outros do mesmo calibre.

Muitos elementos do modelo que propomos precisam ser consagrados no texto constitucional e, essas mudanças, esse Congresso que está aí não vai fazer. Outros elementos são parte de uma mudança cultural, alcançada com o cumprimento de uma trajetória de acúmulos que se constroem no curto, no médio e no longo prazos.

Nesse sentido, há que se louvar a iniciativa de realizar conferências livres no processo de preparação da 1ª Conseg, que tem permitido à sociedade civil, muitas vezes mais do que nas conferências deliberativas, pautar temas para além do texto-base oficial da Conferência e que considero estratégicos para a pauta desta e de outras muitas que, espero, virão. Esse acúmulo permitirá com certeza um aprimoramento do texto-base, a introdução de inovações, a derrota de retrocessos. O importante é que a agenda política aberta na 1ª Conseg será retomada no processo de preparação e realização da segunda, da terceira, da quarta e de tantas outras conferências que governo e sociedade civil devem realizar.

Desta forma, o debate sobre os temas estruturantes de um novo modelo, de um novo sistema nacional de segurança pública, terá o condão de permitir que as atuais práticas inovadoras que tanto louvamos tornem-se regra (e não exceção numa política já viciada) para a promoção dos direitos da cidadania, objetivo maior de uma política pública com participação popular que estamos a construir.

4. A participação da população através do PRONASCI

Rita de Cássia Lima Andréa*

Em relação ao motivo que nos levou ao seminário – as violências, as formas de enfrentamento e os vários desafios que estão colocados na nossa prática cotidiana – vários pontos importantes e complementares foram apresentados, enriquecendo a nossa reflexão e contribuindo para o debate. O que nos une é a convicção do quanto precisamos transformar a nossa prática na área de segurança pública e justiça criminal, considerando e valorizando a participação da sociedade.

Um dos desafios que gostaria de salientar é o de se encontrar caminhos para a compreensão de ambos os lados – sociedade e governo. De que é necessária e urgente a criação de canais de comunicação para a discussão de uma agenda comum sobre a segurança pública.

Iniciarei por esse desafio, que emerge da relação entre governo e sociedade civil, propondo aprofundar – hoje que fazemos parte do governo – sobre quem era a sociedade civil e como nos colocávamos na construção dos movimentos sociais, dos quais todos nós participamos para, a partir da memória, olharmos a nossa prática de governo, como recebemos e como respondemos às críticas e às sugestões desses próprios movimentos que nos fazem repensar, refletir e avançar na prática política.

Como incluir a sociedade civil organizada e sua contribuição no desenho e garantia das políticas públicas, em específico da política de segurança pública que estamos construindo e almejando a sua real implementação?

As políticas de segurança pública e de justiça criminal no Brasil foram sempre pautadas pelos governos, sem a participação da sociedade. Esta, raramente teve a chance para intervir e o fez nem sempre da forma mais adequada, preconizada pelo que se conceitua de participação democrática. Nunca foi chamada para a discussão, para essa participação, a não ser como vítima de um aparato institucional que reprime e que não dialoga. A realidade presente na história dos movimentos sociais, cujo mito institucionalizado de que “só a repressão funciona e garante e segurança pública” precisa ser repensado, desconstruído, substituído por uma política que considere o debate com a participação comunitária na perspectiva dos direitos humanos.

E é deste novo lugar – que preconiza a participação – que estamos falando. O meu testemunho está sedimentado em uma

Movimentos Sociais e Segurança Pública: a construção de um campo de direitos

* Socióloga, mestre em planejamento agrícola, especialista na área de segurança pública, direitos humanos e violência de gênero, consultora do Pronasci/MJ e da Senasp/MJ.

prática social, enquanto consultora para o programa de formação dos projetos governamentais do Pronasci/MJ/Senasp, no âmbito da SEASDH do Governo do Estado do Rio de Janeiro, como: Mulheres da Paz, Protejo (direcionado aos Jovens) e PEUS - Espaços Urbanos Seguros.

Na experiência que trago do Rio de Janeiro, existem algumas questões que fazem toda a equipe repensar: como podemos inovar? Como é a nossa “escuta”? Estamos, de fato, ouvindo a população de forma qualificada? O que é segurança pública? O que queremos dizer com esse novo conceito de segurança pública: “a segurança pública do século XXI”?

Na prática, no Rio de Janeiro, trabalhamos com 18 territórios que chamamos “Territórios do Pronasci”. São comunidades sediadas em 13 municípios do Estado do Rio, a maioria na cidade do Rio de Janeiro e Região Metropolitana. Ao chegarmos, para o reconhecimento desses territórios, ouvimos o clamor da população, das mulheres, dos jovens e das jovens, por uma nova postura de segurança, que não signifique, exclusivamente, um modelo de policiamento e sim uma filosofia que, implementada pelo governo ou pelos governos, mas iniciada pelo Governo Federal, que é o Pronasci, venha ao encontro da visão na qual a prevenção é o “carro chefe” da política de segurança.

O debate sobre um novo conceito de segurança pública, tema prioritário da 1ª Conseg, é uma das oportunidades para o diálogo direto com a sociedade civil. No Rio de Janeiro, trabalhamos com questões da cultura de paz e cidadania com segurança porque temos a clareza de que a cidadania é anterior à questão da segurança, e só se busca a segurança quando se tem consciência dos direitos de cidadão e cidadã.

O Pronasci inaugura uma nova fase na história da segurança pública no país, quando propõe a participação da população, das mulheres e jovens na discussão, podendo opinar, contribuir para uma segurança, na qual as ações de prevenção à violência e criação de alternativas para os jovens tomam um lugar de destaque.

Deparamo-nos com muitas dificuldades, com muitos problemas, mas também com muitas soluções apontadas pelas comunidades, refutando a crítica de alguns, que consideraram um equívoco o Pronasci trabalhar com as mulheres no resgate dos jovens (de 15 a 24 anos) das comunidades que estão no limite de se envolverem com a criminalidade, muitos já estão envolvidos, sem alternativas, fora da escola e sem projetos de vida.

Os inúmeros projetos que são realizados no Rio por ONGs e OSCIPs ainda não são suficientes, apesar de valorosos, para dar conta de uma questão complexa que envolve “poderes dispersos”, dentre eles o do crime organizado, que coopta um número considerável de jovens dessa faixa etária.

Quando 500 Mulheres da Paz se reuniram nas conferências livres para discutir a questão da segurança pública, estimuladas para a participação na Conseg, elas tiveram a oportunidade de fazer uma reflexão aprofundada sobre os destinos dos jovens e de suas comunidades. Reflexões sobre o presente e o futuro. Suas perguntas devem ser consideradas: por que chamar nossos bairros de área de risco? Por que temos que ser chamados de “o povo que mora na área de risco”? Por que não serem chamados de bairros? Por que as polícias “metem o pé” na nossa porta, sem mandado judicial? Estas mesmas perguntas devem ser usadas como inspiração de traçados políticos de segurança para todos e todas.

A 1ª Conseg propiciou este debate. O Governo Federal oportunizou esta participação com a postura de fazer uma política pública de via de mão dupla, com a sociedade exercendo o seu direito à participação efetiva.

Do outro lado, temos agentes de segurança pública que dizem: “a comunidade não auxilia, não nos ajuda”. A nossa pergunta então, é a seguinte: o que se entende por ajuda? Apontar as pessoas “envolvidas”? Todos sabem que isto pode gerar novas violências. A comunidade não pode ser a X-9 (alcagete), as pessoas não estão ali para isso. Vivem nos territórios cuja população se sente afrontada pela forma como o policiamento entra nas comunidades, de forma ostensiva, com carros blindados chamados “caveirões”, criando um clima de hostilidade e de confronto, em que muitas vezes a população tem sido “alvo” e vítima.

Na perspectiva do diálogo entre agentes de segurança pública (nas suas diferentes dimensões e responsabilidades) e populações das comunidades, inicia-se um novo processo para a construção da segurança pública no Brasil, a partir de um novo paradigma, traçado pelo SUSP (Sistema Único de Segurança Pública) no Pronasci. O que importa é que, ao sairmos da Conferência, que garantiu a voz de todos e todas, tivemos a certeza de que devíamos continuar no caminho para que a política de segurança cidadã que queremos se institucionalize de fato.

Um elemento que ressaltamos e que se tornou emblemático do processo preparatório da Conferência e na implantação do



Pronasci, é a perspectiva de uma política que combina ações de prevenção com ações de repressão, quando esta for necessária, com o uso legal, legítimo e consciente da força.

Estamos nos primeiros passos, realizando um trabalho por uma política cidadã, antecedidos por uma ampla discussão em nível nacional, quando foi elaborado a muitas mãos o Documento da Cidadania, fato que antecedeu a primeira política do Governo Federal para a segurança pública.

Devemos resgatar que existiu um esforço no primeiro mandato do Governo Lula, com o Professor Luiz Eduardo Soares a frente da Senasp/MJ para desenhar a “arquitetura” do SUSP. Foi intensa a discussão em torno de questões cruciais, dentre elas, como traduzir o que se estava almejando sobre a segurança em políticas? Como introduzir os temas que estavam no documento e transformá-los em políticas públicas de segurança? Qual a função das ouvidorias e corregedorias? O Pronasci está aí, mas depende, e isto é evidente, de quem o está implantando, de qual governo e qual o compromisso, de fato, com a população.

Finalizando, acho importante observar as experiências exitosas, na intenção de que o governo possa tomá-las como um parâmetro para levar para outros estados, para outros municípios, para fazer uma real discussão da segurança com cidadania e da real participação popular.

As pessoas que estão nos seus estados e municípios, compreendendo essa política, sabem o quanto é importante a interface com a segurança pública para melhorar a sua qualidade de vida, para dizer não às milícias, para dizer não ao narcotráfico. Ter instrumentos para garantir os seus direitos, para que todos e todas, mulheres e jovens, possam vislumbrar uma saída, uma alternativa, com autonomia da comunidade, com a segurança pública construída, fruto de um esforço coletivo pelas comunidades, sociedade civil e polícias próximas da população.



Capítulo IV - Repressão Qualificada da Criminalidade: o papel da polícia no Estado democrático de direito

1. Respostas brasileiras à violência: diálogos sobre segurança pública e polícia e o pacto civilizatório

Silvia Ramos*

Para os que são do campo progressista, que pertencem aos movimentos sociais ou se interessam por manifestações dos jovens de periferia, que lutam contra as injustiças e os direitos, ou seja, para os que compõem o amplo espectro conhecido como sociedade civil, falar de polícia é sempre um tabu no Brasil.

O tabu existe por diversas razões. As mais evidentes são a memória do longo período de ditadura militar, em que a polícia desempenhou um papel auxiliar às Forças Armadas, tendo se tornado uma instituição representante do regime autoritário. Por outro lado, uma tradição de esquerda formada naquele período – e lá se vão 30, 40 anos – teve pouca capacidade de rever e atualizar conceitos e até mesmo dogmas, passado o momento histórico. Por sua vez, o comportamento predominante das instituições policiais no Brasil, quase sempre fechadas ao diálogo com a sociedade civil, contribuiu para aumentar as distâncias e a certeza de impossibilidades. É certo que outras áreas sociais também se encontravam fechadas ao diálogo no período pós-ditadura, como as estruturas participativas, sindicais ou partidárias e as políticas de áreas sociais, como educação, saúde, assistência ou meio ambiente. A diferença é que forças vivas da sociedade tomaram como “missão” interferir, reformular e criar novas perspectivas nesses campos. Mas isto não ocorreu na segurança pública.

De fato, o problema não ocorre apenas no Brasil, embora aqui ele tenha atingido patamares inusitados, como vou mostrar adiante. David Bayley, o mais respeitado pesquisador acadêmico sobre polícia, dizia em 1985, que “a discrepância entre a importância da polícia na vida social e a atenção dada a ela pelo meio acadêmico é tão impressionante que exige explicação”. Segundo Bayley, as principais razões para a indiferença que havia predominado durante décadas nas ciências sociais de língua inglesa seriam quatro: o fato de a polícia raramente desempenhar um

* Cientista social e coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes.

papel importante em grandes eventos históricos; a atividade policial não ser exercida por membros da elite; a atividade policial implicar o uso da força da sociedade contra ela mesma, o que seria mais embaraçoso do que o uso da força contra estrangeiros; e o fato de que estudos sobre a polícia enfrentam enormes problemas práticos, como o acesso a arquivos e inexistência de registros. Bayley conclui: “um acadêmico que estuda a polícia deve estar disposto a realizar um trabalho de campo intensivo em ambientes cheios de desconfiança, dobrar a intransigência burocrática, tornar-se politicamente suspeito e socialmente malvisto”.

No caso brasileiro, pode-se dizer que o país despertou, por assim dizer, para o quadro gravíssimo da escassez de investimentos no setor durante décadas e da ausência de programas consistentes e nacionais de modernização das instituições policiais apenas quando o problema da violência transbordou nos centros urbanos e alcançou níveis espantosos. Passamos a perder 50.000 brasileiros vítimas de assassinatos todos os anos e atingimos a quinta mais alta taxa de homicídios de jovens de 15 a 24 anos do mundo, numa comparação com 83 países de todas as regiões do globo.

Para compreender como pudemos, como país e como sociedade organizada, chegar a tal denegação de um quadro dramático e reiterado por anos, é necessário lembrar que as vítimas da violência letal são predominantemente jovens negros e pardos, moradores de favelas e periferias das regiões metropolitanas de vários estados.

Uma “cultura de criminalidade violenta” que muito frequentemente compõe o contexto desse número assombroso de mortes, a maioria por armas de fogo, desenvolveu-se mais recentemente no Brasil de forma quase universal em municípios de grande e médio porte e deixou de ser exclusividade de algumas capitais. Como decorrência da criminalidade violenta, restrições ao direito de ir e vir, impossibilidade de desfrutar plenamente dos recursos das cidades e – nas periferias e favelas controladas por grupos armados de traficantes, milicianos ou pistoleiros – restrições graves à liberdade de expressão, de culto religioso, de opção sexual ou do direito à privacidade vêm se tornando a realidade cotidiana de milhões de brasileiros.

Que democracia resistirá quando “viver com medo de viver a vida” é uma experiência cada vez mais frequente de cidadãos de diferentes classes sociais, faixas de idade e locais de moradia?

Não deveríamos nos surpreender quando, após crimes bárbaros reiterados, aumenta a adesão de brasileiros de todas as classes, idades e ideologias, às “saídas” do tipo execução sumária, redução da maioridade penal, aumento das penas de prisão e restrição dos direitos de defesa dos percebidos como os “suspeitos de sempre”.

Pois bem, é disto que se trata: os diálogos sobre violência, segurança pública e polícia são nada menos do que nosso reencontro tardio com a opção pelo pacto civilizatório, que troca o mundo de todos contra todos, pelo mundo onde delegamos ao Estado, e mais especificamente às forças policiais, o direito ao uso legítimo da força em nome de todos. Ou seja, em nome da Lei que regula as relações no mundo dos humanos e o difere do mundo dos animais, onde vigora a lei do mais forte, do mais violento, do mais ameaçador. Se não conseguirmos investir decisivamente em propostas para a segurança e para a polícia, como fizemos na cultura, no meio ambiente, na saúde e na educação, o que estará em risco é a construção da democracia brasileira. Se não pudermos dar respostas à violência e à insegurança – como fizemos em outras situações agudas de crise no passado, como a da epidemia de HIV/Aids – estaremos não só naturalizando o fato de que o futuro de milhares de jovens pobres será a morte ou a prisão, mas provavelmente estaremos desistindo de construir um país onde justiça e democracia cheguem para todos.

“Todo camburão tem um pouco de navio negroiro”

Num cenário em que predominou por muito tempo, pelo menos até o processo da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, a escassa tradição de diálogo entre sociedade civil e instituições policiais, um setor vem chamando a atenção em relação a práticas inovadoras. Trata-se do campo de onde menos se esperavam iniciativas, de onde mais se esperavam resistências, os grupos de jovens de favelas, as lideranças da periferia. Excetuando as raras organizações dedicadas especificamente ao tema da violência e da segurança pública, como o Instituto Sou da Paz, o Ilanud, o Viva Rio ou o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a partir da década atual, alguns grupos emblemáticos de favelas, como o AfroReggae, a Cufa, o Nós do Morro ou grupos locais de grafiteiros e jovens urbanos, saíram na frente do bloco da “sociedade civil”.

Experimentos criativos e vitais foram desenvolvidos pelo AfroReggae, a partir de 2004, quando o grupo procurou o Centro

de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes dizendo que gostaria de desenvolver um projeto com a polícia, e não contra a polícia, como tinha feito desde sua criação, marcada pela chacina de Vigário Geral, protagonizada por policiais militares cariocas em 1993. O Projeto Juventude e Polícia foi desenvolvido com a Polícia Militar de Minas Gerais. De uma experiência piloto com duração prevista de um ano, a prática foi expandida e institucionalizada pela PM e pelo próprio Afro-Reggae, que passou a desenvolver outras frentes de trabalho. A partir de 2007, o AfroReggae criou um projeto com a Polícia Civil do Rio de Janeiro, denominado “Papo de Resposta”, que vem tendo forte impacto junto à polícia fluminense e junto a jovens de escolas públicas e de universidades.

Quando a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública foi deslançada, em dezembro de 2008, em cerimônia no Palácio do Planalto, ninguém menos que o rapper MV Bill, fundador da Cufa (Central Única das Favelas) falou em nome da sociedade civil. Lembrando dos casos emblemáticos de violência na Cidade de Deus, o músico disse que o lançamento da Conferência era um momento de festa, “mas lá fora, há uma guerra acontecendo neste exato momento”. Disse que a Conseg seria a oportunidade inédita de contestação na história do Brasil. “Eu acredito na reconstrução dessa lógica e sonhei muito com momentos de diálogo como esse. O povo da periferia não é vilão e também é preciso que a população sinta orgulho do policial. Temos que superar os estigmas e atuar juntos”.

Um das ações mais emblemáticas da Polícia de São Paulo, reconhecida pelo Prêmio Polícia Cidadã, criado pelo Instituto São da Paz há vários anos, é a de uma base policial no Jardim Rianeri, Zona Sul de São Paulo, que conseguiu reduzir as distâncias entre polícia e comunidade. No último ano, os policiais da base ganharam o Prêmio por ter convidado grafiteiros da periferia a fazerem desenhos nos muros da base e de um canteiro em frente à base. A história dessa ação é curiosa, porque ficamos nos perguntando quem teve mais coragem de quebrar o tabu, se os policiais ou os grafiteiros. Seja como for, a “maldição” foi enfrentada e os resultados são surpreendentes.

Surpresa maior é que o autor dos versos “todo camburão tem um pouco de navio negreiro” ou “era só mais uma dura, resquício da ditadura”, Marcelo Yuka, músico carioca, desenvolve há dois anos um trabalho em parceria com policiais de uma delega-

cia da Baixada Fluminense, levando cinema e oficinas de cultura para os presos e os policiais de uma carceragem, que atualmente é denominada “Carceragem Cidadã”. Na cerimônia de entrega do Prêmio Polícia Cidadã Rio, em 2009, Yuka leu, junto com o delegado Orlando Zaconne, um manifesto pela extinção das carceragens provisórias.

Os casos poderiam prosseguir, os exemplos vêm se ampliando nos últimos anos. O consórcio F4 (composto por quatro ONGs: Cufa, AfroReggae, Observatório de Favelas e Nós do Morro) iniciou um trabalho em presídios do Rio intitulado Rebelião Cultural.

Um dos exemplos mais curiosos, talvez, de capacidade de superação de estigmas é o do músico carioca Def Yuri, conhecido como autor de um rap sutil, intitulado *Foda-se a Polícia*. Há alguns anos Yuri passou a trabalhar em projetos de prevenção da violência no campo da segurança pública, dentro da ONG Viva Rio e se tornou uma referência para jovens de periferia e para policiais.

Essas experiências e trajetórias, eu creio, não demonstram que os grupos de jovens de favelas estavam errados ao criticar a polícia, denunciar as práticas discriminadoras de abordagem e a brutalidade que predomina nos contatos entre policiais e jovens de periferia. Elas provam que é possível assumir um papel criativo, ousado e radical em meio às tarefas de reformar as instituições policiais e enfrentar os preconceitos existentes de parte a parte. As experiências comprovam que aqueles que mais aceitam desafios para mudar a polícia são os mais afetados diretamente pela violência e corrupção na polícia. Como disse Marcia Jacintho – a mãe que ficou famosa por ter seu filho de 16 anos assassinado por dois PMs e que provou na justiça que os policiais fraudaram as provas, conseguindo que ambos fossem para a cadeia – ao entregar um dos prêmios Polícia Cidadã Rio, “mais do que ninguém, eu sei valorizar a importância de bons policiais”.

Por último, eu gostaria de mencionar os próprios policiais e o fenômeno novo que me parece ter relevância num cenário de aproximação entre sociedade civil e instituições policiais. A multiplicação de blogs assinados por policiais militares, civis, bombeiros, guardas e agentes penitenciários é um fato tão marcante nos últimos dois anos, que organizações como a Unesco vêm demonstrando interesse pelo acompanhamento desse campo extremamente criativo e novo de interlocução de policiais com policiais e de policiais com a sociedade e com a mídia.

De fato, uma pesquisa realizada em 2009, intitulada “O que pensam os profissionais de segurança pública no Brasil”, ouviu mais de sessenta mil policiais e constatou que os profissionais de segurança são tão ou mais críticos do que a própria sociedade quando se trata de avaliar a segurança pública, as corporações e o trabalho deles próprios. Predomina um enorme desejo de mudança e uma abertura significativa em relação a formatos futuros da atividade de segurança.

A “blogosfera policial”, como é chamado o fenômeno que em pouco tempo reuniu mais de cem blogs de policiais, vem indicando uma nova geração de policiais, antenados, ávidos por se expressarem, desejosos de verem suas palavras ouvidas e reconhecidas, e capazes não apenas de protestar em relação às condições de trabalho e ao dia a dia nas corporações, mas principalmente de elaborar conceitos e novas perspectivas de relações entre polícia e sociedade.

Esses acontecimentos, do lado dos policiais e do lado dos jovens de periferia, indicam que está na hora de intensificar o debate. Com mais coragem, é hora de quebrar os tabus e assumirmos os riscos de mudar. Inclusive a nós mesmos.

Referências bibliográficas

- BAYLEY, David. *Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. *A Blogosfera Policial no Brasil: do tiro ao Twitter*. Brasília: *Série Debates UNESCO, No. 1*, 2009.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Legalidade libertária*. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2006.
- SOARES, Luiz Eduardo; Rolim, Marcos; RAMOS, Silvia. *O que pensam os profissionais de Segurança Pública no Brasil*. Brasília: SENASP/PNUD, 2009.

2. Contribuições para o aperfeiçoamento das agências de segurança no trato da criminalidade e na relação com os movimentos sociais

*Adriana Loche**

O tema deste texto é repressão qualificada da criminalidade, um dos aspectos da atividade policial. Como sabemos, a promoção e a garantia da segurança pública é algo que está para além da atuação policial, e esta visão está cada vez mais consolidada. A repressão qualificada da criminalidade a que me refiro, diz respeito à investigação criminal, uma atividade reativa, que deve ser realizada pelo Estado por meio da polícia judiciária. Não podemos perder de vista que o Estado tem que ter esse monopólio mesmo, e que esta é uma atividade que deve ser conduzida pela polícia. Nesse aspecto eu queria trazer alguns pontos para reflexão, mas é importante ressaltar que me refiro a todo o país e não menciono nenhuma polícia específica. O que vemos no Brasil, em média, na repressão da criminalidade é que o controle sobre o crime ainda segue as linhas convencionais, ainda não inovou.

Apesar de todos esses avanços no diálogo da polícia com a sociedade, nas práticas bem sucedidas dessa proximidade, de programas pontuais, ainda temos um resquício muito forte de como era feita a repressão qualificada da criminalidade antes da democracia. Ainda há uma dificuldade muito grande na condução desse trabalho pelas polícias.

Eu colocaria essa dificuldade de duas formas: a primeira é o conflito de competência, que fica muito evidente entre as polícias civil e militar nos estados; a segunda é a duplicidade de gerenciamentos, equipamentos e ações de policiamento em decorrência desse mesmo conflito de competência. Vemos isso no Estado de São Paulo, que embora tenha demonstrado avanços recentes, ainda observamos a polícia militar querendo fazer investigação e a polícia civil querendo fazer policiamento ostensivo. Uma das coisas que considero primordial acerca da polícia civil é o seu papel de polícia judiciária, de investigação criminal. Seu papel não é fazer patrulhamento ostensivo. Então temos esses dois problemas iniciais que vão gerar uma série de outros problemas na repressão qualificada da criminalidade, na investigação criminal. Então esse é o conflito de competências: a briga entre as duas corporações. E quem perde com isso é a sociedade,

*Graduada em Ciências Sociais, mestre em Integração da América Latina e doutoranda em Sociologia - USP. É secretária-executiva do Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo e Coordenadora Regional do Movimento Nacional dos Direitos Humanos.

que perde na qualidade da investigação, e quem sai ganhando é o crime, pois ele ocupa os espaços que ficam abertos por essa crise. O outro conflito, que de alguma forma decorre do primeiro, diz respeito à duplicidade de gerenciamento, ou seja, temos duas polícias estaduais, portanto, são gerenciamentos, equipamentos e ações de policiamento duplicados, ainda que suas atribuições sejam distintas e já se tenha avançado no sentido de uma maior integração entre elas. Isso sem mencionar a Polícia Federal e as Guardas Municipais, que cada vez mais desenvolvem atividades de policiamento.

Há pouco tempo, São Paulo e alguns outros estados aproximaram as áreas de atuação destes corpos policiais. Antes, nem mesmo as áreas de atuação dos batalhões coincidiam com as da delegacia. Apesar dos avanços referidos em relação ao aperfeiçoamento das agências policiais, ele está longe de estar perfeito, ainda há muito que se avançar, ainda há muitos conflitos e a investigação criminal fica sem conclusão.

Sabemos que muitos dos avanços estão relacionados a temas que foram pautados por organizações da sociedade civil. Desta forma, gostaria de apresentar uma proposta que aborda esses dois problemas específicos, que culminam no problema da investigação criminal, da repressão qualificada do crime, que é a proposta de unificação progressiva das academias e das escolas de formação policiais.

Os polícias civis e militares têm que entender qual é o papel de cada um, atuando juntamente, pois, apesar das competências diferentes, como citado anteriormente, elas têm que seguir uma mesma linha. A polícia militar, que é a primeira a chegar ao local do crime, tem que saber fazer a preservação do local, para que a polícia civil e a perícia técnica tenham condições para atuação. Sabemos que, em muitos estados, isso não acontece. Assim, a polícia civil e a perícia técnica, ao chegarem nesses locais para investigar e coletar provas, respectivamente, não conseguem fazer o trabalho, tendo em vista o prejuízo da cena do crime. Isso ocorre com frequência.

Outra questão é a necessidade de integração do sistema de comunicação por área territorial e entre as agências. Por mais que tomemos conhecimento que o sistema é integrado, isso não ocorre na prática. É preciso criar um órgão integrado, que faça a fiscalização do fluxo de informações coletados pelas duas corporações policiais.

Outra proposta que melhora a investigação criminal e a repressão qualificada é a criação de uma corregedoria de polícia única, vinculada à Secretaria de Segurança. Isso porque, na repressão do crime, principalmente do crime organizado, sabemos que é possível que haja envolvimento de policiais em todos os níveis, desde o agente policial civil até o delegado, do soldado ao coronel. Porém, se ele é investigado por alguém de dentro da corporação, os superiores nunca serão punidos. Em geral quem está lá na corregedoria pode não ter força para investigar um superior e amanhã ele poderá estar sujeito a uma correição realizada por aquele que ele investigou. É necessário desvincular as corregedorias dos comandos das polícias.

Outro elemento é a importância de se resgatar o caráter técnico-científico da investigação, que hoje é muito baseada no informante, o que cria uma perversidade no sistema, uma promiscuidade da utilização do criminoso pela polícia. Reforçar o caráter técnico-científico da investigação criminal é imprescindível. Os Institutos de Criminalística e os Institutos Médico-Legais não servem só à polícia, eles servem a outros órgãos também. Servem ao poder judiciário, servem ao Ministério Público. Então, uma vinculação, uma subordinação dessas instituições às polícias é prejudicial à imparcialidade da investigação e para a efetividade da repressão da criminalidade. Essas são algumas propostas de como podemos reformular essa questão da repressão da criminalidade, qualificando-a.

E, por fim, aproveitando que no texto-base, no item específico da repressão qualificada da criminalidade, está citada a forma como as polícias atuam contra os movimentos sociais e populares, quando estes reivindicam direitos – em geral, usando a força contra seus manifestantes ou criminalizando as suas condutas –, nossa proposta é criar um grupo integrado de mediação de conflitos, formado pelas duas polícias, para atuar especificamente nos casos de reintegração de posse, de greves e de manifestações sociais e populares. A tropa de choque não deveria ser utilizada nas manifestações, nas reintegrações de posse, tampouco se deve utilizar a polícia judiciária para criminalizar as lideranças. É importante que as polícias criem esse grupo integrado para fazer a mediação. O que é apenas um conflito não pode ser percebido como um problema de ordem interna de segurança pública no sentido tradicional da palavra.

3. A experiência de atuação como trabalhadora da segurança pública em São Paulo

*Bárbara Travassos**

Devo começar dizendo que eu provavelmente sou uma provocadora, porque eu faço parte da polícia. Mas, eu sou também um tabu, porque sou filha de militante de esquerda. Meus pais foram presos, minha mãe foi torturada, meu pai foi trocado por um embaixador, morou em Cuba, casaram no Chile, nasci na Alemanha e só voltei com a Anistia. E além de tudo eu sempre fiz parte da sociedade civil.

Eu penso que a polícia está mudando e eu não sei quanto da polícia eu represento. Então, não entendam minha fala como representativa de toda instituição policial, mas como um exemplo, entre outros. Eu entrei na polícia e em nenhum momento fui questionada sobre meu passado. Preparei-me para isso em minha entrevista. Nela, disse que ia à passeata de Tributo ao Raul Seixas. Imaginem chegar à entrevista e dizer: “O que você estava fazendo lá no Anhangabaú, brigando com a polícia militar, dizendo que isso é um espaço público e que você senta onde você quiser?” Eu fiz parte do centro acadêmico. Nós fomos da luta do movimento estudantil da PUC, fui do IDEC e voluntária do Greenpeace.

A polícia hoje em dia tem uma pessoa como eu e existem muitas outras semelhantes. Entramos na polícia e houve aquele choque, a lavagem cerebral, a palestra de direitos humanos, que, quando acabava, os policiais que já eram da carreira diziam: “Esqueça tudo”. Essa foi a melhor aula que tivemos. Como eu vou esquecer tudo?

Logo depois que eu entrei para a polícia veio a greve. E a greve teve como proposta a discussão de porque tomamos uma decisão que era contrária a nosso superior hierárquico. Eu tive o azar, ou a sorte, não sei ainda, de ter um chefe muito repressor e que no primeiro dia de greve chegou lá berrando e dizendo que eu estava fora da polícia, que eu estava no meu estágio probatório, que eu ia ser presa; eu olhei para aquilo e falei: “Ai meu Deus, então tudo bem, eu vou ser presa, mas eu vou fazer a greve, eu acho que ela é importante”. Era importante pelo salário, porque a polícia de São Paulo tinha o pior salário do Brasil. Uma polícia que não dá um coldre para colocar sua arma, uma polícia que não paga o seu papel higiênico, mas tem verba. Eu não sei onde eles gastam, mas toda vez que colocamos no papel é um estretecimento na delegacia e em todos os setores.

**Delegada da Polícia Civil de São Paulo no município de Diadema e membro da Associação Paulista de Delegados de Polícia.*

Particpei da greve, quase fui presa e quando meu chefe estava querendo me levar embora junto com outro colega, a imprensa ligou, por conta da nossa Associação de Delegados, e falaram: “A delegada está presa?”. Eu falei: “A delegada sou eu, espera um pouquinho. Chefe, eu estou presa?”. “Não, eu estou indo embora. Vou fazer o quê?”. E aí ele deu entrevista dizendo que não era bem aquilo.

Eu não vou dizer que eu não tive muito medo. Mas, medo se enfrenta. Todo mundo tem medo. Eu tenho medo de ser polícia, mas se eu não enfrentar, não vou ser digna do que eu defendo e temos que defender alguma coisa. Enfim, veio a greve e depois veio a Conseg.

A Conseg foi o máximo. Primeiro porque eu encontrei muitas pessoas da sociedade civil. E foi muito bom porque também tinham muitos delegados, que são agentes da polícia e que defendem os direitos humanos e as minorias.

Nós temos policiais negros, como na nossa sociedade, temos policiais racistas, como na nossa sociedade, temos policiais gays, temos policiais feministas, temos vítimas de violência. Enfim, com relação à Conseg, eu gostaria de falar que foi a primeira vez que a polícia civil se reuniu desde que eu entrei na polícia. Não houve chefes brigando contra nós por conta da greve, mas todos juntos e quem tinha discurso eram os mais jovens.

Fomos trabalhando, eu tinha trabalhado no comitê organizador, graças ao André Dahmer que compartilhou a titularidade dele comigo, e eles olharam pra nós e falaram: “quais são os nossos princípios e as nossas diretrizes?”. Nós respondemos: “tem que ter uma de direitos humanos”. Todo mundo concordou. Isso foi um choque para nós, porque achávamos que eles iam discutir tudo no dia seguinte.

Existem algumas questões da Conseg que devemos abordar. Desmilitarização foi um tema muito mencionado. Chamamos a guarda civil para discutir, mas a visão deles de desmilitarização é diferente da nossa e talvez seja diferente da visão da PM. Nós também pensamos nisso. É preciso desmembrar essa diretriz para pensar no que queremos mesmo, porque com certeza esse é um tópico que a polícia civil vai levar e que se for parecido com o que a sociedade civil quer, vamos votar juntos.

Outro tema que deve ser discutido é a lei orgânica da polícia civil. Acredito que a sociedade civil deve participar da elaboração de uma nova lei orgânica, porque a nossa lei é um horror. Uma semana depois de quase ter sido presa, saiu no jornal que

eu não tinha viatura no plantão. E eu não tinha mesmo. Respondi a uma apuração preliminar por isso.

Na semana seguinte chegou uma viatura nova no meu plantão porque eu tinha ido para a favela, o carro tinha morrido e se a PM não estivesse lá eu não tinha como ir embora. Diadema tem favela e tem favela “brava” em que a polícia não entra mesmo. Quando entra, entra para tirar um morto, entra para resolver um caso de estupro, se não for isso, não entra. Diadema é, ainda bem, um município pequeno. A PM trabalha muito bem conosco. Eu não tenho quase nenhum problema. Até na greve foram companheiros, solidários e costumamos dividir bem o que é polícia na rua e o que é investigação do crime.

Só tenho uma ressalva ao que está sendo debatido. Eu não tenho certeza sobre a questão de a corregedoria ir para a Secretaria de Segurança Pública, porque os últimos casos de corrupção da polícia civil apurados só não foram para a rua porque o assessor do secretário de Segurança Pública era um dos corruptos. Então, se é para fazer corregedoria independente, vamos colocar o Ministério Público, vamos colocar a sociedade civil, não vamos colocar em poder do secretário porque eu acho que isso é dar mais poder para quem é mais político. E político no pior sentido: de vinculação partidária, de vinculação de governo que não vai querer estourar bomba na época de eleição. Eu acho até que devia ter eleição com uma parte da sociedade civil e outra parte de trabalhadores. Precisamos tirar esses que estão errados, esses que são corruptos. Até para sermos mais respeitados na sociedade.

4. Os acúmulos e resultados na formulação das políticas de segurança pública

*Denis Mizne**

Organizamos há alguns anos um seminário sobre segurança pública e sociedade civil, em parceria com Cesec e FES e, certamente, o avanço que podemos perceber desde aquele momento é muito grande.

Começo com uma “historinha” que vivenciamos no “Sou da Paz”, no ano passado, se não me engano em um dos nossos projetos da Brasilândia, que é na periferia da Zona Norte de São Paulo. O pessoal da Rota (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar da Polícia Militar de São Paulo), que não é exatamente o pessoal mais querido e tranquilo da polícia, chegou e flagrou alguns meninos estavam fumando maconha do lado de fora de um projeto

Repressão Qualificada da Criminalidade: o papel da polícia no Estado democrático de direito

* Diretor-executivo do Instituto Sou da Paz.



nosso. A polícia viu, os caras entraram no espaço do projeto e a polícia entrou atrás. Era o primeiro dia de aula, o projeto estava cheio de crianças e os policiais correndo com as armas para fora. Foi um choque, porque ali havia crianças, adolescentes, pais, enfim, uma situação muito difícil. Denunciamos esses policiais. Imediatamente, a denúncia foi apurada. No dia seguinte, havia uma equipe de investigação lá no espaço tomando depoimentos e fazendo outros procedimentos de praxe. Ficamos positivamente impressionados com a velocidade da apuração. Claro que o fato de termos feito a denúncia pode ter tido mais efeito do que se não fosse uma organização que é conhecida, mas o processo aconteceu e eu fui acompanhar a educadora, que efetivamente viu a situação, no depoimento dela dentro do quartel da Rota. Durante o depoimento, o policial que a ouvia falou o seguinte: “Descreva, por favor, o que aconteceu”. E ela, nervosa, falou: “tinha três meliantes fumando maconha no...” Ela usou esta linguagem para tentar se aproximar do jargão policial, imagino, mas o policial que tomava o depoimento, em seguida, disse: “a senhora se incomoda se eu colocar cidadãos?”

A história mostra um momento emblemático que nós estamos vivendo. O policial não falou aquilo com falsidade.

Vemos um grande problema, nos últimos 20 anos, que é o paradigma, a distância, a visão de que não se tinha uma agenda para a segurança pública. Eu acho que essa visão é falsa hoje em dia, mas foi verdadeira por um bom tempo. Não tínhamos outra coisa a dizer de segurança, então, a direita, o conservadorismo, ocupou sozinha esse espaço. Mas é a sociedade civil que vive com esses 50.000 homicídios anuais, e com tantos outros crimes que não são homicídios, mas também são graves. É a sociedade civil mais pobre, é o jovem negro, homem, morador de periferia das grandes cidades, que tem mais chance de ser assassinado na estatística; esse dado não é aleatório. O medo é aleatório, o medo é democrático, como diz Luiz Eduardo Soares, mas o crime não. O crime é bem segmentado, principalmente o crime violento e apesar de atingir a população mais pobre do nosso país, do nosso estado, por muitos anos, isso não foi o suficiente para mover vários setores que se preocupam com as classes populares, que se preocupam com as populações marginalizadas, para colocar isso como uma bandeira, como uma força.

Imagine a sociedade amedrontada, ouvindo de um lado alguém que defende coisas como “eu vou descer o cacete”, “prende e arrebenta”, “bandido bom é bandido morto”, “precisamos de Rota na rua”, etc.; e, de outro lado, alguém falando que “precisa-

mos fazer uma profunda discussão estrutural da sociedade, e a violência, depois que isso tudo for resolvido, vai desaparecer”? Obviamente que para a maioria da população pareceria mais lógico entender o discurso totalmente repressivo como o único discurso disponível capaz de solucionar o problema. E isso teve um efeito na construção das nossas políticas de segurança pública que, por muito tempo, só falavam em polícia, em repressão, que só discutiam mudar a lei, punir ainda mais aqueles que são presos e não se formulava nada além disso.

Foi a sociedade civil organizada que provocou uma mudança de paradigma, foram os setores progressistas dentro da polícia que fizeram essa mudança e foram governos progressistas na área de segurança que encararam mexer nessa situação e repensaram a repressão. Se hoje estamos falando de repressão qualificada, se incluir o termo “qualificada” à repressão virou obrigatório, isso tem a ver com o fato de que repressão por si só virou sinônimo de bordoadas, virou sinônimo de mais polícia, mais pena, mais crueldade. Porque a lógica que estava por trás do sistema repressivo era: a viatura com policiais com armas para fora batendo na lateral do carro para assustar o bandido. Essa é a lógica. O bandido vai ter medo, ele vai temer a polícia. E se todo mundo que está em volta também teme a polícia, esse seria um efeito colateral – não importava para os defensores dessa doutrina. Esse paradigma vem sendo modificado em vários estados. Ainda temos muito a avançar, mas estamos no caminho certo. Não só porque esse paradigma é profundamente preconceituoso, desrespeita a lei, é inconstitucional e precisa ser modificado, mas também porque ele é profundamente ineficiente. Não funcionou. A repressão por si só, essa forma de repressão, não atingiu aquilo a que se propôs.

Eu acho que a grande mudança começou no debate da segurança. Isso ainda não foi para o resto da sociedade, mas começou quando se passou a perceber que na sociedade civil havia pessoas também para fazer o debate técnico de política pública. Já não era somente a lógica de reivindicar, e é importante reivindicar. Não era só a lógica de denunciar, e é fundamental denunciar. Era também a lógica de sentar e falar: “eu quero melhorar, eu quero mais segurança”. E para me sentir mais seguro e para a população como um todo ficar mais segura eu preciso mexer em uma série de preceitos de como isso é feito.

Um ponto a se discutir, por exemplo, é a polícia de ciclo completo, porque as duas instituições estão arraigadas, estão aí

e não vão ser unificadas por decreto. Eu preciso discutir como vai funcionar, como fazer para não replicar trabalho, para uma polícia confiar na outra, para não termos uma disputa entre as polícias que é deletéria.

Hoje, o exemplo de eficiência policial no país é a Polícia Federal. A lógica de investigação da polícia federal é ouvir escuta telefônica, em grande parte. Existem trabalhos importantes de combate à lavagem de dinheiro, de investigação um pouco mais aprofundada. Mas, hoje, o que eu preciso aprender para ser um policial é ficar ouvindo: consigo autorização judicial, todo mundo é grampeado, o computador fica selecionando as palavras e aí eu vou lá e faço a denúncia. E nem sei se isso vai gerar uma condenação porque a mídia e a sociedade se contentam com o espetáculo da prisão.

Se depois da denúncia ninguém vai ser preso, paramos de olhar, porque estão olhando somente para a polícia. Não estamos olhando para o Ministério Público, não estamos olhando para o Judiciário, não estamos olhando para como esses procedimentos vão acontecer. O Ministério Público já é obrigado a fazer o controle externo da polícia. Por que não faz? Já está na lei desde 1988 e nós não estamos cobrando. Louvamos o Ministério Público, o que é legítimo, mas há uma série de coisas que precisam acontecer e que precisamos cobrar.

Eu acho que a sociedade pode perceber que a segurança é um tema, é um direito social, e devemos formular sobre ela como formulamos sobre outros direitos. Não vai haver transformação sem uma participação ativa da sociedade como não houve na saúde, não houve na educação, não houve na assistência social. Se não fossem os movimentos, se não fossem os trabalhadores, se não fossem os acadêmicos, se não fossem as pessoas que estão formulando política em cada área, as transformações não aconteceriam. O que eu acho que podemos ter certeza, trabalhando os últimos 12 anos nesta área e junto com a polícia em muitas coisas, é que existe ressonância dentro das instituições. Há muitos exemplos. Vemos uma nova geração da polícia. Muitos policiais já se formaram depois da ditadura. Muita coisa é problema de vocabulário. O que eu contei da historinha no começo do texto exemplifica isso. O cidadão acha que precisa imitar o pior da polícia para conseguir se aproximar dela e a polícia, muitas vezes, também quer dizer o mais radical.

Se sentarmos e dialogarmos, reconhecendo o outro como interlocutor, vamos ser – e já estamos sendo – capazes de superar

parte desse problema. Agora, temos um longuíssimo caminho a percorrer e, para isso, é preciso envolver muito mais setores da sociedade nessa mesma direção para discutir segurança, sentar à mesa, discutir com a polícia, brigar... Esse é parte do caminho a percorrer.

5. Garantir direitos é o primeiro passo

Fernanda Lavarello*

Quando falamos “A sociedade civil”, parece que falamos com letra maiúscula o “A”, mas eu não sei muito bem de quem estamos falando. Estamos falando de ONGs, de movimento social, de movimento popular, de moradores da periferia, do centro, estamos falando da universidade? Afinal, de quem falamos? Parece um aglomerado chamado “sociedade civil” que eu acho que merece ser problematizado. É preciso ter noção de com quem estamos dialogando, principalmente quando falamos da Conferência de Segurança Pública, esse debate fica ainda mais urgente. Quando falamos em participação, em controle social, precisamos pensar também que condições temos para o debate e o que estamos exigindo deste debate.

Pensando em uma sociedade civil, nos moradores da periferia de fato, que é onde o Cedeca Interlagos atua e que é de onde eu venho ou pensando na população que mora no Grajaú, Parelheiros, Capela do Socorro, fico pensando quais exigências no debate estamos fazendo a essa população que não tem acesso às políticas básicas? O que estamos exigindo quando falamos de “propostas qualificadas” com relação à segurança pública? E que “técnicas” são essas que nós achamos que precisam ser propostas? Penso que precisamos sim ter “A sociedade civil”, uma sociedade civil com propostas qualificadas.

Mas o que é mesmo a “qualidade” que está sendo exigida? Falar das demandas locais, da realidade cotidiana, não é “qualificado”? Precisamos criar metodologias adequadas de diálogo. Criar metodologias adequadas para conversar com crianças e adolescentes, sobretudo. Precisamos ouvir e garantir esse direito à participação de crianças e adolescentes, mas precisamos ter metodologias adequadas para ouvir, para trabalhar, para chegar a esse diálogo. Quando falamos nesse direito à participação da criança e do adolescente, que é algo que o Cedeca Interlagos tem insistido muito, falamos para além do Estatuto da Criança

*Diretora do Cedeca Interlagos (Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Interlagos), coordenadora da Anced (Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente) e conselheira do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.

e do Adolescente (ECA). Quando analisamos a Convenção Internacional dos Direitos da Criança que comemora 20 anos de existência agora em novembro, ela é muito rica nesse aspecto. Até mais rica do que o próprio Estatuto. Nós “sentamos”, historicamente, “em cima” do ECA e esquecemos o resto das legislações. E a Convenção é uma legislação importante porque abre um diálogo do Brasil com outros países, sobretudo os vizinhos latinos, que têm dificuldades e avanços parecidos com os nossos em diversos aspectos. E esse diálogo poderia ser feito a partir desses outros marcos legais que são comuns aos países. Nós temos nosso marco legal nacional e ficamos “sentados em cima” dele e esquecemos esse diálogo com nossos vizinhos da América Latina, principalmente.

Quando pensamos nessas propostas de metodologia adequada para esse diálogo, precisamos lembrar que a população que está na periferia, dos grandes centros principalmente, só se depara com a presença do Estado a partir da presença da polícia. É a única política que chega lá. E mesmo que seja uma repressão qualificada – o que, para mim, é algo estranho, pensar em repressão qualificada, mas, mesmo que seja assim – será que o Estado vai continuar se fazendo presente na periferia somente a partir dessa política? É preciso pensar um pouco nisso.

Em 2006, o Cedeca Interlagos fez uma pesquisa com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Uma pesquisa sobre abordagem policial que chamamos “Segurança pública para qual público?”. Problematizávamos: a serviço de quem a segurança pública está se colocando. Foram ouvidos cento e dezesseis adolescentes, todos cumprindo medida socioeducativa em meio aberto, liberdade assistida (LA) e prestação de serviço à comunidade (PSC). Perguntávamos aos adolescentes se estes já haviam sido abordados pela polícia e 96% diziam que sim. Um dado óbvio, uma vez que eles estavam cumprindo medida socioeducativa. Então, perguntávamos: “quantas vezes já foi abordado?”. Para muitos, era a primeira vez que estavam cumprindo medida socioeducativa, e 78% diziam terem sido abordados mais de quatro vezes, o que demonstra que a abordagem não é tão aleatória. Quando se perguntou como foi essa abordagem, 51% disseram que sofreram agressão física e destes, 47% disseram que isso ocorreu mais de quatro vezes. Não são dados nada leves. Perguntávamos se essa violência havia sido em decorrência de ato infracional, ou seja, se estavam em uma situação de infração quando foram abordados e sofreram violência. Não que se estivessem em situação de ato infra-



cional a violência fosse válida, justificável ou aceitável, mas, ao fazermos essa pergunta, 50% disseram que não foi no momento em que cometiam ato infracional que houve a violência.

Nessa perspectiva ficamos nos perguntando o que fazer quando vêm propostas de toque de recolher, e essas outras políticas que estão sendo propostas de criminalização da juventude, dos movimentos sociais e de limpeza urbana? Em Interlagos, o Cedeca tem fomentado debates e atividades de resistência a isso. Temos permanentemente nos perguntado: como de fato ocupar a rua? Temos experimentado metodologias de trabalho com os jovens e diálogos através da cultura, através da arte, através do esporte, etc. Pensamos em como ocupar e intervir na rua em uma perspectiva que não é de sair dela, de se “proteger” ou de ir para o espaço privado. Mas como ocupar esse espaço público nessa perspectiva? Nesse diálogo temos conseguido avançar em algumas percepções e em alguns entendimentos principalmente com os adolescentes. E temos visto o quanto eles têm de propostas, de denúncias, de reclamações e, sobretudo, de muita criatividade. Mas é preciso saber ouvir e ter metodologias adequadas para essa escuta e para essa provocação.

Sobre o tema da denúncia, que a sociedade civil muitas vezes é “denuncista”, eu concordo e penso que deve continuar sendo. Essa também é a função da sociedade civil, que deve ser propositiva, mas também deve denunciar. É preciso autonomia e consistência nas denúncias e dizer o que está acontecendo. Mas é uma denúncia também na perspectiva da mudança de cultura que precisamos fazer. Não é só uma questão de denunciar e dizer: “o policial é violento”. O que queremos? Que se prenda o policial? Qual é a proposta no sentido de mudança cultural que estamos fazendo? Quando vamos conseguir falar em uma sociedade que não precise de repressão? Que não seja a lógica da repressão qualificada o que queremos? Também é algo para se pensar.

A Anced, que é a Associação Nacional dos Centros de Defesa, da qual o Cedeca Interlagos é membro da atual coordenação nacional, tem se proposto a um desafio muito grande que é pensar em como enfrentar a violência, sem simplesmente mudar os atores que vão para dentro da prisão. No final das contas, a chamada “esquerda” quer o quê? Qual é a defesa que estamos fazendo? Temos visto uma tendência em muitos movimentos sociais de uma esquerda punitiva, de criminalizar o outro. A lógica da criminalização é a mesma, mas não vamos criminalizar o negro, pobre, etc. Vamos criminalizar o branco, o homofóbico, o racista? É em ou-



tra lógica que queremos trabalhar! Isso tem sido um desafio na Anced e não é um exercício fácil. Para o movimento da infância, esse debate precisa ser muito aprofundado. Em caso de violência sexual, isso é um transtorno. Não queremos que se prenda uma pessoa que violentou uma criança? Precisamos aprofundar o debate. Qual é a nossa demanda, qual é a nossa noção de sociedade, quais são as relações que queremos construir? A denúncia é necessária, mas temos que superar a lógica da esquerda punitiva.

Temos que continuar sendo muito firmes para dar visibilidade às violências, sobretudo às legitimadas pelo Estado. Acho que não é a mesma coisa quando falamos de violências que são praticadas por agentes do Estado escondidos atrás de estruturas estatais, de fardas, muitas vezes, ou de colarinho branco. Quando falamos de violências que são legitimadas e realizadas por agentes públicos, por agentes estatais, não podemos nos furtar de fazer a denúncia, superando sim a lógica “criminalizante”, a lógica penalista, mas precisa ser dada a visibilidade necessária a estas situações quando identificadas.

6. Repressão qualificada e prevenção combinada: aproximação da juventude com a polícia

*Preto Zezé **

O momento é novo e revolucionário, estamos debatendo sobre outros paradigmas, derrubando tabus e aprendendo muito com essa discussão sobre a segurança pública no sentido de incorporar um tema bastante complexo, já que a relação dos movimentos sociais com o tema se restringiu ao contato físico, no sentido da repressão.

No Ceará, aconteceu uma coisa interessante, que nos desafiou como movimento social. Pela primeira vez nós temos um Secretário de Segurança que mais parece um Secretário de Direitos Humanos nas suas ações, entendimentos e princípios. Temos pela primeira vez o atendimento de algumas das demandas antigas por munição, efetivo e viatura em larga escala através de um programa chamado “Ronda no Quarteirão” e, vale ressaltar, que esse programa, cujo princípio é a proximidade da polícia com a comunidade, nasce em pleno auge e na contramão do modelo “Capitão Nascimento” de fazer segurança pública. Em resumo, temos alguns indicadores de ocorrências controlados, mas o programa, depois de um ano, começa a mostrar os seus limites.

* Coordenador Nacional da Cufa – Central Única de Favelas.

Queria citar os movimentos sociais, para deixar bem claro porque eu acho que não existe proposta. Primeiro, esta mesa deste seminário, em si, é um retrato da minha fala, em que estão ausentes alguns personagens que citarei posteriormente.

Todas as mesas do seminário contaram com representantes que expressaram a diversidade de grupos e que tiveram contato direto com conflitos. No entanto, não temos, em nossa mesa, operadores diretos da segurança pública, como os que se encontram na “ponta”; isto é, o policial que vai para a periferia e reprime e “desce a bala”. E não falo isso querendo defender policiais repressores ou o “bandido policial da banda podre”, assassino, “pé-de-pato”. Não é esse. É, por exemplo, o cidadão do BOPE, pai de família que não aceita corrupção e acha que ir ao Complexo do Alemão trocar tiro e matar cinco ou dez bandidos, vai resolver o problema do país. E é muito fácil execrá-lo publicamente e dizer que aquele cara é um bandido, um assassino. Difícil é discutir que as sociedades, do asfalto e do morro, da classe média e da favela, legitimam essas ações.

Contraditoriamente, quando esse policial é flagrado e punido por executar uma ação a serviço do Estado, não é seu comandante, nem o Estado, que vai para o banco dos réus ou para o fuzilamento público na mídia. Pelo contrário, por parte do Estado a resposta é a condenação e punição e, por parte de seus superiores, evidencia-se a isenção de toda e qualquer responsabilidade, inclusive quando se considera esse membro como um caso isolado, sendo que esse caso “isolado” se repete o tempo inteiro. Então é muito mais fácil pegar aquele policial, execrá-lo e colocá-lo no paredão do grande “*Big Brother*”.

Outra questão é que pela primeira vez vamos saber se o movimento social tem proposta para segurança pública e verificar sua viabilidade juntamente com os operadores da segurança pública.

Além de nós, há muitas outras pessoas que estão no cotidiano dos movimentos. Acho que são os operadores na ponta da segurança pública que devem falar sobre os movimentos sociais da segurança pública. Eles nos forçarão a incorporar suas contradições. Será a hora de realizarmos uma troca de personagens, a fim de aprender sobre suas realidades. O lado deles será colocado em pauta, assim, ouviremos: “Vocês estão me chamando de truculento e violento? Pois, suba lá no morro, lá no Complexo do Alemão, a ‘bala comendo’ e vai ver se dá tempo de pensar se existe uma criança de doze anos ou um falcão lá do outro lado do

fuzil. Ninguém vê isso. Depois de derrubar aquele menino é que você vai ver que era um adolescente, uma criança de doze anos”.

Esse discurso não vai vir com o coronel, com o capitão. Eu não sei qual é a trajetória deles na polícia. Então eu acho que trazer essa experiência do campo de batalha para a mesa é um aprendizado muito importante para nós e uma contribuição para encontrarmos saída para essa guerra que não é nossa.

Particularmente prezo muito por isso, trazer esse conflito à tona e colocá-lo frente a frente, pela primeira vez. A primeira coisa a ser feita nesta questão é desconstruir o estereótipo.

Quando falo em superar a pauta “denuncista” é porque todos os movimentos falam de denúncia, inclusive olhando para o capitão aqui presente e se o coronel estivesse fardado estariam olhando para ele também, como se fosse uma forma de revide. E é muito gostoso para nós, é excitante, pegar um policial e dizer cara a cara para ele: “você me xingou, você foi racista, você foi homofóbico”. Para nós, é um gozo, mas não resolve. Supera um pouco as nossas crises, ficaremos um pouco felizes, sairemos por aquela porta dizendo “escrachamos, denunciemos a polícia”, mas não vai avançar para além disso. E não vai resolver, porque daqui não vai ser encaminhada denúncia nenhuma. E quando eu falo da pauta “denuncista”, não é dizendo “nós não vamos denunciar mais porque o cara ‘aloprou’, o policial ‘meteu a mão na cara’, bateu, fez invasão de propriedade, lesão corporal...”. Nós vamos continuar denunciando, só que dizendo que “se vocês estão dizendo que nem todos os policiais são assim, que a maioria é formada por homens bons, onde eles estão? Eu quero conhecê-los”. Quero convidá-los para tocar no evento dos moradores de rua. Quero discutir *hip hop* com eles. Quero discutir o conceito de “elemento suspeito”.

O capitão diz que enquadra todo mundo, que a polícia não discrimina, mas não é assim, e isso não é culpa somente da polícia. É que a sociedade legitima essa ação que faz do jovem negro um elemento suspeito, e a polícia apenas reproduz esta lógica.

Novamente sobre a proposta, fui a um debate sobre regulamentação e controle social dos programas policiais na televisão. Venho de uma cidade onde nós temos 14 horas semanais de programas policiais. Tem delegado que assiste ao programa e manda uma viatura para onde está acontecendo um caso. Ou o capitão do batalhão manda a viatura para lá. Então ele está sempre na mídia, está sempre respondendo a esse ponto. É necessário que debatamos isso, porque a mídia ajuda também a

construir esse estereótipo de truculência da polícia e de elemento suspeito do jovem negro.

Nós estamos nos esforçando, lá no Ceará, para vivenciar a “pedagogia do constrangimento” que implica no encontro de pessoas que pertencem a realidades semelhantes, mas exercem funções diferentes, como os policiais, que muitas vezes moram na mesma comunidade que os jovens negros e também gostam de *hip hop*. Eles não estão tão distantes. Por isso, é necessário fazer esse encontro. É reparatório. Eu acho que vamos fazer um armistício no momento. A conferência vai possibilitar isso. Reconhecer que você vai trazer as suas demandas e eu vou trazer as minhas, nos respeitando e nos reconhecendo enquanto representantes legítimos.

Um constrangimento para nós foi quando, ao conversar com o governador sobre a “Ronda do Quarteirão”, ressaltai: “tudo bem governador, viatura, munição, efetivo está resolvido, os indicadores estão baixando. A não ser o do furto que está ligado ao consumo do crack que está avançando muito. Não tem viatura que dê jeito, nem policial na rua armado que dê jeito. Mas, e as outras rondas, governador?” Acrescentei também que: “legal se uma viatura chegasse com as suas armas, com a sua viatura, o seu efetivo, mas também, com cinema, com música, com livro. Por que não? Se subisse um telão em cima de uma viatura”. Devemos pensar em outras coisas. Porque esse policial também convive com essas realidades. Ele não convive só com a realidade de truculência. Então, o governador Cid Gomes, topou nossa idéia e nos deu duas viaturas de Ronda que nós vamos grafitar com o nome “Ronda Cultural”. Cedeu 20 policiais para discutirmos estereótipo criminal, abordando racismo, gênero, favela, cultura urbana e o problema do crack. Este problema sobressai diante de muitos outros. Muitas pessoas que sofrem do vício do crack ficam desamparadas, pois o sistema penal está “estourado” e nós também não temos como cuidar daquele jovem na nossa comunidade. Precisamos levantar essa questão para discussão, elaborando uma pauta positiva de execução possível.

Para fechar, o que eu acho interessante também no debate de segurança pública é que ele não teve tão pouco alarde como o movimento de saúde porque há os planos privados de saúde. Não tivemos esse alarde na educação porque há a escola privada. Mas na segurança privada, por exemplo, o Ceará é o segundo mercado do Brasil onde o contingente da polícia militar, só em Fortaleza, é três vezes maior do que a polícia militar do estado e não resolveu.

A questão da violência, que então era exclusiva de zonas periféricas, tem chegado aos setores médios e organizados das cidades. Todos querem uma saída para esses problemas. Acho que a polícia passa a perceber parte da violência que afeta a juventude. A ponta do Estado com que a nós dialogamos é a polícia. Talvez essa violência expressada pela juventude seja uma forma de comunicação, porque a sociedade também se comunica através da violência. É principalmente uma necessidade de ter visibilidade por canais que, infelizmente, não foram abertos na escola, e no trabalho, que não dignifica. Então, há outros canais, infelizmente às avessas, de afirmação da juventude. Talvez se nós começarmos a entender isso, pararemos de treinar homens nos nossos quartéis bem armados, bem preparados para enfrentar moleques de doze anos de idade que queriam ser palhaços de circo e não segurar fuzil no morro. Vamos começar a perceber um pouco essa condição.

Existem outras coisas para desmontar lógica de guerra, como por exemplo, a repressão qualificada e a prevenção combinada. A aproximação da juventude com a polícia é uma possibilidade de remodelamento dessas lógicas.

Temos que abrir a porta da invisibilidade, do preconceito e do distanciamento. Chegou a hora de abrir nossas portinhas e deixar vir. Vai feder, vai doer, vai brigar, vai chorar, mas não tem outro caminho. O inverso é o que nós estamos vendo aí: o pânico e o desespero.

7. A construção da Polícia para o novo século

*Wilson Batista **

Após 22 anos de serviço, tenho a satisfação de fazer parte desse espaço, que procura abrir diálogo com representantes dos diversos segmentos que compõem os movimentos sociais para discutir sobre um assunto que aflige a vida de muitos brasileiros na atualidade: a segurança pública.

Esta é uma grande oportunidade inicial de quebrar paradigmas, pois em nenhum momento na história da segurança pública, sentaram em uma mesma sala policiais militares, policiais civis e representantes de segmentos como o Movimento de Moradores de Rua, Movimento LGBT, movimentos religiosos, representantes de universidades, pesquisadores, ONGs, até mesmo representantes do Ministério Público para traçarem diálogos

* Tenente-Coronel da Polícia Militar de Mato Grosso, especialista em Gestão Organizacional de Segurança Pública, membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Coordenador de Polícia Comunitária do Estado de Mato Grosso entre 2003 e 2007.

sobre um campo de direitos no qual está inserida a atuação das polícias.

Procuo mostrar algumas inquietações como policial e cidadão que me afligem nestes anos de experiência trabalhando em vários setores da polícia. Nesse sentido, destaco uma pergunta: qual o papel da polícia na construção do Estado Democrático de Direito?

Sabemos que a polícia não poderia simplificar sua atuação apenas no sentido de “pegar bandido”. Para a polícia, participar dessa construção é fundamental na evolução de um povo, de um país, até porque tem tudo a ver com proteção dos direitos e garantias individuais, essa instituição não deve continuar repetindo, como o fez no século passado, que sua responsabilidade era garantir a proteção do Estado e dos seus governantes.

Acredito que é necessário que a instituição policial sofra transformações no trato com seu público interno e com a sociedade para que ela possa ser reconhecida como parte de um processo de construção democrática.

Da mesma forma que estou fazendo uma leitura da área de segurança pública formada por suas polícias, é premente, após trabalhar na criação de 27 conselhos comunitários de segurança pública, perguntar qual é o limite de participação da sociedade no contexto de segurança pública, diante do Estado democrático de direito amparado pela Constituição, conhecida como cidadã.

Pois bem, historicamente sabemos, que no final da década de 80, após a promulgação da Constituição cidadã, os portões dos quartéis foram abertos e os policiais receberam a responsabilidade que doravante deveriam voltar seus serviços para a sociedade, trabalhar para sua proteção. Acostumadas a proteger o Estado e seus governantes, as instituições começaram a passar por transformações ainda não finalizadas nas quais procuraram modificar a sua doutrina de atendimento e relacionamento com a sociedade.

A partir do esforço de alguns componentes das instituições policiais, as comunidades começaram a ser incentivadas a participar do contexto de segurança pública, mas, sob o olhar dos gestores, a participação deveria se dar somente com o papel de “olhos e ouvidos”. Isso equivale à condição de denunciar fatos e delinquentes que agem nas ruas, nos bairros.

Outra forma de participação consistia na condição de promotora de doação de bens logísticos. Equivale dizer que o limite de sua participação era na perspectiva de fornecimento pela co-



munidade de combustível para os veículos, construção de prédios para alocar o policiamento no bairro, consertar os veículos, comprar pneus, enfim, materiais que o Estado deveria disponibilizar e não o fazia.

Daí a minha pergunta, meu questionamento quanto ao limite de participação da sociedade no contexto da segurança pública, para que efetivamente sejam minimizados os mais de 40.928 mil homicídios em uma nação que não está em guerra.

Esse evento tem a clara intenção de demonstrar aos gestores e governantes ainda reticentes a essa participação social, que o nível de participação tem que ir além do já observado, bem como há a necessidade de envolver outros segmentos que parecem não compor esta sociedade, como os representantes do Judiciário, Ministério Público, prefeituras municipais entre outros.

Diante do clamor social explicitado nos diversos meios de comunicação, que mostram vidas ceifadas devido a assaltos, seqüestros, foi gerada uma sobrecarga de trabalho. Os policiais são levados a trabalhar diuturnamente em escalas subumanas de 24 horas de serviço, o que tem gerado insatisfação dos policiais por encontrarem um sistema de segurança que não funciona.

O maior desafio enfrentado, ainda nas instituições policiais, é migrar do modelo doutrinário eminentemente reativo para um modelo que tenha capacidade de empreender ações pró-ativas diante dos problemas que ocorrem. Estas são as propostas do policiamento comunitário e o policiamento orientado para a solução de problemas.

Mais do que propor, é evidente que ao longo da história do país, os governantes dos estados nunca se preocuparam em criar e manter uma política de segurança pública que tenha como foco a gestão. O que é apresentado pelos gestores é, invariavelmente, os chamados “Planos Estaduais de Segurança Pública” com data de validade de 8 (oito) anos.

Nesse sentido, questiono o seguinte: na confecção desses planos, quantas organizações não governamentais foram convidadas a participar, discutir? Quantos ou quais pesquisadores das universidades participaram? Quantos presidentes de associações de bairros? Quais componentes dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública foram convidados, tomaram conhecimento das metas estabelecidas ou das formas de avaliação? Quais soldados, tenentes, capitães, majores e até mesmo tenentes-coronéis tiveram conhecimento e participaram de tão importante

“documento” que irá receber importante verba pública para proteger a sociedade?

Diante da não participação desses segmentos nesse processo, fica a clara dimensão de que um órgão que foi criado no período do Império ainda demonstra a clara característica de proteção do Estado e seus governantes. É uma clara demonstração de falta de diálogo, de troca de experiências entre os diversos contextos sociais.

Atualmente, a atuação das polícias ainda está sendo gerida pelos meios de comunicação, por meio de programas televisivos que definem, devido ao clamor público, onde deve ser alocado o policiamento e levando, dessa forma, o comandante da unidade a resolver somente os problemas que aparecem na mídia.

Este espaço democrático que traz para a discussão um assunto que antes era colocado “debaixo do tapete” é de suma importância para possibilitar transformações participativas com os diversos segmentos da sociedade. Acredito que é muito difícil esperar que essas transformações aconteçam somente por obra da polícia. A mudança do *status quo* demanda união de todos os setores da sociedade.

Pergunto, então: qual será a segurança pública após o término deste debate e dos demais promovidos pela 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública? Qual a polícia que queremos? Quem irá regular essa polícia? Quem irá avaliar e fiscalizar esses projetos?

Acredito que a construção dessa polícia irá acontecer de acordo com os sentimentos e anseios dos segmentos que representam a sociedade. É daí que se justifica o fato de que a mobilização e a participação social têm grande relevância nessa construção. O mito de que somente os policiais, pesquisadores e técnicos têm condições de discutir sobre a área de segurança está quebrado. É uma área que deve ouvir a todos indistintamente.

A conjunção de todos os esforços e as respostas às perguntas irão refletir diretamente na qualidade da repressão que a polícia levará para as comunidades. É na relação de atendimento que a polícia presta às comunidades que aparecerá a qualidade da prevenção proporcionada por essa força policial, criada num segundo momento da história para atender aos cidadãos.

Tenho a grata convicção de que queremos uma polícia que realmente esteja próxima das comunidades, trabalhando de forma transparente, promovendo diálogos em torno dos problemas locais, atuando de forma institucional independente de qualquer

comandante, delegado, agente. Uma polícia que seja construída obedecendo aos anseios sociais e que saiba ouvir o seu público interno.

Os governantes devem entender que existem várias maneiras para angariar votos nas eleições e não é assistindo a morte de mais de quarenta mil pessoas entre jovens, pais e mães de família, trabalhadores e crianças inocentes que eles se tornarão administradores respeitados.

É importante que esses mesmos governantes compreendam que para modificar o *status quo* é necessário construir programas de gestão de segurança pública que possam ultrapassar os prazos de validade de oito anos. Programas que possam ser avaliados continuamente e devidamente amadurecidos após vinte anos de democracia. A participação deve buscar sempre proteger o valor maior que é a vida.

Referências Bibliográficas

Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo. Ano 3. 2009

BATISTA, Wilson. Análise do Policiamento Comunitário sob a ótica do Gerenciamento Participativo Desenvolvido pela Polícia Militar na Região do São João Del Rey. Várzea Grande: Unemat, 2008.

ROLIM, Marcos. A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Ed Jorge Zahar; Ed. Oxford, Inglaterra.



Tema: *Direitos Humanos*

“Eu acho que ‘Direitos Humanos’ são o primaz da constituição, não pode haver segurança se não houver Direitos Humanos. Hoje os movimentos têm medo da segurança. Quando se propõe colocar a polícia no Rio para discutir com os jovens, é a mesma coisa que colocar a guarda metropolitana para discutir com o morador de rua.”

“(…) Nós ouvimos as contribuições dos presos que eram construir políticas públicas que articulassem setores garantindo trabalho, educação, saúde, e atenção especial as famílias, era essa a reivindicação que os presos apresentavam. Depois uma frase emblemática que mexeu com todas as pessoas que estavam ali presentes, uma denúncia, no sentido de revelar o que está oculto, silenciado: um preso dizendo que a política de construir mais presídios seria similar a construção de cemitérios para resolver o problema da saúde.”

“(…) Se estamos falando de segurança, que contempla e afirma os direitos humanos, é preciso ser solidário também com o policial que é correto, que trabalha dentro da lei, ganha mal, corre riscos e é odiado pela população. A denúncia é absolutamente legítima diante de um quadro gravíssimo de violações. Mas, quando eu falo que precisamos nos apropriar é preciso que a sociedade civil defenda os policiais, desse tipo de regulamento disciplinar. Que essa seja a nossa bandeira também, que os policiais não acabem presos quando eles cometem alguma infração. Que sejamos solidários. Se quisermos construir uma polícia que seja garantidora de direitos, a bandeira do salário melhor para os policiais tem que ser a nossa bandeira também.”

“A sociedade sempre se organizou, e o tema da segurança pública de direitos humanos sempre esteve ligado não só no campo da denúncia. Acho que todos se lembram do bairro Jardim Ângela que era considerado o mais violento do mundo. A concepção de segurança começa a mudar em São Paulo através do trabalho dos movimentos sociais daquela região, que se articularam em torno de um fórum em defesa da vida. O que eu acho que essa conferência tem de positivo é proporcionar o espaço

para que esses setores, articulados em torno desse tema, possam apresentar suas propostas.”

Tema: *Polícia*

“Já temos uma repartição de exército e não precisamos de mais exércitos. Precisamos de polícias que estejam na comunidade, que estejam envolvidas. Acho que é nesse sentido que os movimentos e a sociedade civil estão preparados para discutir e rediscutir.”

“Não dá para aceitar que um policial mate porque é parte de uma engrenagem simplesmente, assim como não dá para aceitar que um criminoso “cabeça do tráfico” mate porque ele também é parte de uma engrenagem social que o produziu. Nós não podemos abrir mão de considerar a responsabilidade individual. Há problemas sociais sim, mas há um problema moral e uma responsabilidade individual a ser levada em consideração.”

“A posição progressista e mais próxima da luta social, muitas vezes tem sido de um delegado de polícia, de um comandante de batalhão, de um sargento de viatura. Eu achei isso super importante (...).”

“O policial que está fardado também é vítima, mesmo eu, civil, se eu for roubado, se for pego a minha funcional, eu serei sumariamente executado, então nós também somos vítimas do processo.”

“Quero uma polícia que passe respeito e não medo. Eu não quero ter medo. Não quero ver um policial na rua, ter medo dele e preferir passar perto de um bandido, de um traficante do que passar perto de um policial. Essa é a sociedade que nós queremos.”

“Eu também não gosto dessa polícia e a luta é exatamente mudar isso. Mudar de uma maneira com o pé no chão porque polícia é necessário, mas nós precisamos de uma polícia. Ano passado fizemos uma greve em razão disso, uma polícia à altura de São Paulo, ou uma polícia à altura do Brasil. Uma polícia que seja temida pela sua eficiência e respeitada pela sua moralidade e nós precisamos construir essa polícia juntos porque os mesmos preconceitos que nós temos, como já foi dito aqui, são os preconceitos que estão na cabeça da população e isso não pode ser assim.”

“É dessa forma que eu acredito que nós vamos construir um mundo melhor: participando. Acho que é a primeira vez que

eu estou diante da polícia (...) sem tanta arrogância. Eu não gosto muito da polícia, já me aconteceram coisas na adolescência que me trazem esse medo. Talvez um dia eu venha a confiar na polícia, mas eu não confio na polícia. Eu acho legal essa presença aqui, eu estar perante a polícia (...). É a primeira vez que eu estou diante da polícia sem aquele medo e em uma questão assim mais *light*. Eu quero falar da questão dos negros, essa coisa dos negros morrerem tanto. Eu moro na periferia, eu sei como que são as coisas e como mãe, sou mãe de adolescente e eu tive uma luta muito grande para criar meus filhos sozinha, e graças a Deus eu sou uma das mulheres cujos filhos não se perderam. (...) Eu acho que devia haver um trabalho para resgatar essa juventude toda, programas de estudo, de inclusão social, não sei como teria que ser feito, mas dar livros, fazer eles terem hábito de leitura.”

“Eu também defendo a desmilitarização, eu defendo uma polícia única para que se tenha realmente possibilidade de integrar a força de segurança em uma discussão maior com toda a sociedade.”

“Na conferência de segurança pública [fizemos] um pacto de organizações, sociedade civil, poderes públicos, trabalhadores, pra dizer: ‘vamos discutir a igualdade de uma segurança pública para todos e não de que movimento, negro ou população de rua, ou isso, ou aquilo, quer acabar com a polícia’. Não, nós queremos é que a polícia seja unificada, que a polícia tenha qualidade do serviço, que a polícia aja nas ruas, nas delegacias, a qualquer momento.”

“O que nós queremos dizer é que a desmilitarização é importante porque a polícia tem a função de tratar com a sociedade, com o cidadão e o cidadão não é inimigo. Quando você é formado no quartel é para defender o território nacional, a soberania nacional. Essa é a questão importante de se falar. E essa cultura, é importante também dizer, grassou-se até hoje.”

“Muitas vezes procura-se criminalizar o policial, assim como o policial procura criminalizar toda uma comunidade quando ele entra de forma errada dentro daquela comunidade. Isso tem que ser dado um basta e para isso nós estamos aqui unidos exatamente nessa linha dos dois lados tensionado para que se possa se afrouxar essa linha e possa exatamente se construir uma segurança pública, fato esse que em nenhum momento da nossa história foi feito.”

“É preciso desconstitucionalizar o vínculo entre polícias militares e exército para que o exército não tenha que avaliar

armamento, não tenha que avaliar currículo escolar, não tenha que avaliar efetivos, deslocamento de efetivo, não é função do exercito e isso é desmilitarizar. Agora, vai ter mais ou menos consenso sobre isto, a sociedade civil levantar esses temas não quer dizer que é só para pautar o dissenso não. Queremos convencer alguém neste debate e quem sabe construir parcerias com gente que dentro do governo também tem a mesma opinião.”

“Tudo também passa pelo fortalecimento da atividade de inteligência das polícias. O que é basicamente a inteligência policial? És tu te antecipares ao evento adverso e se nós nos anteciparmos, por exemplo, a esse flagelo que nos assola, que é o tráfico de entorpecentes; se nós desmantelarmos o braço financeiro dos grandes traficantes, não vou dizer que o problema vai desaparecer, mas haverá um arrefecimento do problema.”

“Temos que rever papéis e temos que definir competências novamente. Eu sou bem insistente nessa questão, não só formalista, mas administrativa. Assim como ouvi propostas da criação de uma polícia penitenciária e aí também repito que a questão de policiamento dentro das penitenciárias é: como inserir o sistema penitenciário, o sistema prisional na questão da segurança pública? E por que ou como fazer a segurança por meio de uma polícia penitenciária?”

“A gente fica jogando tudo na cabeça da polícia, na cabeça do delegado, na cabeça de não sei quem e isso é discurso, isso é falácia. Temos que parar com a falácia. Nós estamos com 300 famílias debaixo do viaduto Nove de Julho. Isso é insegurança, isso é crime. Vamos parar de achar que é o policial que vai resolver. É a sociedade organizada.”

“É necessário se conhecer a polícia militar. É necessário que se conheça todo o serviço que a polícia militar presta. Como ela é transparente. (...) O comandante geral da polícia militar tem três metas de ação para o comando dele: é a gestão pela qualidade, a polícia comunitária e os direitos humanos.”

“Nós precisamos implantar um novo modelo de controle externo da atividade policial. Não mais esse controle exercido pelo Ministério Público que é ineficiente, inadequado e antidemocrático, mas na linha aqui do seminário, um sistema de controle externo mais ou menos parecido com aquele do Conselho Nacional de Justiça, em que haja participação dos representantes das instituições policiais e representantes também da sociedade civil. (...) Seria interessante que nós avançássemos nesse sistema de controle externo da atividade policial que não ficasse mais

por conta do Ministério Público, que é ineficiente, é inadequado e é antidemocrático.”

Tema: *Movimentos Sociais e Sociedade Civil*

“(…) Há um dado claro que nos salta aos olhos, que é o número de jovens negros que morrem. Isso fez surgir movimentos que não acreditam mais no diálogo, porque estão enfrentando aquilo na carne, na pele.”

“Ou de fato nos unimos, independente das nossas diversidades divisões, ou vamos sempre falar para nós mesmos (...) temos que dialogar com a população, desde aquele mais simples, até aquele que fala que ‘direitos humanos’ defende bandido.”

“Eu acho que devemos dar um passo adiante nessa questão, isso que parece uma polêmica de que os movimentos sociais só existem para reclamar das violações ou tem capacidade de propor. Acho que ninguém falou contra a capacidade de propor destes movimentos sociais. A própria participação na conferência, essa plenária temática, é também resultado da reivindicação histórica de movimentos sociais que estão aqui presentes. O que precisamos refletir agora é que esse momento é único para dar um passo adiante nessa reivindicação. Com foi dito, é necessário reclamar contra quem está infringindo e violando os direitos humanos, mas é preciso saber que o momento é outro.”

“Com a voz, com a participação de vocês da sociedade civil, vocês não imaginam como podem mudar o rumo da gestão da segurança no Brasil nos próximos anos. Sem esse apoio político da sociedade civil, dos movimentos sociais, fica muito mais difícil. Conseguimos poucos avanços até hoje. Não conseguimos fazer muito. Apesar da consciência de algumas polícias, apesar da pressão da universidade em alguns momentos. Mas com essa mobilização mais intensiva de atores tão relevantes esses avanços serão alcançados sem dúvida nenhuma. Por isso que a minha expectativa é, a despeito das divergências, que a Conseg seja pautada pela racionalidade do consenso que nos une e a partir dessas convergências definirmos uma grande agenda, política.”

“Acho que esse é principal passo, precisamos desconstruir essa idéia pétreia que os atores de segurança pública e justiça criminal tem sobre o movimento social e que o movimento social tem sobre esses atores. Isso já vem acontecendo. A estratégia de

resistência é legítima, e precisa continuar acontecendo no limite como você destacou. É natural que seja assim, mas justamente pela diversidade do movimento social precisamos continuar mantendo a estratégia de aproximação, de negociação e de proposição.”

“O movimento social (...) muitas vezes cai na armadilha do senso comum relacionado ao debate de segurança pública. Entende equivocadamente algumas pautas e se perde muitas vezes no discurso denunciante e panfletário ou em um discurso meramente ideológico, que eu acho que não cabe aqui.”

“As pautas dos movimentos estão lá, têm força, porque os movimentos se unem, mas elas não estão tão consolidadas em termos de uma pauta específica. E nesse processo todo de conferência eu sempre ouço falar em formação. Talvez consigamos fazer uma formação para a diversidade, (...) discutir a construção de uma cultura de paz.”

“Ninguém levantou aqui como é que o movimento social poderia contribuir para tirar as armas da mão da juventude. (...) Alguma vez conseguiram discutir com o próprio movimento como tirar da mão, da casa, as armas que as crianças pegam, que o jovem leva para matar outra pessoa quando ele briga, que mata a namorada ou o pai da namorada, seja lá o que for? Nós pensamos nisso? Ou achamos que é impossível? (...) Nós precisamos criar um jeito de tirar as armas das mãos dessa meninada porque toda vez que eu vejo: brigou com a namorada e atirou, foi para rua, fez não sei o que, atirou. Mas de onde é que eles tiram essas armas? (...) Será que nós não precisamos começar a pensar isso? Porque senão ficamos impotentes. Fazemos discurso, pregamos tudo isso e na hora, vai ver, matou.”

“Nós temos que ter uma aliança pela vida, sociedade civil, poder público e trabalhadores em qualquer área da segurança. (...) População de rua não tem raiva de nada porque ela quer é a unificação de tudo e que todo mundo viva em paz.”

“Talvez tenham faltado duas questões importantes que faz parte também dessa discussão de políticas públicas ou de prevenção a violência. Uma é a questão dos meios de comunicação (...) a mídia tem um papel fundamental nisso. E também a questão da cultura, a questão da religiosidade em uma cultura e que também o crime organizado tem o braço ligado infelizmente a alguns setores da religiosidade.”

“Não vamos conseguir construir consensos e essa diversidade de propostas reflete, nada mais, nada menos, do que a di-

versidade da nossa sociedade. A aparente falta de propostas que se traduz nisso.”

“Eu acho que várias vezes ao longo do seminário tocamos nesse assunto, quer dizer, quais são as demandas da sociedade civil e como elas aparecem (...). Vivemos em uma sociedade que é pautada, o direito é visto como um privilégio, e estar acima da lei também é visto como privilégio. Responder ‘que polícia queremos?’ Eu não tenho certeza que a resposta que a sociedade vai dar é: ‘Queremos uma polícia justa, igualitária, que cumpra a lei, que faça justiça.’”

“Precisamos dizer o que não queremos, apontar e denunciar e conseguir olhar para dentro da polícia, ver o que existe de bom e também fazer o controle social sobre isso. Como acompanhar essas práticas? Como garantir que um bom policial não seja punido porque ele se destacou dentro da sua corporação, da sua organização. Tem um novo desafio para nós também, como sociedade civil, na lógica do controle social, que é exercer o controle social positivo que ainda fazemos muito pouco.”

“A sociedade não sabe pensar punição, a sociedade não sabe pensar repressão, não sabe pensar em uma política completa de segurança pública, não sabe o que é ciclo completo de polícia e como é que deve ser estruturado. Discutimos muito mais polícia militar do que polícia civil, acho que para o bem e para o mal. Se fala pouco da importância da polícia civil e também e se discute pouco as mazelas, porque a polícia militar tem mais visibilidade. Não discutimos investigação. A Academia precisa pensar nisso, a sociedade civil precisa pensar nisso, o governo precisa pensar mais nisso. Precisamos superar essa visão mais limitada de segurança que é baseada mera e exclusivamente na punição.”

“Está se partindo de uma premissa de um Estado democrático de direito, de uma plataforma ideal. Primeiro, um Estado democrático de direito é algo a alcançar ainda. A grande parte da população não faz parte desse Estado democrático de direito. Inclusive nem direito a ter direito ela tem.”

Tema: *Dados e informações*

“(…) no Rio de Janeiro, as pessoas que lá vivem abrem mão de outros direitos em nome do direito civil mais fundamental: a integridade física. É uma espécie de mesquinaria de direitos.

Ou seja, eu abro mão da minha liberdade política, pago a milícia e acredito, de fato, que diante do tiroteio todo dia, em nome da integridade física, vale pena eu pagar vinte, trinta ou quarenta reais, porque o que está em jogo é o direito civil mais fundamental. Estamos falando de uma cidadania incompleta, uma cidadania tutelada, temos cidadãos de primeira, segunda e terceira classes. Acho que podemos refletir sobre isso.”

“Que tipo de dado tem que ser fornecido? Quais são? E como são? Parece-me que esse é o começo da conversa. Se não for assim, como vamos poder participar de fato, com propriedade? E participar dizendo ‘Olha, do orçamento público, isso que é destinado para educação no sistema prisional não dá. Não daria nem para começo de conversa’. Essa é uma expectativa da nossa parte.”

Tema: *Drogadição*

“Se vamos pensar em questões de segurança pública, a questão das drogas é fundamental. É preciso pensar em uma alternativa porque é uma guerra perdida e o próprio pressuposto da guerra às drogas, já denota a lógica em que ela está estabelecida. Uma guerra pressupõe o extermínio do oponente e não a busca de soluções dialogadas.”

Tema: *Estado*

“Não se garante a segurança pública com a eficiência do aparato repressivo do estado ou com a eficiência do sistema de justiça ou mesmo com a legislação por melhor que ela seja. Muitas vezes defendemos que o sistema de justiça eficiente, que o aparelho repressivo do estado eficiente seria suficiente, mas por uma questão de corporativismo, ou de comodismo ou até por desconhecimento de causa.”

Tema: *Diversidade*

“A gente sempre debate esse assunto e sabe que a maioria das vítimas é de jovens negros que vivem na periferia e tal. Eu vejo isso como um dos maiores desafios. Uma das maiores dificuldades que é fazer a aproximação entre essa realidade, que



é um problema estrutural do racismo, com as propostas ou políticas públicas de segurança.”

“Por que não chamar o coral do batalhão de choque da polícia militar para cantar com os moradores de rua? Por que não fazer um desfile de moda e convidar os estilistas ou o responsável pelas relações públicas da polícia militar e os travestis, por que não? Ao contrário do que falaram aqui: ‘Não, eu trabalho na área de juventude e cultura e educação, eu acho que não é a pauta da segurança pública’. Eu acho que sim. Porque se eu abro mão que segurança é feita com educação e cultura eu vou achar que é só munição, efetivo e viatura. E eu acho que essa visão está superada.”

“Costumam dizer que no Brasil o problema da reparação é que ainda não sabemos quem é negro e quem é branco. A polícia militar sabe, os grupos de extermínio sabem quem é negro e quem é branco, quem é rico e quem é pobre.”

“A violência contra a mulher, a violência homofóbica, sofreram durante muito tempo de falta de visibilidade. A criminalização desse tipo de violência cumpre esse papel de dar visibilidade a algo que a sociedade não reconhecia como violento. Eu acho que o estágio em que estamos agora é de pensar, que, uma vez que esse programa já ganhou visibilidade e é reconhecido, como vamos conseguir construir um discurso de vitimização para o jovem que é criminoso, porque ele vem de uma família desestruturada, porque ele não frequenta a escola. Isso justifica ou explica um pouco essa trajetória de infração desse jovem.”

“Temos o caso das travestis que às vezes são assaltadas nas ruas, vão para a delegacia, quando vão, fazer o boletim de ocorrência são completamente discriminadas, saem de lá como as culpadas, não como vítimas. Temos esse grande problema de como trabalhar isso dentro da polícia no contexto geral, tanto na polícia civil, na militar, na guarda metropolitana, que também é outro grande problema. Temos que pensar alguma forma de trabalhar essas questões.”

“A punição é importante hoje, as delegacias ainda são importantes hoje, porque as mulheres vítimas de violência quando chegavam a uma delegacia comum, primeira pergunta era que roupa ela estava quando havia sido violentada sexualmente. ‘Qual é a roupa mesmo que você estava? Onde era que você estava?’ E o direito de ir e vir, o direito de usar roupa que você quer? De vítima você passava a ser a provocadora como ainda hoje muitas mulheres são mortas em nome da honra, dizendo que foi

legítima defesa de honra. Honra de quem mesmo? A mulher não tem honra, ela macula a honra do outro.”

“Se alguém xingar um jogador de “veado”, como xingou o Richarlyson, o juiz vai rir, os outros jogadores vão rir, o locutor vai rir, o apresentador de TV vai rir, as pessoas que estão assistindo vão rir. Então quando nós falamos que precisa criminalizar a homofobia é para que alguém entre lá dentro, pegue esse jogador que xingou o Richarlyson de veado, meta na cadeia e que os outros vejam que isso não é brincadeira, que afeta a minha vida também. Ao xingar o Richarlyson ali dentro, está criando o ódio contra mim também, contra ele que está ali e é LGBT. Quando nós criamos essa legislação punitiva é porque nós estamos sofrendo na pele, ou na carne, ou nos ossos, ou na alma, o ódio e a intolerância. Não é o ideal, o ideal é que nós tivéssemos uma cultura de paz.”

“Quando pensamos na construção de uma segurança que observe a diversidade (...) não se pode organizar uma ação qualificada sem dados qualificados. Mas não temos um banco de dados mesmo, nem nacional, nem estadual, quer dizer, o trabalho dos dados é muito feito pelos movimentos, pelas organizações, de mulheres, as organizações de negros e negras, mas oficialmente por parte do Estado isso ainda é muito frágil. Então, todo conhecimento que se tem de quem morre mais, e nós sabemos que são jovens, negros, moradores de espaços populares, isso ainda é empírico porque o dado completo não confirma. Porque não existe. Então temos essa luta também para garantir a visibilidade dessas pessoas que são mortas e que esse dado seja o mais qualificado possível para garantir a informações de raça e etnia, orientação sexual. (...) Qualificar esse banco de dados, que ele exista, para que possamos organizar uma ação mais qualificada.”

“Eu acho que tem um campo aí quando falamos dessa diversidade, o grande desafio não só para a segurança pública, mas para a humanidade que é de fato a convivência entre os diversos. Para poder desfragmentar um pouco, porque é natural que seja extremamente fragmentado, mas termos mais força na hora de entrar num debate de segurança pública, precisamos trazer a diversidade como um dos principais focos. E aí, quando pensamos na diversidade é preciso também olhar para o outro lado. O tempo todo, nas falas, criticamos as instituições de segurança, as instituições do Estado, que de fato ainda reproduzem uma lógica extremamente repressiva. Mas essas instituições também são permeadas por essa mesma diversidade que vemos na socieda-



de civil. (...) é preciso achar um canal de diálogo verdadeiro por mais que seja difícil, por mais que muitas vezes o que nos move é a resistência, porque fomos vitimizados durante muito tempo.”

“Sociedade civil onde eu sempre militei, onde sempre botei todas as minhas esperanças em transformação e revolução. Sempre soubemos como é que o poder público era nesse país. Mas assim como há um refluxo, e como há o esgotamento das instituições públicas, tudo está sob questionamento: os códigos, os tribunais, o legislativo, o executivo, as universidades, os movimentos sociais. (...) eu acho que também a sociedade civil, nós deveríamos repensar, porque a sociedade civil é cara para nós, é muito cara para nós, e do lado de lá como ouvidor nacional e andando esse país todo atrás das desgraças, percebemos a fragilidade da sociedade civil (...)”

“Estamos agora em um novo momento, com maior participação e maior envolvimento. Eu peguei a cartilha que estão soltando aí dos direitos humanos que fala dos grupos que merecem atenção. Esqueceram de citar os jovens, os negros e a população de rua. O que acho importante ser revisto pela Secretaria. O material que está passando para a polícia sobre abordagem, mencionou LGBT, mulheres, crianças, idosos e esqueceu três populações que são abordadas de forma truculenta: jovens, negros, negras e população de rua.”

“Eu sou daqueles que tenho a consciência de que a Conferência é a busca de construir certo concerto no país, sobre as agendas de segurança pública. Portanto esse conceito de concerto é muito importante, porque ele nos pede para operar em dois movimentos importantes sem os quais nós vamos ter só frustrações. O primeiro movimento da conferência é que certamente ela tem expectativa de construir alguns consensos sobre essa questão. Aí uma pergunta que eu faço a todos aqui presentes é a seguinte: qual é a agenda de consensos que nós estamos preocupados em explicitar, em negociar e em consolidar na conferência?”

“Eu acho que é uma questão que tem que ser resolvida para que a partir da definição de atribuições de competências e de instâncias de participação, a sociedade civil possa saber a quem recorrer, onde participar e como participar e quais órgãos e agentes provocar e com quem dialogar para poder fazer essa participação efetiva principalmente na área de segurança pública, que é tão múltipla e disseminada entre tantos outros órgãos, e não só as instituições policiais.”

“A capacidade de formulação de idéias das organizações da sociedade civil que eu acompanho é enorme. Nós nos sentamos com qualquer uma dessas organizações e não paramos de aprender, então a questão não é o refluxo, o refluxo foi dado durante um período. Agora, de fato, acho que não podemos exigir mais do que os movimentos devem dar, ou querem dar. Os movimentos devem pautar, monitorar e denunciar. Formulação de políticas públicas se dá com governo e com indivíduos das organizações da sociedade civil, não mais os movimentos. Não existe movimento formulando política pública, isso é tecnicamente impossível, isso quem faz são indivíduos que têm lastro social, relação de confiança com organizações da sociedade civil que vão contribuir com os governos para fazer política pública.”

“Acho que também podíamos levar em conta quando estamos falando de controle, de gestão democrática, de controle pela sociedade, que temos uma questão que é muito legal que são ferramentas que possibilitam alguns tipos de informações que tradicionalmente não existem, boa parte deles não existem, mas, agora, já temos coisas disponíveis, o que é muito legal começar a pensar é a existência desse mecanismo de transparência no governo.”

Tema: Políticas Públicas de Segurança

“Você trabalha com a diminuição das tensões nessa região, na recuperação de determinados jovens, você vai lá ao barraco do cara, entra lá e fala: ‘Bicho, sai dessa, me dá essa arma, se desfaz dessa droga, vem para o lado de cá’. Até nesse ato que você está tentando recuperar o cara de volta pra sociedade você está cometendo um crime porque a sociedade ainda não prevê esse tipo de situação.”

“Temos uma cultura social que é uma cultura punitiva. E aí os movimentos de mulheres fazem essa demanda, quando demandam a Lei Maria da Penha, o movimento LGBT faz essa demanda quando demanda à criminalização da homofobia. De fato estamos dando respostas que são legais e respostas que são penais. Não damos uma resposta de uma construção mais ampla do que isso. Eu acho que precisamos fugir desse tipo de resposta.”

“Quando eu falo que nós temos uma carência de dados, é quando vamos ao organismo que trata de segurança pública,

seja lá no site do Ministério da Justiça, e ter informações de que morreram tantas pessoas com recorte racial, com recorte de gênero. Só tem o recorte geracional porque eles colocam a idade lá porque senão nem isso nós tínhamos, só ia saber se era homem ou mulher. Então quando eu falo de dados são esses dados que queremos ter.”

“Um modelo de uma segurança democrática e universal, ou seja, em um modelo desigual de uma sociedade que foi estruturada para ser desigual e para distribuir desigualmente a justiça. A polícia não está má formada, ela está formada exatamente para atender esse critério, ela se formou historicamente para isso e nesse sentido tem uma contribuição muito relevante.”

“Agora eu vejo uma preocupação muito forte com o respeito às diferenças, com o reconhecimento dessas diferenças, só que eu fico um pouco aflita porque eu não vejo nenhum tipo de debate, nenhuma posição ainda que vincule segurança pública e redistribuição. E aí justamente eu pergunto (...) onde está o debate a respeito da redistribuição? O que fazer? Que tipo de políticas podem sair daqui? São políticas de emprego? São políticas de inclusão social? São políticas de capacitação profissional?”

“A lei não vai transformar, a lei é um eixo de luta, mas não é só isso e eu quero o fim da violência contra as mulheres. Eu não vou trabalhar só com a questão legislativa, eu vou trabalhar com a educação para transformar mentalidade de homens e mulheres. Não é só dos homens, é de homens e mulheres.”

“O meu grande medo, nessa questão sempre, é na idéia criminalização, é a idéia da penalização. Se nós temos adolescentes cometendo crimes, vamos baixar a criminalidade, então vamos colocar todo mundo na cadeia. Essa é a idéia básica que a grande parte das pessoas tem: se o problema é segurança pública, cana resolve. E já há mais de 500 anos o Marquês de Beccaria dizia: ‘O que inibe o crime é a certeza da punição, não é a quantidade da pena’. Nós tínhamos que achar outros caminhos para punir, mas sem necessariamente colocar na cadeia porque é isso que todo mundo acaba querendo e já ouvi dizer maioria penal a partir dos dez anos, como viram em um filme lá na Inglaterra, etc. Se isso solucionasse o problema de segurança eu seria o primeiro a abraçar, mas sabemos que não é isso.”

“O que convergiu mesmo em todo esse debate foi a concepção ampliada de segurança pública, eu acho que todos nós aprendemos essa concepção ampliada e eu acho que esse aprendizado foi maravilhoso. Para alguns foi um aprendizado e para outros fortalecimento e aprofundamento.”

“Além da violência policial é preciso reconhecer também que nós temos jovens matando outros jovens. Se estamos passando um seminário inteiro aqui falando que a violência é também uma expressão da desigualdade social e vocês apontam aqui milhares de causas estruturais. Essa violência não tem nada de revolucionário. Nós não estamos falando de pobres matando ricos? Ao contrário, estamos falando de pobres matando outros pobres. Então acho que esse é o impasse que se coloca. Eu falo das dificuldades de você apontar esse lugar de vítima e algoz.”

“Eu fico a me perguntar: Não é tão violento quanto torturar alguém inocentemente, não é tão violento manter alguém na prisão indevidamente, por exemplo, um ladrão de galinha, quer dizer, um juiz que decreta a prisão preventiva ou que mantém um flagrante de um ladrão de galinha e ao mesmo tempo deixa de decretar a prisão preventiva de um grande ladrão, um colarinho branco que desvia bilhões ou milhões de reais dos cofres públicos, isto não é tão violento quanto o ato da polícia?”

Tema: *Sistema Penitenciário*

“O que acho importante e é um eixo da conferência e temos dado pouca atenção é a questão do sistema penitenciário. (...) Eles estão presos e é fato que eles vão sair, então precisamos pensar nesse processo de reintegração à sociedade. Nós temos algumas medidas que é importante fortalecê-las, como as penas e medidas alternativas, que evitam a privação de liberdade e também as centrais de atendimento ao egresso e às famílias, e cada vez mais vimos discutindo a importância de fortalecer os conselhos da comunidade como um espaço de interagir e de influenciar na política penitenciária. (...) Acho que precisamos incluir nessa discussão da participação da sociedade civil, um recorte territorial e do envolvimento das comunidades na elaboração e formulação de políticas de reintegração.”

“A população de rua é massacrada porque aí os chamam de bandidos, enquanto não tem programação de integração dos egressos e aí vai junto toda a questão da saúde mental. O presídio não tem aplicação de programas de saúde mental é um escândalo, e depois eles vão para a liberdade e se tornam em parte moradores de rua também.”

Tema: *Repressão Qualificada*

“Quando falamos em repressão qualificada sempre pensamos na PM e na abordagem policial, mas principalmente pela investigação policial e a investigação técnico-científica e a investigação de onde está o crime organizado, de quem está organizando o crime, pegando os peixes grandes. Investigação policial não só daquele homicídio ali pontual, mas uma investigação que consiga abarcar o sistema do crime no seu todo e ela termina no sistema de justiça (...) uma conferência que queira de fato fazer uma alteração significativa nessa questão, tem que conseguir conversar com o legislativo e com o judiciário.”

“Como temos necessidade de falar da repressão qualificada, mesmo considerando repressão, colocando repressão como um tema, ou como uma palavra tabu, como se fosse alguma coisa proibida, como se não fosse uma condição para o próprio trabalho policial. Eu costumo dizer que qualificada é uma espécie de adjetivo “*forçaço de barra*” para repressão da mesma maneira que segurança com cidadania cumpre mais ou menos a mesma função porque em um estado democrático de direito consolidado, a repressão deveria ser sempre qualificada, porque se ela é condição, ela é qualificada, ela é proporcional, ela é adequada, ou seja, ela é um instrumento de trabalho, assim como a Segurança Pública não há como ser diferente de ser segurança com cidadania, senão ela não é segurança, ela é proteção e proteção é sempre para alguns e não para todos.”

“Quando se fala em repressão qualificada uma das coisas que nós temos que falar é de modelo de segurança pública. Nós tínhamos um modelo, ou temos um modelo capenga hoje em dia, que começou no início do século passado com a figura da autoridade policial. (...) Nós temos que ter uma polícia voltada para a sua atividade fim e não para a atividade meio.”



Conclusão – Agenda de Propostas

Os textos apresentados neste caderno temático refletem o conjunto das discussões do Seminário *Segurança Pública e Movimentos Sociais: a construção de um campo de direitos*. O evento foi avaliado de forma muito positiva pelos participantes que ressaltaram o caráter inovador da iniciativa, a metodologia horizontal, e o grande espaço reservado à participação da platéia nos debates, além da possibilidade de formulação e contribuição para a política pública de segurança.

Das discussões do Seminário refletidas neste Caderno, destaca-se a seguinte agenda de conclusões e propostas:

- ✿ Diversos segmentos da sociedade civil brasileira têm feito contribuições constantes e em espaços variados para as políticas de segurança pública, seja no plano técnico, seja no plano conceitual, sem o devido reconhecimento. Tais contribuições devem ser incorporadas nos processos de formulação e implementação das políticas públicas de segurança.
- ✿ Não há nenhuma incompatibilidade conceitual e de princípios entre políticas de segurança e os direitos humanos. Na qualidade de um direito social, assegurado pela Constituição Federal, a segurança pública deve cumprir um papel fundamental nos processos de transformação da sociedade brasileira e na garantia de que teremos uma sociedade mais igualitária e justa.
- ✿ A pouca interação positiva e construtiva entre as forças policiais e a sociedade civil no país é resultado de um desconhecimento recíproco entre as duas partes. Portanto, é preciso que sejam garantidos canais formais e consolidados de comunicação e interação entre polícia e sociedade.
- ✿ A perspectiva da diversidade – de raça, gênero, idade, etc. – vem sendo gradativamente reconhecida e promovida no âmbito da justiça penal. É preciso, todavia, que também as políticas de segurança, sobretudo as de caráter preventivo, tratem esses temas como prioridade.
- ✿ É fundamental reconhecer a heterogeneidade do que é definido como “sociedade civil”. Há grupos variados,

com agendas distintas (em alguns casos, até mesmo antagônicas) no campo da segurança pública. Essa variedade expressa os diferentes interesses da sociedade brasileira, muitos dos quais não defendem uma política de segurança democrática, justa e pautada pelos direitos humanos. Reside aí uma das dificuldades de mobilização e criação de uma agenda consensual da sociedade civil em torno do tema. Por outro lado, essa condição sinaliza outras possibilidades de aproximação de parte da sociedade civil com segmentos das forças policiais e gestores públicos.

- ✿ Ao mesmo tempo em que é preciso garantir que a atividade policial em todos os níveis respeite integralmente os direitos humanos e privilegie a resolução não violenta de conflitos, é preciso estender a garantia de direitos humanos para os efetivos das polícias. Assim, o aprimoramento do trabalho das forças policiais deve se dar por meio da qualificação de seu treinamento e também em função de melhores condições de trabalho, melhores salários e atualização dos regulamentos disciplinares das corporações.
- ✿ O trabalho das forças policiais deve se afastar de uma perspectiva militar, adotando uma postura preventiva, próxima da população, que incorpora os princípios do policiamento comunitário.

O seminário foi um importante momento de aproximação de movimentos populares e da sociedade civil com o tema da segurança pública, garantindo a participação e a troca de conhecimentos e experiências. Ainda que as tensões naturais em torno do tema estivessem colocadas e diante da constatação de ser este um campo repleto de desafios, os diversos atores presentes mostraram grande disposição para o diálogo e para a construção coletiva. Tal encontro e interlocução foram fundamentais para qualificar o debate, incentivar sua replicação nas instituições de origem dos participantes, bem como para contribuir com a consolidação de uma nova agenda de políticas de segurança pública para o país.

Lista de participantes do Seminário Temático

Nome	Instituição
Adriana Loche	MNDH
Alberto Rabelo	Ilanud
Alexandre Ciconello	INESC
Álvaro de Aquino Silva Gullo	USP - Conselho da Comunidade
Ana Cristina Reis Lopes	Prefeitura Municipal de Sumaré
Ana Maria Straube de Assis Moura	Associação Brasileira de ONGs
Ana Maura Tomesani Marques	FBSP
Ana Paula Diniz de Mello Moreira	SEDH - Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos
Analba Brazão	AMB
Anderson da Silva "Morfy"	Juventude Negra do PT
Anderson Lopes Miranda	MNPR
André Dahmer	Polícia Civil – SP
André Luzzi de Campos	Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania - Secretaria de Administração Penitenciária SP
Aristeu Bertelli da Silva	Comissão Teotônio Vilela
Átila Robson Pinheiro	MNPR
Bárbara Travassos	Polícia Civil – SP
Benedito Mariano	Sec. de Segurança de São Bernardo do Campo
Caio Santiago Fernandes Santos	IBCCrim
Camila Corbetta Cruz	Estudante
Camila Souza Ramos	Revista Fórum
Carlos Costa	Viva Rio
Carlos Henrique Lucena Folha	Polícia Militar - SP
Carlos Roberto Dantas	Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente "Luiz Gonzaga Júnior"
Carmem Maria Craidy	UFRGS/PPSC
Carolina Ricardo	Instituto Sou da Paz
Cassio França	FES
Cel. Wilson Batista	Polícia Militar – MT

Nome	Instituição
Clara Ccharf	Associação Mulheres pela Paz
Daniel Morais Angelim	FBSP
Debora Cristina Carrari	Instituto Sou da Paz
Denis Mizne	Instituto Sou da Paz
Edna Cristina Jatobá de Barros	GAJOP
Edna Rodrigues Nascimento	PO; Associação de Moradores; Campanha da Fraternidade; Coordenadora da Coordenadoria da Mulher da Prefeitura de Sumaré
Eliton Rogério de Brito	Câmara de Vereadores
Emirá Raaci	Movimento Moradia Cortiços
Epaminondas da Costa	Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Fábio Silva Tsunoda	UNESP/Marília
Fábio Silvestre	SEDH
Fernanda de Carvalho Papa	FES
Fernanda Lavarello	Cedeca Interlagos
Flaviana B. N. de Oliveira	Fundação Casa
Francisco Donizetti Ventura	CEDHS Sapopemba
Gisele Balestra	Instituto Polis
Gunther Zgubic	Pastoral Carcerária Nacional
Gustavo Fernandes Ambrosio	Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania da Secretaria de Administração Penitenciária de SP
Heloísa Baldin	IE/UNICAMP
Henrike Judith Holzwarth	FES - Fundação Friedrich Ebert
Isabel Figueiredo	SEDH
Jaques Ferreira De Aguiar	Guarda Municipal E Defesa Civil De Fortaleza
Joel Porto Lima	MNPR-SP
José Luis Ratton	UFPE
José Vicente de Azevedo Pires Barreto Fonseca	Polícia Civil do Estado de São Paulo
Juliana d'ávila Delfino	Instituto Via Publica
Júlio Delmanto Franklin de Matos	Coletivo DAR

Nome	Instituição
Jumar de Oliveira Costa	Secretaria de Segurança Pública
Léo Mendes	ABGLT
Luciane Patrício	MJ
Luís Flávio Saporì	PUC - MG
Luiz G. Dantas	Ouvidoria da Polícia - SP
Maia Fortes	Ilanud
Marcelo dos Anjos Teixeira	Associação Cultural Dynamite-Oscip
Marcelo Libanore Caldeira	PROCON - SP
Márcia Eliane Paranhos Dias	Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Sumaré, Sind. Químicos Unificados de Campinas, Osasco e vinhedo
Maria Otacília Lima Battistelli	Aprimore - Psicologia para todos
Mariana Thibes	Ilanud
Mariângela Graciano	Ação Educativa
Marina Menezes	Ilanud
Marisa Pulice Mascarenhas	Ministério da Justiça
Maurício Correali	Secretaria Nacional De Justiça/Ministério Da Justiça
Miguel Antônio Barreto	Fundação de Assistência Social e Cidadania - Prefeitura Municipal de Porto Alegre/ RS
Milena de Lima e Silva	ASBRAD
Mônica Godinho Ribas	Procon - SP/Observatório das Relações de Consumo
Paula Karina Rodriguez Ballesteros	Núcleo de Estudos da Violência - USP
Paula Miraglia	Ilanud
Paulo Enrico Vieira Rocha	Fórum de Juventude Negra
Paulo Justino Guerra dos Santos Lucas	Aharpe
Pierre de Freitas	Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo
Preto Zezé (Francisco José Pereira)	CUFA – CE
Renato Lima	FBSP
Renato Rostás	ABONG
Renato Simões	Assembleia Legislativa – SP



Nome	Instituição
Rita Andréa Tourinho	Consultora do PRONASCI/RJ e da SENASP-MJ
Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos	Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
Rosângela Paranhos	Conselho da Mulher/Sindicato dos Químicos Unificado
Silvana Aparecida Machado de Aguiar	Prefeitura Municipal de Sumaré / Coordenadoria da Criança e do Adolescente
Silvia Helena Frei de Sá	Canal Futura
Silvia Ramos	Cesec UCM
Silvio Caccia Bava	Instituto Polis
Simone Tinton de Andrade	Sindicato dos Psicólogos
Sybille Richter	FES
Talita Lazzarin Dal' Bó	Ministério da Justiça
Tathiana de Carvalho Preyer dos Santos	Prefeitura Municipal de Hortolândia - Políticas Públicas para Mulheres
Terezinha de Jesus Vicente Ferreira	Articulação Mulher e Mídia / Ciranda Internacional de Informação Independente
Tula Pilar Ferreira	Ocas: saindo das ruas
Vera Melis Paolillo	UNESCO
Vicente Carlos Y Plá Trevas	Caixa Econômica Federal
Vítore Maximiano	DPSP

